



REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL

ANO IV

N.º 5

REVISTA
— DO —
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
— E —
HISTÓRIA MILITAR
— DO —
BRASIL



1.º SEMESTRE DE 1944
VOLUME V



RIO DE JANEIRO

BRASIL

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Relação do número das cadeiras do Instituto, seus
Patrões e sócios que as ocupam

PATRONOS

- 1 — Visconde de Taunay
- 2 — General Malan d'Angrogne
- 3 — Barão do Rio Branco
- 4 — Cmt. Antonio Claudio Soído
- 5 — Almt. Antonio C. Gomes Pereira
- 6 — Gen. A. Dias de Oliveira
- 7 — Cmt. Julio Cesar Ribeiro de Souza
- 8 — Almt. Barão de Teffé
- 9 — Cmt. Mariano de Azevedo
- 10 — Cel. Sena Madureira
- 11 — Gen. Tiburcio Ferreira de Souza
- 12 — Pandiá Calogeras
- 13 — Almt. Barão de Jaceguay
- 14 — Cel. Fausto de Souza
- 15 — Almt. Barão de Melgaço
- 16 — Gen. Carlos de Campos
- 17 — Yisconde de Porto Seguro
- 18 — Ten. Cel. Diogo Arouche
- 19 — Gen. Dionisio Cerqueira
- 20 — Gen. Eduardo José de Moraes
- 21 — Cel. E. C. Jourdan
- 22 — Cel. F. A. Carneiro da Cunha
- 23 — Marechal Thaumaturgo de Azevedo
- 24 — Marechal F. Chagas Santos
- 25 — Euclides da Cunha
- 26 — Marechal H. Beaurepaire Rohan
- 27 — Cel. Antonio F. Pereira do Lago
- 28 — Almirante Saldanha da Gama
- 29 — Gen. Jeronimo Francisco Coelho
- 30 — Gen. João Severiano da Fonseca
- 31 — Gen. Bernardino Borman
- 32 — Almt. José Candido Guillobel

SÓCIOS

- Ten. Cel. Humberto Castelo Branco, fundador
- Ten. Cel. Frederico Rondon, fundador
- Gen. Paula Cidade, fundador
- Cel. A. Damasceno Vieira, efetivo
- Almt. M. Nogueira da Gama, fundador
- Gen. J. Borges Fortes, fundador
- Ten. Cel. Afonso de Carvalho, efetivo (*)
- Cel. Av. Lisias A. Rodrigues, efetivo
- Cmt. Frederico Villar, fundador
- Gen. M. Liberato Bitencourt, fundador
- Cel. Alvaro de Alancastre, fundador
- Cel. Genserico de Vasconcellos, fundador
- Cel. Onofre Gomes de Lima, efetivo (*)
- Ten. Cel. Aurélio Lyra Tavares, efetivo
- Almt. Raul Tavares, fundador
- Gen. E. F. de Souza Docca, fundador
- Cap. de Frag. A. B. Pinto Guimarães, fundador
- Cel. Altamirano Nunes Pereira, fundador
- Cap. De Paranhos Antunes, efetivo
- Cel. R. Danton Garrastazú Teixeira, fundador
- Gen. E. Leitão de Carvalho, fundador
- Cel. José Faustino da Silva, fundador
- Gen. Valentim Benício da Silva, fundador
- Gen. Lima Mindello, fundador
- Ten. Cel. Jonathas de Moraes Corrêa, fundador
- Gen. Alipio de Primio, fundador
- Cap. Humberto Peregrino, efetivo
- Cel. F. Jaguaribe de Mattos, fundador
- Ten. M. Cavalcanti Proença, efetivo
- Almirante Souza e Silva, fundador
- Cel. T. Alencar Araripe, efetivo (*)
- Gen. Moreira Guimarães, fundador
- Major Frederico Leopoldo da Silva, efetivo
- Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade, efetivo
- Gen. Tasso Fragoso, fundador
- Cmt. Raja Gabaglia, fundador

- | | |
|--|--|
| 33 - Cmt. Vital de Oliveira | - Cmt. L. A. de Oliveira Bello, efetivo |
| 34 - Mal. Soares Andréa | - Cel. Luiz Lobo, fundador |
| 35 - Gen. J. I. de Abreu e Lima | - Cmt. Cesar Feliciano Xavier, fundador |
| 36 - Gen. José Joaquim Machado de Oliveira | - Cmt. Egon Prates, fundador |
| 37 - Gen. Oliveira Barbosa | - Cap. Adailton Sampaio Pirassinunga, fundador |
| 38 - Almt. Ignacio José da Fonseca | - Cmt. Didio Iratim Afonso Costa, fundador |
| 39 - Gen. Couto de Magalhães | - Ten. Cel. Lima Figueiredo, fundador |
| 40 - Major Santos Titara | - Cel. A. Pereira Ferraz, fundador |
| 41 - Cel. João de Souza Mello Alvim | - Cel. Jonas de Moraes Corrêa Filho, fundador |
| 42 - Cap. Alfredo Pretextato Maciel da Silva | - Cel. Cordolino de Azevedo, fundador |
| 43 - Cmt. Luiz Barroso Pereira | - Cmt. Lucas Alexandre Boiteux, fundador |
| 44 - Major João M. de Souza Coutinho | - Cel. J. Rego Monteiro, fundador |
| 45 - Major Francisco de Paula Borges Fortes | - Cadeira vaga |
| 46 - Cel. José Saturnino da Costa Pereira | - Gen. Francisco José Pinto, fundador |
| 47 - Mal. R. J. da Cunha Mattos | - Cap. Amir Borges Fortes (*) |
| 48 - Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra | - Gen. Raul Bandeira de Mello, fundador |
| 49 - Gen. Visconde de Maracajú | - Major Waldemiro Pimentel, efetivo |
| 50 - Almt. Barão de Iguatemy | - Major Severino Sombra, fundador |
| | - Gen. Candido Mariano da Silva Rondon, fundador |
| | - Cel. Leopoldo Nery da Fonseca, fundador |
| | - Almirante Henrique Boiteux, fundador. |

NOTA — Os sócios assinalados com um "asterisco" estão eleitos, porém ainda não tomaram posse.

**PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DO INSTITUTO,
DESDE A SUA FUNDAÇÃO**

- 1.º Presidente : **Almt. Raul Tavares**
1.º Vice-Presidente : **Gen. Francisco José Pinto**
- 2.º Presidente : **Gen. Estevão Leitão de
Carvalho**
2.º Vice-Presidente : **Almt. Augusto Carlos Souza e
Silva**
- 3.º Presidente : **Gen. Valentim Benício da Silva**
3.º Vice-Presidente : **Gen. Emilio Fernandes Souza
Doca**

DIRETORIA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

eleita em sessão de 8-XI-1943, para o biênio 1943-45

CONSELHO DIRETOR

DIRETORIA :

PRESIDENTE — General Emilio Fernandes de Souza Docca
Vice-Presidente — Comandante Frederico Villar.

1.º Secretário — Coronel Luiz Lobo

2.º Secretário — Major Severino Sombra

1.º Tesoureiro — Cap. Umberto Peregrino

2.º Tesoureiro — Vago.

Bibliotecário — Ten. Cel. Jonathas de Moraes Correia.

COMISSÕES

DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA MILITAR

- 1 — Coronel Jaguaribe de Matos
- 2 — Coronel Lima Figueiredo
- 3 — Coronel Jonas Correia

DE HISTÓRIA MILITAR

- 1 — Almirante Henrique Boiteux
- 2 — Comandante Didio Costa
- 3 — Coronel Alvaro Alencastro

DE HERALDICA E MERALHISTICA

- 1 — Comandante Egon Prates
- 2 — Comandante Lucas Boiteux
- 3 — Capitão Sudá de Andrade

DE ICONOGRAFIA E ARMAS ANTIGAS

- 1 — Cel. H. Castelo Branco
- 2 — Comandante Cesar Xavier
- 3 — Coronel Nery da Fonseca

FISCAL

- 1 — General Lima Mindello
- 2 — Almirante Nogueira da Gama
- 3 — Coronel Damasceno Vieira

DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Comandante Oliveira Bello
- 2 — Capitão De Paranhos Antunes
- 3 — Coronel Altamirano Nunes Pereira

DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

- 1 — Comandante Pinto Guimarães
- 2 — Ten. Coronel Aurelio Lyra Tavares
- 3 — Coronel Lísias A. Rodrigues

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 1 — Coronel Alvaro de Alencastro
- 2 — General Alípio Virgílio de Primo
- 3 — Cap. Adailton Sampaio Pirassinunga
- 4 — Comandante Cesar Feliciano Xavier
- 5 — Ten. Cel. Frederico Augusto Rondon
- 6 — Comandante Didio Iratim Affonso Costa
- 7 — Cmt. Egon Prates
- 8 — Comandante Frederico Villar
- 9 — Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
- 10 — Coronel Raphael Danton Garrastuzú Teixeira
- 11 — Cel. Umberto de Alencar Castello Branco
- 12 — Almirante Henrique Boiteux
- 13 — Tenente Coronel Jonas de Moraes Correia
- 14 — Ten. Cel. Jonathas de Moraes Correia
- 15 — Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
- 16 — Coronel José Faustino da Silva Filho
- 17 — General Manoel Liberato Bitencourt
- 18 — General João Fulgencio de Lima Mindello
- 19 — General Estevão Leitão de Carvalho
- 20 — Tenente Coronel José de Lima Figueiredo
- 21 — Coronel Luiz Lobo
- 22 — Comandante Lucas Alexandre Boiteux
- 23 — Coronel Leopoldo Nery da Fonseca
- 24 — Almirante Manoel José Nogueira da Gama
- 25 — Tenente Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz
- 26 — General Francisco de Paula Cidade
- 27 — Coronel Pedro Cordolino Pereira de Azevedo
- 28 — Comandante Antonio Buarque Pinto Guimarães
- 29 — Comandante Antonio Carlos Raja Gabaglia
- 30 — Almirante Raul Tavares
- 31 — General Emilio Fernandes de Souza Docca
- 32 — Major Severino Sombra de Albuquerque

NOMES DOS SÓCIOS EFETIVOS:

- 1 — Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
- 2 — Capitão Amir Borges Fortes
- 3 — Major Frederico Leopoldo da Silva
- 4 — Capitão Umberto Peregrino Seabra Fagundes
- 5 — Coronel Aviador Lysias Augusto Rodrigues

- 6 — Coronel Onofre Gomes de Lima
- 7 — Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade
- 8 — Capitão De Paranhos Antunes
- 9 — 1.º Tenente Manoel Cavalcanti Proença
- 10 — Major Waldemiro Pimentel
- 11 — Tenente Coronel Aurélio Lyra Tavares
- 12 — Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello
- 13 — Coronel Tristão Alencar Araripe
- 14 — Tenente Coronel Afonso de Carvalho

NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS E FUNDADORES:

- 1 — General Candido Rondon
- 2 — General Valentim Benicio da Silva
- 3 — General Augusto Tasso Fragoso

NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS:

- 1 — Embaixador J. C. de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 2 — Ministro Ataulpho de Paiva
- 3 — Ministro Gustavo Capanema
- 4 — Almirante Henrique Guilhem, ministro da Marinha
- 5 — General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra
- 6 — Dr. Salgado Filho, ministro da Aeronáutica
- 7 — General Meira Vasconcellos
- 8 — General Marcelino Ferreira da Silva
- 9 — General Pargas Rodrigues

NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES JA FALECIDOS:

- 1 — Almirante A. C. de Souza e Silva
- 2 — General Francisco José Pinto
- 3 — General Raul Bandeira de Mello
- 4 — Coronel J. Rego Monteiro
- 5 — General J. M. Borges Fortes
- 6 — General Moreira Guimarães
- 7 — Coronel Genserico de Vasconcellos

SUMÁRIO

	Pág.
✓ DOCUMENTOS INÉDITOS PERTENCENTES AO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL	15
✓ JUIZ DE FÓRA E A GENEALOGIA DO DUQUE DE CAXIAS — <i>Múcio de Abreu Lima</i>	27
✓ A REDIVISÃO TERRITORIAL POLÍTICA E O TERRITÓRIO DO TOCANTINS — <i>Lysias A. Rodrigues, cel, av.</i>	31
† A MARGEM DE UMA TENTATIVA DE PADRONIZAÇÃO DA NOMENCLATURA DO TERRENO PARA USO MILITAR — <i>Cap. Umberto Peregrino</i>	51
✓ POLÍTICA, GUERRA E O SENTIMENTO PANAMERICANO — <i>Cmt. Cesar Feliciano Xavier</i>	59
† ELOGIO HISTÓRICO DO CORONEL JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA, ministro da Guerra na Regência Feijó — <i>Major Waldemiro Pimentel</i>	65
✓ SÓBRE O PLANALTO DE MARACAJÚ — <i>M. Cavalcanti Proença</i>	73
✓ AS REVOLUÇÕES QUE EU VI — <i>Cap. Mar e Guerra Frederico Villar</i>	81
✓ CAXIAS E O COMBATE DE SANTA LUZIA — <i>Cmt. L. A. de Oliveira Bello</i>	111

Documentos inéditos pertencentes ao arquivo do Instituto de Geo- grafia e Historia Militar do Brasil

- 1 — Descrição do Baluarte de São Luiz e outros fortes pelo ten. cel. Inácio Corrêa de Vasconcellos, 1832.
- 2 — Itinerário entre as cidades de Goiaz e Cuiabá pelo ten. cel. João Tito Vieira da Silva, 1869.
- 3 — Parte de uma memória sôbre os campos de goiatacazes, sem designação de autor, s. d.
- 4 — Apontamentos estatísticos e topográfico sôbre a província do Maranhão pelo cap. Franklin Antonio da Costa, 1855.
- 5 — Carta de José Gonçalves da Silva sôbre o Maranhão. 1899.
- 6 — Cópia da descrição topográfica que fez o cap. mór da Caravelas incumbido da capitania de Porto Seguro do Rio Grande, hoje chamado Belmonte, 1804.
- 7 — Roteiro da Cidade do Maranhão para a da Bahia, por João Maria de Brito, 1809.
- 8 — Diário e roteiro da viagem feita pelo cap. de frag. Augusto Leveger, desde a cidade de Assuncion até Bahia Negra, 1844.
- 9 — Cópia do Diário do conhecimento do Rio Paraguai pelo cap. frag. Augusto Leveger, s. d.

- 10 — Roteiro da viagem Redonda desde a cidade da Barra, capital da provincia do Amazonas até a povoação peruana de Natal pelo major C. de Rozwadow.
- 11 — Roteiro da viagem do cap. de engenheiros dr. Marcos Pereira de Sales, 1853.
- 12 — Cópia do Diário que fez o Dr. Francisco José Lacerda de Almeida para as demarcações. 1780.
- 13 — O Rio Madeira e suas cabeceiras por Quintin Quevedo (cópia de um art.º de 1861).
- 14 — Relatório sôbre fortificações do Rio Negro pelo major José Leovegildo de Souza Coelho, 1862.
- 15 — Exploração do Rio Mucury por João José da Silva Theodoro, 1874.
- 16 — Relação da matas de Alagôas, por José Joaquim da Silva Freitas, 1809.
- 17 — Itinerário pelas capitancias do Maranhão e Piauhy pelo cap. Mathias José da Silva Pereira, 1817. (cópia)
- 18 — Exposição do estado político, militar e moral do Rio Paraguai, por Henrique de Beaurapeire Rohan, 1889.
- 19 — Diário da diligencia do reconhecimento do Paraguai até abaixo do presidio da Nova Coimbra pelo cap. de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra. 1786. 12
- 20 — Navegação a vapor pelo Paraguay até Cuiabá, por Viriato Bandeira Duarte.
- 21 — Memória do cmt. das Armas Lobo da Cunha, apresentada ao Presidente da Provincia de Mato Grosso em 1841.

- 22 — Cópia do itinerário entre a cidade de Antonina e a Província de Mato Grosso, por Joaquim Francisco Lopez, 1884.
- 23 — Memória militar sobre o Rio Paraguai, publicada no Jornal do Comércio em 1845 pelo coronel Zeferino Pimentel.
- 24 — Correspondencia do cel. Furtado de Mendonça, 1819.
- 25 — Relatório sobre as terras de São Cristóvão pelo brigadeiro João Manuel da Silva, s. d.
- 26 — Papéis sobre a defeza do Rio de Janeiro em 1819.
- 27 — Reconhecimento da Vila de Santos pelo Cel. Afonso Furtado de Mendonça, 1819.
- 28 — Reconhecimento e descrição da Vila de Ubatuba pelo mesmo cel., 1819.
- 29 — Cópia da descrição do Rio Paraguai, em 1794.
- 30 — Memória sobre a ilha de Fernando Noronha em 1808 por José Fernandes Portugal.
- 31 — Campanha de Portugal de 1762 pelo conde de Lippe. Cópia.
- 32 — Projeto de uma bateria e casamata para a defeza de Recife pelo major de eng. Antonio B. Pereira Lago, 1814.
- 33 — Relatório da inspeção das fortalezas de Santa Cruz e da Lage pelo ten. gen. J. Maria da Silva Bitencourt, 1859.
- 34 — Observações sobre a prática de fazer o sorteamento dos recrutas — documento antigo, s. d.
- 35 — Método seguido no trabalho Lydográfico da planta de parte do Rio de Janeiro, levantada em 1810, pelo cap. ten. Diogo Jorge.

- 36 — Preciosas memórias sôbre o Rio Grande do Sul. (Uma pasta contendo: 1.º — memória descritiva dos estabelecimentos militares da Província por F. R. Ewerton Quadros (1854); 2.º — Cópia da memória de José Lucas de Souza, relativamente à diligência ordenada pelo marechal Manoel Marques de Souza, cmt. da fronteira e Porto do Rio Grande do Sul (1808); 3.º — apontamentos sôbre os limites da província do Rio Grande do Sul com o estado Oriental do Uruguay; 4.º — Dados para a Comissão especial de estatística militar e revisas de memórias do arquivo militar obtida no 4.º trimestre de 1875; 5.º — Fortificação e Quartel em Caçapava, pelo major do corpo de eng.º Paulo José Pereira, 1862; 6.º memória sobre a fortificação da vila de Caçapava pelo major Paulo José Pereira (1860); 7.º — Para informar sôbre os dois projetos e respectivos orçamentos dos concertos do Quartel denominado dos Guaranís organizados pelo Cap. Joaquim de Salles Torres Homem ajudante da comissão de Engenheiro Militar na Província do Rio Grande do Sul; 8.º — Relação dos documentos existentes no Arquivo da extinta Carta Geral do Império relativos à província do Rio Grande do Sul; 9.º — movimento de tropas e primeiras fortificações da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, extraído dos "Anais do Visconde de São Leopoldo para a comissão de estatística militar, (1872).
- 37 — Notas para se escrever uma História Militar do Brasil.
- 38 — Memórias sobre o Hospital Militar da Guarnição da Costa (1881).
- 39 — Cópia de alguns artigos dos Tratados de 1763-1786.
- 40 — Ofício de Galdino Justiniano da Silva Pimentel dirigido ao presidente da Província do Rio de Janeiro, remetendo a planta para servir de base à demarcação de Limites entre a mesma Província e a de São Paulo (cópia) (1859).
- 41 — Arquivo das Divisões.

- 42 — Memória sobre o hospital do Andarahy Grande, 1881.
- 43 — Memória sobre as fortalezas e defeza do Rio de Janeiro. (Uma pasta contendo: 1.º Memórias acêrca do Canal do rio Inhomirim — pelo 2.º ten. José Carlos de Carvalho (1848); 2.º Cópia da memória sobre o estado da calçada e pontes sobre o rio Bonga e melhoramentos do caminho entre Inhomirim e Mauá — pelo 2.º ten. Pedro Taubois (1828); 3.º Memórias sobre Macahé e Ilha de Sant'Anna pelo cap. Jacinto Deriderio Cony; 4.º Informações do cap. Carlos Martins Penna sobre a Artilharia de Alguns Fortes (1823); 5.º, Interessantíssimas notícias acêrca das Fortalezas e Baterias que defendem a Entrada e Porto do Rio de Janeiro; 6.º, Memória sobre os terrenos do hospital militar e forte do morro do Castelo pelo cap. A.M.A. O'Corwell Jersey (1890); 7.º, Informações sobre o aqueducto para o chafariz do Campo de St'Anna pelo Tte. Cel. Francisco Cordeiro da Silva Torres (1816); 8.º, Memória sobre o Porto formado pelas Ilhas Cabo Frio, Porcos e pelo Continente: assim como das praias e seus circunvizinhos ao dito Porto pelo capitão de Real Corpo de Engenheiros Jacinto Deziderio Cony; 9.º, Memória sobre a Barra de Rio S. João por Jacintho Deziderio Cony; 10.º Organização e distribuição dos comandos das tropas para obstar qualquer tentativa contra o Rio de Janeiro por José de Souza de Mendonça Corte Real (1819); Extracto de uma memória de coronel Graduado de Real Corpo de Eengenheiros João Manuel da Silva sobre a defeza da Capitania do Rio de Janeiro; 11.º, Extracto da 1.ª parte a uma memória do Brigadeiro João Manoel da Silva sobre a defeza da cidade do Rio de Janeiro (3 exemplares); 12.º, Memória sobre a defeza da capitania do Rio de Janeiro — 1.ª Parte: Descrição geográfica do terreno e costas que circundam a capital do Rio de Janeiro; 13.º, Memória sobre a fortaleza do morro da viuva por Francisco Gomes de Souza e Tito Antonio da França Amaral (1881); 14.º Extracto de uma memória do Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros Salvador José Maciel sobre a defesa da Capital de Rio de Janeiro 1808 (contém também o original); 15.º, Extracto da memória do ten. general Carlos A. Napion sobre a defeza da capitania do Rio de Janeiro (1808); 16.º, Extracto de uma memória do Marechal de Campo Joa-

quim José Ribeiro da Costa, sobre a defeza da Cidade do Rio de Janeiro, de 30 de Agosto de 1808.

- 44 — Preciosas Memórias sobre o Rio de Janeiro. (Uma parte contendo): 1.º, Memória sobre a defeza da Capitania do Rio de Janeiro pelo cel. João Manoel da Silva (1808); 2.º, Off. de João de Souza de Mendonça Côrte Real enviando a cópia da Memória de 16 de Julho de 1808 sobre a defeza da cidade do Rio de Janeiro (1819); 3.º, Projecto de esgôto para a cidade do Rio de Janeiro apresentado ao Marquez de Aguiar por João Manoel da Silva; 4.º, Memória sobre a defeza da cidade do Rio de Janeiro e suas vizinhanças, pelo coronel João de Souza de Mendonça Côrte Real (1808); 5.º, Memória sobre a defeza da Capitania do Rio de Janeiro pela parte do mar apresentada ao Illm.º e Exm.º Snr. D. Rodrigo de Souza Coutinho por Carlos Antonio Napion (1808); 6.º, Papeis relativos à defeza da Cidade do Rio de Janeiro com a assinatura do general Francisco Borja Garção Stockler; 7.º, Memórias sobre as considerações gerais que se deve ter na visita das costas e sobre a distribuição e objectos que devem preencher as Baterias empregadas em sua defeza, pelo coronel de eng.º João Manoel da Silva (1808); 8.º, Relatório sobre o estado das fortificações dirigido ao Ministro da Guerra, pelo cmt.º d'artilharia (1866); 9.º, Hidrografia do Rio Quequeribú, na provincia do Rio de Janeiro. Documento anexo ao Relatório da Presidência da Provincia de 1855; 10.º, Officio dirigido ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro por Galdino Justiniano da Silva Pimentel relativamente a demarcação de Limites entre a Provincia e a de São Paulo; 11.º, Memória sobre a ilha de Santa Barbara pelo tenente coronel Francisco Gomes de Souza; 12.º, Forte de Lage, 1808; 13.º, Fortaleza da Ilha das Cobras, anexo de 1808; 14.º, Anexo de 1811, Fortaleza de S. João da Barra do Rio de Janeiro. Fortificações; 15.º, Memória sobre a defeza da cidade do Rio de Janeiro pelo marechal de Campo Joaquim José Ribeiro da Costa (1808); 16.º, Papeis relativos ao projecto de fortificações em Itaguahy (1819); 17.º, Informações sobre o Aqueducto para o Chafariz do Campo de Sta. Anna por Henrique Izidoro Xavier de Brito, ten. cel. Engenheiros (1876); 18.º, Memória sobre as Fortifica-

- ções que há e devem haver no Rio de Janeiro, para a sua perfeita segurança (1810!); 19.º, Extracto de uma memória do Brigadeiro Graduado João de Souza de Mendonça Corte Real de 27 de Julho de 1808, sobre a defeza da cidade do Rio de Janeiro e suas vizinhanças (1808); 20.º Projecto sobre a abertura d'um canal para a comunicação dos rios Guandú e Itaipú por João Manoel da Silva (1808) cópia e original.
- 45 — Fortes de Pernambuco em 1826, Memória descritiva do estado da fortificação da Costa, quartéis, poiól de pólvora e mais edifícios militares de Pernambuco (1826). Original e cópia do coronel Paulo Je. Pereira.
- 46 — Memória sobre a Fortaleza do Morro da Conceição pelo Ten. Cel. Francisco Gomes de Souza (1882).
- 47 — Considerações sobre a Planta do Rio de Janeiro 1858.
- 48 — Offícios e propostas relativos ao orçamento dos reparos a fazerem-se nos recifes da Província de Pernambuco, por uma Comissão de Officiais. (1848).
- 49 — Cópia de um officio do Cap. Ten. Eliziário José de Brito, relativamente ao reconhecimento e sondagem nas ilhas dos Abrolhos (1846).
- 50 — Relação das obras que se construíram e se estão construindo no trem real de Pernambuco em Julho de 1819.
- 51 — Memória sobre a origem da Vila de Santos pelo Cap.-Mór Francisco Xavier da Costa Aguiar (1809).
- 52 — Cópia da "Descrição aproximada do Porto do Ceará pelo Cap. de Fragata Francisco Antonio Marques Gerales (1810).
- 53 — Descrição dos terrenos carboníferos da comarca do Crato pelo Dr. Marcos Antonio de Macedo (1855).
- 54 — Cópia de quatro artigos de um officio do ten. cel. João da Silva Feijó, datado de 10 de maio de 1814 — Minas de ferro.
- 55 — Memória sobre a Vila da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção por Guilherme Cypriano de Souza (1810).

- 56 — São Paulo (Uma pasta contendo): 1.º, Itinerário da viagem feita em 1818 pelo sargento mór Eng.º Luiz de Alencourt, desde o porto de Santos até a cidade de Cuiabá; 2.º, Observações sôbre o sistema geral de defesa da costa da Capitania de São Paulo pelo cap. Paulo de Oliveira Vilas Bôas (1820).
- 57 — Sergipe — (Uma pasta contendo): 1.º, Mapa das distâncias entre diversas localidades da Província. Tres exemplares; 2.º, Memória sôbre o depósito de artigos bélicos pelo cap. José de Siqueira Menezes.
- 58 — Memória geral dos Portos e Enceadas e Costa da Província do Ceará os quais são navegáveis como se vê das plantas, alevantadas por João Broem cap. do Imperial Corpo de Engenheiros em 1825.
- 59 — Cópia da memória sôbre o plano do porto e no da Parahyba pelo 1.º ten. da Armada real José da Trindade (1809).
- 60 — Piauíhy. (Uma pasta contendo): 1.º Officio dirigido a Rodrigo de Souza Coutinho, por Carlos Lecor Bulamarque (1808); 2.º, Officio (4) e mapas (15) relativos à população da Capitania (1808).
- 61 — Officio de Antonio Joaquim de Souza Bronado, relativo ao estabelecimento de um telégrafo.
- 62 — Mapas demonstrativos das posições, composições, estado e bocas de fogo dos Fortes de Província de Maranhão pelo ten. cel. Antonio Nunes de Aguiar.
- 63 — Pará (Uma pasta contendo): 1.º, Breves observações feitas em uma viagem do Rio de Janeiro ao Pará, acompanhadas do mapa da mesma viagem (1843); 2.º, Plano em que se declaram as Dimensões e Preços de todas as madeiras preciosas para o Serviço Real; 3.º, Parecer sôbre os arsenais da marinha e Guerra da Província do Pará por uma Comissão de Officiaes (1847); 4.º, memória sôbre a construção da carta da Costa septentrional do Brasil, desde Jericoara até ao Pará por José Patriçio de Souza (1799); 5.º, Relatório dos trabalhos sob a direção de 1.º ten. de eng.º Pedro Bandeira de Gouvêa

(1851) (cópia); 6.º, Relatório dos trabalhos a cargo do cap. Juvencio M. Cabral de Menezes (cópia) (1853); 7.º, Estudo e projeto para a construção de um forte, Óbidos, na margem do rio Amazonas pelo major d'eng.º Marcos Pereira de Salles (1853) cópia; 8.º, Nota sobre o estado das diferentes Fortificações da Província do Pará, por João Frederico Caldwell, comandante das Armas (1846); 9.º, Relatório sobre os melhoramentos do porto da cidade de Cameté pelo major de eng.º Marcos Pereira de Sales (1853); 10.º, Papeis relativos à construção d'um farol na ponta da Atalaia próxima à povoação das Salinas (1849-52); 11.º, Parecer sobre o estado do paúl de Óbidos por José Monteiro de Carvalho (1760); 12.º, Província do Pará. Dados para a comissão de estatística militar extraída dos Relatórios dos Presidentes da mesma Província de 1861, 1863 e 1869; 13.º, Relatório do estado em que se acham as obras públicas da capital do Pará, pelo cap. Juvencio Manoel Cabral de Menezes (1851); 14.º, Extratos de vários pareceres sobre obras militares nas províncias do Pará e Amazonas (1860-1861).

- 64 — Réconhecimento da Costa da parte do Cabo-Frio e igualmente do lado sul até a Ilha Grande afim de conhecer os pontos de possível desembarque pelos inimigos (cópia) João Manoel da Silva, cel. Graduado eng.º (1808).
- 65 — Cópia dum officio de Ricardo José Gomes Jardim dirigido ao ministro da Marinha, relativamente aos meios de navegação entre Mato Grosso e Pará (1846).
- 66 — Projeto e descrição para a construção dum paiól de pólvora de bomba, em Tabatinga por Joaquim Leovigildo de Souza Coelho (1869).
- 67 — Entrega da Colônia de Sacramento. X
- 68 — Cópia do itinerário da sétima exploração feita para verificar das possibilidades de uma via de comunicação entre a cidade Antonina e a Província de Mato Grosso, pelo Baixo Paraguay em 1848.
- 69 — Mapa demonstrativo das distâncias entre as freguezias da Província de Pernambuco pelos caminhos mais cur-

- tos, por José Mamede Alves Ferreira (1856 — 5 exemplares).
- 70 — Minas Gerais — Notícia sobre o reconhecimento e exploração do rio S. Francisco pelo 2.º ten. Eduardo José de Moraes (1862).
- 71 — Comissão de Exploração do Rio Pardo, devendo descer em busca da Costa pela estrada que conduz da Villa da Victoria e de Ilhéos, pelo 1.º ten. do Imperial Corpo de Eng.º Marcolino Rodrigues da Costa (1850).
- 72 — Relatório apresentado ao Comandante do Corpo de Engenheiros pelo major Conde de Rezwadowski (1854) e exemplares.
- 73 — Memória Militar apresentada pelo 1.º ten. do Corpo de Engenheiros Eduardo José de Moraes, encarregado dos fortes de Tabatinga em construção na Província do Amazonas, no ano de 1868.
- 74 — Estado das fortificações e postos fortes da Capitania do Rio Negro, em 1.º de Julho de 1809 por José Joaquim Victorio da Costa, governador da Capitania.
- 75 — Cópia da carta escrita pelo sargento mór de engenheiros José Joaquim Victorio, tratando do reconhecimento da fóz do Amazonas (1799).
- 76 — Projéto da Fortificação de Tabatinga, pelo Conde Florestan de Rezwadowski, major distacado do estado maior do exército (1855).
- 77 — Anexo ao Projeto precedente pelo mesmo autor (1855).
- 78 — Papeis relativos a alguns Fortes da Província do Amazonas.
- 79 — Plano de fortificação de Tabatinga, apresentado pelo major engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar (1868).

- 80 — Relatório sôbre a fortificação de Tabatinga apresentado pelo 1.º ten. Eduardo de Moraes. (1866).
- 81 — Relatório sôbre a obra do forte de Cucuhy, apresentado pelo cap. Joaquim Firmino Xavier (1858).
- 82 — Ofício ao Conde de Linhares sôbre a extração da quina e a abertura de caminhos que facilitem a comunicação da capitania com as outras, por J. Carlos de Oeynhausén (cópia) 1817.
- 83 — Exposição sôbre o território da Província do Rio Grande do Sul dirigida a S. M. o Imperador, pelo cap. Joaquim Felix.
- 84 — Apuentes que pueden conducir a rectificar la carta del Paraguay de D. Felix de Azára. (Esta nota foi extraída do livro das “Viagens na América Meridiana” do arquivo militar, 30 de junho de 1856 por F. Carneiro de Campos).
- 85 — Documentos sôbre a Defeza de Pernambuco em 1819, devido à ameaça de uma esquadra espanhola. Contem 13 documentos.
- 86 — Documentos sôbre o nivelamento do Rio de Janeiro em 1828.
- 87 — Processo do major João Bloen, diretor da Fábrica de Ferro de Ipanema, por ter se envolvido na revolução paulista de 1842.
- 88 — Processo do major Miguel de Frias Vasconcelos, por ter se rebelado e desertado em 1832. X
- 89 — Pernambuco. Documentos diversos. 1879 e 1881.
- 90 — Maranhão. Documentos diversos. 1879 e 1881.
- 91 — Pará. Documentos diversos. 1879 e 1881.
- 92 — Relatório da Diretoria das Obras Civis e Militares (1862).
- 93 — Rio Grande do Sul. Informação acêrca do Relatório apresentado pelo coronel José Xavier Garcia d’Almeida

sobre as obras militares da Província do Rio Grande do Sul.

- 94 — Comissão ao alto Uruguay — 1870 a 1880.
- 95 — Relatório apresentado ao Exm.^o Governo da Província do R. de Janeiro pelo cap. engenheiro Antonio de Figueiredo Mendes (1856).
- 96 — Estrada D. Francisca. Paraná. 1869.
- 97 — Parahyba do Norte — relatório apresentado pelo 1.^o ten. Francisco Pereira da Silva. 1850.
- 98 — Província do Espirito Santo. 1880.
- 99 — Espirito Santo. Ano de 1879.
- 100 — Relatório. Alagôas. 1850.
- 101 — Relatório sobre a fortificação de Jaguarão (Rio Grande do Sul), ordenado por Caxias em 1845.

(Continua)

Juiz de Fóra e a Genealogia do Duque de Caxias

Por MUCIO DE ABREU LIMA
(Do Instituto Historico de Minas Gerais)

Luiz Alves de Lima, Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, encarnação fiel do verdadeiro militar, cujo nome os brasileiros veneram e trazem gravado no coração, descende, pelo materno, de ilustres varões que nos tempos coloniais habitaram o Caminho Novo das Minas, aberto por Garcia Rodrigues Paes e trilhado pelo glorioso Tiradentes, que pregou os ideais da nossa independência.

Seu avô materno, coronel Luiz Alves de Freitas Belo, proprietário da fazenda do Ribeirão no Município de Barbacena, reinól, filho de Antonio Francisco Belo e d. Mariana Domingues, da freguezia de São João Batista da Vila de Monté Real, bispado de Leiria, casou-se com d. Ana Quitéria Joaquina de Oliveira, senhora de grandes virtudes, natural de Minas Gerais.

Dêsse abençoado consórcio nasceram, entre outros filhos, d. Mariana Candida de Lima, casada com o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pais de Caxias, e Wenceslau de Oliveira Belo e Joaquim Mariano de Oliveira Belo, que pelos seus merecimentos alcançaram o honroso posto de marechal.

O tenente-coronel José Lopes de Oliveira, bisavô de Caxias, pai de d. Ana Quitéria, natural da freguesia de Santa Maria do Olival, bispado do Porto, filho de Manoel Lopes e Izabel Fernandes, vindo para o Brasil em fins do primeiro quartel do século XVIII, aqui se estabeleceu com vasta fazenda de cultura à margem do Ribeirão de Alberto Dias, afluente do Rio das Mortes, nas cercanias de Barbacena, comprando depois o sítio do "Cará", dos herdeiros de Alberto Dias de Carvalho. Adquiriu também outras sesmarias, cuja posse legitimou.

Católico fervoroso, edificou em sua fazenda a antiquíssima capela de Nossa Senhora do Rosário e São José, conforme nos dá notícia o saudoso professor J. C. Soares Ferreira, em artigo publicado no "O Sericicultor", editado em Barbacena.

Casou-se com d. Bernardina Caetana do Sacramento, tendo entre outros filhos os inconfidentes coronel Antonio Lopes de Oliveira e o padre José Lopes de Oliveira.

D. Bernardina, nascida na fazenda do Medeiros, em Juiz de Fôra, então freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira, era filha de Domingos Gonçalves Chaves, natural da freguesia de São João da Cerveira, comarca de Chaves, arcebispado de Braga, e d. Micaela dos Anjos Coutinho, natural da freguesia de São João do Merití, Capitania e bispado do Rio de Janeiro.

O coronel José Lopes de Oliveira faleceu a 16 de março de 1778 no sítio da Cachoeira e sua mulher d. Bernardina a 5 de janeiro de 1782, sendo ambos sepultados dentro da matriz da igreja Nova da Piedade (Barbacena).

Domingos Golçalves Chaves e sua mulher d. Micaela, tataravós de Caxias, possuíram além da fazenda do Alcaide Mór, em Juiz de Fôra, havida por adjudicação no inventário de Antonio Vidal, pai do inconfidente Domingos Vidal, a fazenda do Medeiros, aqui também situada, desde 1730, conforme se vê da petição seguinte, feita em 1782:

"Diz d. Micaela dos Anjos Coutinho, viuva de Domingos Gonçalves Chaves, senhora e possuidora ha mais de 50 anos d'hum Fazenda de Rossa chama Medeiros, cita neste Caminho novo do Rio de Janeiro, titulada com carta de sismaria d'hum legoa de testada com Pião na paragem das cazas de vivenda da mesma fazenda... que se não havia medido e demarcado por se haver prohibido a penetração daquelles mattos e porque tendo hum pleito inda em vida de seu marido com seu visinho o Sargento Mór José de Souza Fragoso senhor da fazenda chamada Marmelo, sobre divisas de terras no Juizo da Provedoria desta comarca, juntou a elle a prova de seu articulado e o respectivo título, e procurando-o agora para fazer a medição, por se haver facultado a penetração dos dittos mattos, não apparecem os autos no cartorio."

Demonstrado ficou que os ascendentes maternos de Caxias residiram muitos anos em Minas Gerais e em Juiz de Fôra nasceu e viveu a bisavó do grande soldado, d. Bernardina Caetana do Sacramento.

Pelo lado colateral, também viveram e nasceram em Juiz de Fóra vários parentes de Caxias.

O coronel José de Freitas Belo, irmão do coronel Luiz Alves de Freitas Belo, tio avô, portanto, de Caxias, possuía nesta cidade uma sismaria anexa à fazenda de Juiz de Fóra, a qual foi transferida mais tarde ao brigadeiro José Vidal de Barbosa que a vendeu juntamente com aquela fazenda a Antonio Dias Tostes, em 30 de Junho de 1812. Era cirurgião aprovado por Sua Majestade e faleceu em estado de solteiro a 16 de outubro de 1796, deixando como universal herdeiro o seu irmão Alexandre Alves Batista Belo. Acha-se sepultado na Matriz de Barbacena.

O coronel José Ricardo de Oliveira Belo e sua mulher d. Mariana Corrêa Belo, tios de Caxias, faleceram neste município, na fazenda do Retiro, de que eram proprietários, deixando entre outros descendentes o de nome Luiz Augusto de Oliveira Belo, aqui falecido em 1858 com prole numerosa, todos primos em primeiro gráu de Caxias.

Realçar os fatos acima narrados é para os juizforenses e os que cultivam as tradições desta terra, um dever de gratidão.
(Transcrito do Diário Mercantil de Juiz de Fóra de 4-1-1943)

A Redivisão Territorial Política e o Território do Tocantins

LYSIAS A. RODRIGUES - Coronel Aviador

As crises político sociais que de quando em vez sacodem os países, no decorrer da paulatina evolução secular por que forçosamente passam, crises decorrentes da atuação mais forte ou mais fraca, visível ou não, de fatores internos e externos, principalmente os de caráter geográfico, são os marcos delineadores do seu fâcies político.

Essas crises, por vezes longas, que se repetem, formando ciclos perfeitos, alternados, parecem deixar ver a existência de uma lei de equilíbrio permanente, na sucessiva compensação dos valores. Foi observando essas crises cíclicas que Crozals escreveu:

“Na desordem aparente dos fatos, cuja infinita variedade forma a História, é uma satisfação para o espírito constatar essas grandes correntes que a certas horas parecem arrastar para um fim previamente assinalado, os grupos de acontecimentos e os homens que têm a ilusão de os combinar”.

Aqueles que se dedicaram ao estudo da nossa História, de há muito observaram como os grupos de acontecimentos e os homens que têm a ilusão de os combinar, já nos deram quatro ciclos políticos distintos, perfeitamente demarcados: o *colonial*, o *imperial*, o *republicano* e o *revolucionário*.

Aquí no Brasil, como em outros países, a lei desconhecida que rege tais fenômenos, apresentou-os com valores compensados. Os ciclos colonial e republicano identificam-se pela mesma forma de ação livre e sem peias dos fatores geográficos, na mais ampla ação dissociativa, enquanto que os ciclos

imperial e revolucionário, ao invés, primam em apresentar as características formais da mais rígida ação repressiva à atuação desses fatores.

A descoberta oficial do Brasil por Pedro Alvares Cabral, embora expressasse o desejo de posse da terra brasileira, de forma alguma significava interesse por parte de Portugal em povoá-la e assegurar-lhe o progresso, uma vez que as riquezas fabulosas das índias, obcecavam a ambição e a ganância da gente portuguêsã, e relegavam ao esquecimento a gleba brasileira onde as riquezas ainda estavam por descobrir.

Quando foi necessário a Portugal defender a nova terra de Santa Cruz contra a cobiça desenfreiada da pirataria alie-nígena, de forma alguma olhou a solução política adequada, mas tão somente a satisfação dos desejos dos áulicos, dos favoritos e grão senhores. Daí ser a nova terra dividida em capitânicas, cuja frente costeira era sabida, mas o interior, o sertão, completamente desconhecido.

A consequência desse erro primário foi que os fatores geográficos atuaram livremente, trazendo um desenvolvimento desigual das capitânicas, uma evolução dispar desses núcleos iniciais de povoamento.

Diz Oliveira Vianna, analisando esse ciclo colonial:

“O governo português, criando o regime das capitânicas, criava “ipso facto” a inviabilidade do governo unitário, porque a dispersão desses nódulos de povoamento, a enormidade das distâncias que os separavam, os meios de comunicação mais que rudimentares, precários escassíssimos, forçaram os dirigentes coloniais a abandonar o belo sonho da unidade política e administrativa da colônia”.

Outra coisa não era de esperar, uma vez que a ação poderosamente desintegradora da nossa desmarcada base física de então, cada dia aumentava mais. A livre atuação dos fatores geográficos só se contrapunha, de quando em vez, em certas fronteiras ou no litoral, a ação centrípeta das pressões externas das lutas com os estrangeiros.

Demonstrando a absoluta falta de compreensão do problema, os dirigentes coloniais transformaram "o belo sonho da unidade administrativa e política da colônia" em um terrível sistema de exploração fiscal, absurdo, despudorado, tendo chegado ao cúmulo de mandarem trancar algumas das raras vias de comunicação existentes, advindo como consequência lógica um absurdo maior: a fragmentação do poder como meio de administração e defesa! Caso único na História!

A proporção que esses centros iam-se tornando, por seus próprios recursos, autônomos, ia-se subdividindo e enfraquecendo à força do governo, tanto mais quanto maiores as distâncias e as dificuldades de comunicações. Pela livre ação dos fatores geográficos, passou-se da fragmentação do poder à sua subdivisão, depois à pulverização, chegando-se mesmo, no *hinterland*, à completa anulação do poder. Além dessa ação direta dos fatores geográficos sobre a organização política colonial, houve a ação indireta, que se manifestou pela diferenciação da estrutura político-administrativa, de um modo sensível e considerável, evidenciada na constituição diferente desses órgãos administrativos.

Era esse estado, a ameaça iminente da desintegração política do país.

O segundo ciclo, o imperial, inicia-se com a declaração oficial da independência. "O império herda do Brasil Colônia um território espalhado em quasi vinte partes autônomas com pequeníssimas, senão nulas, relações de interdependência. O sentimento de uma Pátria única não estava formado ainda. As várias capitânias, que vão ser as futuras províncias do Império, não se sentem membros de uma mesma família.

Cada uma tem sua evolução própria, sua história própria, suas tendências próprias, para este ou aquele ponto de atração.

Era preciso resolver, portanto, não só o problema dominante e supremo da unidade nacional, mas o não menos sério problema da vida legal, da garantia dos direitos individuais e da ordem pública". Isto implicava automaticamente nas obrigações que assumiam os estadistas imperiais, de organizarem uma Pátria, construirem uma Nação, governarem e dirigirem um Povo! Portanto, o ponto de vista essencial, único, da poli-

tica a ser adotada pelo nascente império, era o da reação formal sistemática, absoluta, contra a ação dispersiva e desintegradora dos agentes geográficos, política essa que caracterizou todo o segundo ciclo, o imperial.

Todos os antigos princípios que norteavam a ação dos chefes coloniais, do máximo aproveitamento dos recursos do país em benefício de Portugal, foram renegados, porque o nóvel império tinha o angustioso problema da unidade nacional a resolver, urgindo a criação "de uma hegemonia central a qual ficasse presa essa constelação de núcleos dissociados, trabalhados todos pelas forças do mais intenso centrifugismo".

Felizmente, "a boa estrela do Brasil" de que nos fala Joaquim Nabuco, mostra-se em tôda a plenitude de seu brilho. E' que, para obter êste poder unitário, os estadistas do império encontraram à mão um fator essencial: o reinante. E assim, reagindo contra os fatores geográficos, tôdas as províncias dissociadas refractárias, rebeldes mesmo, vieram pouco a pouco a gravitar em tôrno do centro dirigente, ainda as mais remotas. Sem êste reinante, sem êste fóco de atração, teria sido impossível evitar o desmembramento do país.

Durante todo o segundo ciclo a ação dispersiva dos agentes geográficos coartados se fez sempre sentir, "represálias das causas geográficas comprimidas em sua ação" de que nos fala o sábio Vidal de la Blache, às quais os estadistas imperiais, por vezes são obrigados a ceder momentâneamente, reagindo porém, logo depois, de modo mais duro, mais enérgico.

O Brasil Colonial cedeu completamente aos fatores geográficos, mas, o Brasil Imperial não podia ceder de modo algum, sob pena de sacrificar a integridade territorial do país.

O modo, porém, pelo qual foi contornado o obstáculo, era artificial. Para que a solução fosse decisiva era preciso que tivesse sido resolvido o problema da circulação do país. Unidade política exige circulação intensa, numerosa, rápida, perfeita, daí o esforço dos estadistas imperiais para alcançá-la.

Os últimos anos de império distinguem-se principalmente pela energia empregada em manter o contacto mais íntimo do centro dirigente com as diversas províncias. Surgem as ferrovias, o telégrafo, o cabo submarino, as rodovias, as compa-

nhas de navegação, marítimas e fluviais, procurando levar de vencida, a todo o transe, a força isolante do deserto, e conquistar essa circulação sem a qual é impossível obter a unidade política.

Esse sonho, porém, não foi mais que principiado então. Oliveira Lima achou que "a pessoa imperial agiu como um entorpecente dos fatores geográficos; mas, no momento que a pessoa real perde o prestígio e cai, todo o organismo se esboça ante a fúria dissociativa, de modo que o regime federativo surge como única tábua de salvação, como o único meio de impedir a secessão iminente".

Inicia-se o terceiro ciclo, o republicano, outra vez com a ação desabalada dos fatores geográficos, que, tendo derruído o trono imperial, chegam ao auge com o municipalismo. A tendência de desagregação dos Estados aumenta, estimulando os regionalismos de caráter separatista, realmente perigoso para o país. Porém, se o ciclo republicano iniciou-se cedendo aos fatores geográficos, a mentalidade do fim do ciclo imperial, da necessidade de um máximo de circulação, é transmitida integralmente aos estadistas republicanos, com o melhor meio de combater esses fatores.

Por todos os meios e modos manifestou-se essa preocupação constante dos estadistas republicanos, quer na ampliação das redes rodovias e ferroviárias, como nas telegráficas, telefônicas e radiotelegráficas, mas, sobretudo, na facilitação da abertura das linhas aéreas comerciais, inicialmente só pelo litoral do país, tudo fazendo para obter esse imprescindível máximo de circulação.

O brilhante autor da "Evolução Social do Brasil" apreciando a situação do país no ciclo republicano faz a sábia ponderação seguinte:

"Insuficiente e geograficamente mal distribuída a nossa rede ferroviária na sua expansão republicana denuncia um pensamento superior, não tanto de circulação propriamente dita, como de articulação das diversas regiões do país. No seu rápido esgalhar para o norte e para o sul, na sua inflexível projeção para

o âmago dos nossos sertões, sente-se que a idéia que anima é, antes de tudo, a de prender em seus tentáculos de aço as diversas porções isoladas, dissociadas, da nacionalidade. O pensamento de sua expansão é menos econômico do que político”.

Razão sobeja tinha o sociólogo patricio em fazer tais considerações, porque socialmente, foi o Brasil desde sua descoberta, um vasto arquipélago.

Daí a tendência inata de nossa rede ferroviária, por ele tão bem analisada.

No terceiro ciclo, com a absoluta descentralização republicana, os fatores geográficos agiram livremente. Em quase todos os Estados, sendo reduzidíssimos os elementos capazes de os dirigir política e administrativamente, houve por tôda a parte erros irreparáveis, fracassos dolorosos, desmandos, desordens, abusos de tôda a classe, que vieram somar-se à ação dos fatores geográficos, dando como consequência aflorarem em chagas vivas tão dolorosas, que o povo brasileiro sentia-se como o povo europeu do século XV, apreciado pelo historiador Rocha Pombo assim:

“A sociedade do ocidente parecia concentrar-se em si mesma, suspirante por alguma coisa nova que seu coração talvez pressentisse, mas que o seu cérebro ainda não se mostrava capaz de perceber”.

Era que um novo ciclo se avizinhava. A evolução da mentalidade do povo precipita os acontecimentos, e uma crise política provoca a eclosão do quarto ciclo, o ciclo revolucionário.

Desde seu início o quarto ciclo político brasileiro apresenta-se com as mesmas poderosas características do ciclo imperial, pela violenta campanha que desde logo encetou contra os fatores geográficos.

A mudança de sinal do ciclo, acarreta sempre perturbações político-sociais profundas, maxime quando o surto de um ciclo novo é consequente de um movimento revolucionário.

O Brasil viveu alguns anos do início desse ciclo revolucionário sob uma tensão política enorme, fruto da luta travada com os fatores geográficos em vias de encadeamento. Reações violentas, tentativas frustradas de idealismos esdrúxulos, experiências dolorosas, tateamentos do caminho a seguir.

Porém, o desejo de acertar, de agir de acôrdo com a realidade, com os interesses do país, era mais forte, era pleno de energias viris e sadias. Daí o Estado Novo.

A impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias é substituída pela rede de aérovias, que rapidamente cobre todo o país; a dificuldade de estender fios telegráficos por todo o território nacional é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda a parte. Estimulou-se a navegação fluvial e marítima, organizaram-se os planos nacionais, rodoviários e ferroviário, ao mesmo tempo que uma centralização enérgica era desenvolvida pelo Governo Federal, cortando cerce regionalismos doentios, coibindo expansões políticas absolutas, estabelecendo uma só bandeira, a nacional, um só hino, o do país, sob a mística soberana: grande, só o Brasil!

De tão acertadas medidas decorrem conseqüências de imenso benefício para o progresso do país, que começa, enfim, a marchar seguramente para os seus altos destinos.

Mas, estava escrito que essa marcha não seria sem tropeços. As nuvens negras da guerra que sombreavam todo o mundo, de repente eclodiram. A interdependência estreita que junte hoje em dia todos os países, arrastou-nos no turbilhão da guerra. Suas exigências rígidas, suas duras imposições, pesaram de súbito sobre o Brasil fazendo ressaltar o grave defeito de nossa divisão política, pouco diferente daquela do Brasil colonial.

Nossa situação de arquipélago social foi claramente evidenciada, com todo o cortejo de prejuízos e dificuldades dela decorrentes. A tentativa de obtenção do máximo de circulação encetada pelo Governo federal, forçosamente vagarosa pela escassez de recursos financeiros, de aparelhamento técnico, mas, sobretudo, pela imensidão das distâncias, houve que ser rapidamente incentivada com sacrifício imensos.

E como o nervo da guerra é o dinheiro, o Brasil viu refletir-se de imediato em sua situação econômica e financeira o erro de sua divisão política; os problemas da paz, de relevância extrema e conseqüências imprevisíveis, exigem solução antecipada, dando como resultado aqui, não uma sensível melhoria da situação política, mas um fundo desassocego, enorme descontentamento, aspectos evidentes da enorme tensão, quase de reação.

Que significa isso?

Senhores, não há negar, estamos em vésperas de um novo ciclo político no Brasil.

Politicamente, sabemos que ele não poderá tender para a direita nem para a esquerda, mas, sim, marchando em linha reta para a frente, adotará uma solução puramente brasileira.

Se a ordem cronológica em que os ciclos anteriores se verificaram continuasse, deveríamos esperar um novo ciclo político em que os fatores geográficos, a haver incompreensão dos dirigentes, atuassem de novo sem peias nem medidas.

Seria a desgraça do Brasil, presa fácil da cobiça alienígena, de ha muito desejosa de apossar-se da porção opima que é a nossa Pátria. Seria sua dissociação, sua partilha pelos mais fortes, aqueles que ainda hoje chamam a si a solução dos problemas mundiais, sem levar em conta a igualdade que deve existir entre tôdas as nações em seus direitos e deveres.

Não podemos consentir que tal se verifique. Analisemos qual a causa dessa situação e verificaremos facilmente que ela é uma e única: a divisão política colonial que ainda mantemos.

Tanto é ela, que, desde logo, a guerra forçou o Governo federal a demilitar uma faixa fronteiriça, e pouco depois, prever dez territórios federais, balizando-a, dos quais cinco já estão organizados e em funcionamento legal.

Graças a Deus, a Paz avizinha-se a largos passos, com a vitória das Nações Unidas. Se a guerra foi deveras dura, exigindo esforços sobrehumanos de toda a humanidade, não menos dura, não menos exigente de sacrifícios será a batalha da Paz. E esta batalha da Paz acarreta para o Brasil a solução imediata do seu magno problema, o da redivisão política do seu

território, o mais grave problema que o Brasil já teve que enfrentar.

Estudai todos os problemas brasileiros que pedem solução, e em última instância, ireis esbarrar sempre com a redivisão política.

Já pressentimos a aproximação de um novo ciclo político para o Brasil, como consequência direta da guerra e da batalha da Paz, e tudo indica que a nova estrutura política brasileira terá de basear-se nessa solução do problema da redivisão política do país.

O Presidente Vargas, que com a sua presciência política soube dar-nos um Estado Novo com todos os elementos para que o Brasil suportasse os efeitos drásticos da guerra mundial, com pequenos sacrifícios e grandes vantagens do país, e sem ter necessidade de alterar nesse período a estrutura política que adotamos, êle saberá dar-nos uma nova estrutura política de acôrdo com as exigências da Paz, com a jugulação completa dos fatores geográficos. E isso é possível facilmente, porque, como diz Teixeira de Freitas:

“Temos agora, por um complexo de circunstâncias como a História dificilmente nos deparará outro, um Govêrno com autoridade suficiente para desencadear as esplêndidas energias criadoras da Nação e canalizá-las em novos e sábios quadros institucionais, distribuindo-se sob influxos salutares por todos os rincões do território pátrio”.

A criação de vários territórios federais é a mais clara evidência da necessidade imperiosa que tem, de ser atacado, êsse problema máximo do Brasil, mais de acôrdo com a realidade nacional, corrigindo desigualdades, dissemelhanças e dissemetrias, flagrantes em todo o país.

* * *

Mas, vejamos o problema da redivisão política em si mesmo. Desde José Bonifácio e Antônio Carlos de Andrada, que em 1823 tentaram introduzir na Constituição em debate, uma

nova redivisão política do país, até hoje, podemos dizer que todos os grandes vultos do país enfrentaram decididamente este problema, sem conseguirem, vê-lo solucionado. Varnhagem, Pimenta Bueno, Fausto de Souza, Cândido Mendes, Tavares Bastos, Rangel Pestana, Quintino Bocayuva, Magalhães Castro, Amaro Cavalcanti, Felisberto Freire, Alberto Torres, Carlos Maximiliano, Afonso Celso, João Ribeiro, Sílvio Romero, Everardo Backeuser, Max Fleiuss, Oliveira Viana, Segadas Viana, Teixeira de Freitas e tantos outros, formam uma falange de inteligências brilhantes a propugnar pela solução do mais importante e premente problema do Brasil. Essa pleiade de homens de valor, é a própria consciência da nação, a reclamar a solução urgente desse magno problema.

Se, no dizer do Gen. Bandeira de Mello, “a república veio encontrar latente nos meios cultos a imagem ainda imprecisa do revisionismo”, essa idéia amadureceu no período republicano, e já no começo do ciclo revolucionário, em 1933, eclodia soberana no relatório da “Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal”, nomeada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, onde consta textualmente:

“A divisão territorial do Brasil é má e anticientífica, por ser um aleijão geográfico e ter havido descritério político nos desdobramentos posteriores das capitâneas, agravado com a deformidade da estrutura física e o descaso da república federalista”.

Queremos crer que o erro da divisão política deficiente do Brasil, estava na consciência dos nossos dirigentes desde o Brasil colônia.

No entanto, o Brasil perdeu a oportunidade de corrigi-lo em 1823, em 1889, em 1930, em 1933 e em 1937 com o Estado Novo. Já agora seis novos Territórios Federais estão organizados; mais cinco outros, previstos na região fronteiriça terrestre, hão de breve ter organização.

Não vamos, aqui, apreciar as imensas e inúmeras vantagens que decorrem desses atos. Estão no consenso público, tão óbvias são.

Desejamos apenas dar-vos mais uma prova da necessidade, da imperiosa necessidade dessa redivisão política. Se traçardes uma linha acompanhando o curso do rio Tocantins e seu afluente o Araguaia, continuando pelo rio Paraná abaixo, verificareis que essa linha divide o Brasil em duas porções quase iguais; à direita encontrareis quase uma vintena de organismos estatais, enquanto que à esquerda, só três Estados. Tal fato mostra claramente o absurdo da atual divisão política. Se olhardes o mapa do censo demográfico de 1940, com espanto verificareis que aquela zona à esquerda da linha traçada é, francamente despovoada, quando não desconhecida dos civilizados. Diz Alberto Whately. "A condensação econômica e demográfica do litoral atlântico aposta ao completo abandono em que se encontra o Brasil interior, configura em seus descladores detalhes o desequilíbrio constitucional que deforma nossa evolução econômica condensada na periferia, enquanto suas energias potenciais profundas esperam pacientemente a integração dos grandes vãos demográficos".

Impõe-se, pois, uma nova divisão política do país, capaz de atender ao imperativo da "conquista do Brasil pelos brasileiros", antes de povoá-lo e civilizá-lo. E urge essa providência, se quizermos que o signo do novo ciclo político que se avizinha seja de fato o de combate feroz aos fatores geográficos.

Queremos crer que o Governo federal estudando a fundo o problema da redivisão política do país, chegou à conclusão de que tal medida, por certo drástica, não deveria ser executada "in totum" de uma só vez. Daí os territórios federais fronteiriços e o de Fernando de Noronha, cujas finalidades o Presidente Vargas apontou no seu notável discurso de Guaira.

Então, se assim é, o clamor que sobe de vários recantos do país, solicitando a criação de novos territórios federais, pode e deve ser atendida, porquanto vem ao encontro das realidades e necessidades nacionais.

O incessante pedido das populações do Tocantins, do sul de Mato Grosso, do Triângulo Mineiro, do oeste do rio S. Fran-

cisco, e de tantas outras regiões, é a mais viva materialização de uma necessidade nacional urgente, na sua mais expressiva demonstração.

Senhores, acredito que todos vós sabeis que de há muito me bato pela criação do Território do Tocantins. Acabais de ver que a criação de um território será mais um elo de fortalecimento da unidade nacional, mais um passo em frente para a conquista, ocupação e civilização do nosso imenso hinterland. Mais, será um novo foco de progresso plantado bem no meio de nosso Brasil, um benefício imenso àquelas populações abandonadas e exploradas, o maior bem que se possa fazer ao nosso Brasil.

Permiti, pois, que vos fale um pouco sobre a região tocantina.

A força isolante do deserto desde há séculos insula completamente o bravo povo tocantino. É uma dura contingência do meio físico, é a consequência natural de fatores geográficos imanentes, essa série sem conta de obstáculos postos no intercâmbio com as regiões limítrofes, essas dificuldades sérias antepostas mesmo ao controle eficiente do governo federal.

Plantado no coração do Brasil, não pôde nunca a zona tocantina gozar facilmente das benesses da civilização do litoral; ainda hoje, pouco mais fazemos do que carangueijar pela costa, como já clamava ha séculos Fr. Vicente de Salvador.

No entanto, os filhos do Brasil culto, esses que gozam da civilização que lhes aporta de continuo de além mar, não só não se preocupam em levar a cultura e a civilização aos seus irmãos sertanejos, como ainda aproveitam todo e qualquer motivo para ridicularizá-los, nem sequer levando em consideração o esforço másculo por eles empregado em conseguirem o que têm, desdenhando até sua preciosa e patriótica cooperação.

Desde o Brasil colônia vêm as plagas tocantinas sendo relegadas ao esquecimento, postas à sombra como se fossem regiões sem valor algum.

Se alguém, como Couto de Magalhães ou Coudreau, levanta a voz para cantar a beleza e a riqueza do vale do To-

cantins, sua voz não ecôa pelo Brasil em fóra; si um Cunha Matos ou um Ayres do Casal mostra a aspereza da vida naquelles sertões, ninguém aparece para tentar siquer ajudar aquelles patricios nossos.

Dura é a vida dèsses brasileiros, deixados ao léo da sorte, malsinados, desamparados, sem auxílio de qualquer espécie, e no entanto tão cheios de patriotismo, de bravura e de resignação.

A região tocantina é, não há negar, áspera e bravia; constituindo a parte norte do Estado de Goiaz, a mais preciosa gema da corôa Portuguêsa do Brasil Colônia, acha-se entaipada pela fereza dos seus limites, permanecendo selvagem e adusta até hoje, à espera de que os bons brasileiros a integrem de vez nesse todo indivisível e uno que é o nosso Brasil.

Parte integrante que é do Estado de Goiaz, a região tocantina, sofreu com êle suas vicissitudes, seus males e nunca seus raros beneficios.

A capitania geral de Goiaz foi criada a 7 de Novembro de 1744, porém, só em 1749 foi que seu 1.º governador, D. Marcos de Noronha, fixou seus limites. Abrangiam êles um mundo de terras selvagens e desconhecidas quase, que se estendia em latitude por mais de 300 léguas, desde a cachoeira de Itabôca, na fronteira do Grão Pará, às margens do Rio Grande, que era a divisa com São Paulo; em longitude, Goiaz estadeiava desde a serra dos Arrepellidos, que marcava os limites das Gerais, até ao Rio das Mortes onde Mato Grosso confinava.

Era um estendal de campinas verdejantes, regadas por abundantes águas, planaltos altaneiros se alteiando em seu centro, matizados de árvores floridas das mais variadas cores vivas; a contrastar com a beleza incrível das paisagens, a mata virgem verde escura formando o fundo do quadro maravilhoso que era a nova Capitania Geral dos Guaiazes.

Um clima delicioso, assegurado pelos aliseos constantes do nordeste e pela altitude dos planaltos, rivalizava em excelência com a riqueza espetacular do sub-solo.

A princípio foi só o ouro, que Sebastião Marinho descobrira nas nascentes do rio Maranhão. Êle rodopiava nas bateias em pepitas enormes e em quantidade nunca vista. De-

pois riquezas sem par foram verificadas; diamantes, cristais, níquel, chumbo, mármore, gesso, pedras semi-preciosas, todo um mundo de abundância estonteante. Sem dúvida alguma, profundamente errados andavam os aventureiros que buscavam no vale amazônico o sonhado El Dourado! Sim, porque se havia um Eldorado, este estava nessa região maravilhosa!

Desde que Portugal teve conhecimento das imensas riquezas ali existentes, que vieram mesmo ofuscar aquelas de que se gabavam de possuir os espanhóis no Perú, afanou-se o governo luso em montar uma máquina exploradora terrível, sob o simbólico rótulo "fiscal".

Não faltou idéia exploradora que não fosse aproveitada. Quintos de ouro, dizimos, dádivas, "expontâneas" aos príncipes casadoiros, taxas, impostos, sizas, arrecadações, direitos de entrada, direitos de passagem nos rios, arrematações, coletórias, enfim, de todos os expedientes lançaram mão os portugueses, até não encontrarem mais coisa alguma que pudesse dar-lhes o direito de extorsão do povo daquela Capitania Geral dos Guaiazes.

E não eram só os renóis os gananciosos; as autoridades portuguesas ali instaladas, ansiava por enriquecer, rapidamente, qualquer que fosse o meio, até honestamente, se possível. De quando em vez o governo português determinava uma devassa, e surgia logo um escândalo cabeludo. Nem mesmo os governadores de Goiaz estavam isentos, e prova é, a devassa contra D. Alvaro Xavier de Botelho Távora, que foi julgado e condenado, juntamente com quatro ouvidores, dois provedores da fazenda real, doze empregados de provedoria e outros servidores menos graduados. Era enfim o roubo arregimentado!

E' que a extração do ouro montava a somas fabulosas. Apesar dos roubos, contrabandos e perdas, só em 1755 atingia em Goiaz a mais de 200 mil oitavas! Uma pepita achada por Amaro Leite pesava 20 kgs. 250 grms.; Em Arraias, diz o cônego Pizarro, foram encontrados aluviões tão ricos que "davam 60 oitavas de ouro por bateada". Mas, as minas goiâneas, então exploradas, não era inexauríveis, e já em 1805 a explo-

ração do ouro em Goiás baixava à expressiva soma de pouco mais de 15 mil oitavas, produção assim mesmo notável.

Foi, porém, o esgotamento da possança aurífera de Goiás a salvação de sua gente. O norte do Estado, a região tocantina, ficou pode-se dizer, intacta, à espera do Brasil de hoje para aproveitá-la, a bem de sua grandeza e seu poderio.

Esgotada a riqueza de Goiás, pelo menos assim o supunham os portugueses, foi a capitania geral relegada ao abandono completo. Mas, já a ação dos fatores geográficos pesava sobre terras goiâneas; em 1815, perde Goiás para a Capitania do Maranhão largo trato de suas terras do vale tocantino, e mais ao sul, toda a região conhecida por Farinha Podre, o atual triângulo mineiro, em benefício das Gerais. A ganância das áreas territoriais não se justificava de forma alguma por essas capitanias, já de se imensas, uma vez que até agora largos tratos de suas jurisdições não gozam ainda dos mil benefícios da civilização de hoje. Parodiando o dr. Oclécio Martins podemos dizer que "Goiás ainda é uma monstruosidade geográfica tão grande, que desanima quase vencer as distâncias de seus extremos".

O Império olhava Goiás como se aquela província fôsse apenas o fundo do quintal; a República foi mais longe, pois houve alguém que considerasse Goiás e o Piauí como "meras ficções geográficas". Mau grado êsse ponto de vista dos governos imperial e republicano, o sul do Estado de Goiás prosperou e desenvolveu-se, graças exclusivamente aos esforços de seus filhos.

Tão grande é em Goiás essa ansiedade pelo progresso e pela civilização, que, segundo Carvalho Ramos, não hesitou em fazer a sua secular capital, a Vila Boa de Goiás, "marchar ao encontro dos trilhos da via férrea que deviam um dia atingi-la", ressurgindo em uma nóvel capital, a ridente Goiânia. Inconsciente embora, Goiânia é sem o saber um exemplo objetivo gritante para o Brasil. O deslocamento da velha capital para a nova, não foi segundo o sábio plano do Presidente Vargas "rumo a oeste", e sim para sudeste. Por que? porque entre ambas medeiava quase o vazio. Era preciso voltar à orla do Brasil ocupado e civilizado, aí retomar forças para poder

levar mais para oeste o progresso. No norte de Goiaz a civilização incipiente parou na margem direita do Tocantins.

Mas, o valioso vale do Tocantins, êsse ficou enquadrado pela força isolante do deserto. A revolução de 30 veio encontrar o norte de Goiaz completamente segregado do Governo estadual. O único pulmão por onde respirava então a zona tocantina, era Belém do Pará, por meio do encachoeirado Rio Tocantins, exclusivamente.

Em 1931, quando pela vez primeira procuramos penetrar no Vale Tocantins, os moradores do sul do Estado consideravam rematada loucura tentar tal viagem. Desconhecimento completo do que era o vale tocantino, pela absoluta falta de vias de comunicação e nada mais.

Anos depois o vale tocantino recebia do governo federal a benção magna de uma rota aérea do Correio Aéreo Militar, que embora usando aviões pequenos e uma só vez por semana, prestou e presta ainda relevantísimos serviços, não só aos tocantinos, mas ao próprio governo federal. Acontece, porém que um único benefício, por grande que seja, e êste inegavelmente o foi, não passa de gota d'água no oceano das necessidades imensas daquela gente do norte de Goiaz, tão merecedora de nosso integral apoio.

Depois de percorrermos o vale tocantino desde Formosa a Belém do Pará, por terra e pelo ar, pudemos melhor avaliar a dívida imensa do Brasil para com aqueles seus abnegados e patrióticos filhos. Conquistados por êles, pusemos-nos em campo para ajudá-los em todos os setores ao nosso alcance.

Tendo tido a honra de sermos designados representante do Ministério da Aeronáutica junto à Comissão do Plano Rodoviário Nacional, pudemos bater-nos com alma e coração pela grande rodovia Belém do Pará-Santana do Livramento, que traça, pode-se dizer, a espinha dorsal do Brasil, servindo todo o vale Tocantino, e que foi batizada com o feliz e simbólico nome de *Transbrasiliana*, sugerido pelo dr. Teixeira de Freitas. Hoje a *Transbrasiliana* faz parte do Plano Rodoviário Nacional.

Igualmente envidamos esforços para o estabelecimento ali de uma rota aérea comercial, e graças à boa vontade e pa-

triotismo do dr. Junqueira Ayres, então diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, foi feita a concorrência para a ligação aérea comercial Goiânia-Carolina, tendo sido vencedora a Viação Aérea S. Paulo, que breve iniciará seus serviços regulares. Já outras companhias aéreas comerciais se apressam também a iniciar serviço regular naquelas paragens.

Seriam essas providências suficientes? Por certo que não. O governo estadual não se interessou nem se interessa pelo vale tocantino, a não ser sob o ponto de vista fiscal. Só o governo federal poderia meter ombros a essa tarefa homérica. Surge então logicamente a idéia da criação do Território do Tocantins, abarcando de início todo o vale tocantino, como solução ideal da conquista efetiva do vale do Tocantins para o Brasil!

Vasto é o nosso território. Vasto, rico, apenas com densidade demográfica apreciável em menos da metade de sua área. Pode-se dizer mesmo que dois terços do Brasil estão por ser conquistados pelos brasileiros. E não é só conquistar. É povoar, abrir estradas, sanear, dar instrução, civilização e progresso a esse colosso!

A nóvel geopolítica, abriu os olhos dos brasileiros que estudam, para o perigo que nos ameaça, porque, uma de suas leis *estatuí* que os grandes tratos de terra sob um mesmo domínio, impõe automaticamente a criação de um dogma imperialista local.

Devemos preparar-nos para essa eventualidade de defesa dos nossos direitos e de confirmação de nossas possibilidades. Não pesam sobre o povo brasileiro intuítos imperialistas, que não sejam aqueles de conquista e posse de nosso próprio território. Ambicionamos nosso lugar ao sol, pelo prestígio de nossa inteligência, pela grandeza de nossos sentimentos, pela nobreza de nossas atitudes, pelo esforço industrial e comercial de que fomos capazes, porém, isto não significa que seremos presa imbecile de quem quer que tente apossar-se do que nos pertence, há séculos, legado pelos nossos maiores, os bravos portugueses.

Para tanto, basta e é suficiente, que todos nós cerremos fileiras para que o Brasil complete a obra iniciada da redivi-

são política territorial do Brasil, fazendo-a mais consentânea com as realidades e necessidades nacionais.

Inicialmente o nosso projetado Território do Tocantins, foi baseado no projeto de redivisão política territorial do dr. Teixeira de Freitas, o culto e brilhante Secretário Geral do Instituto de Geografia e Estatística, porque tal projeto era o único que daria ao Brasil um novo fâcies político sem violentar ferrenhos preconceitos regionalistas, nem ferir melindres de mentalidades pouco avisadas ou interêsses políticos subalternos.

O projeto Teixeira de Freitas apresentava-se realmente sedutor, baseado como era em razões sólidas, e atendendo as premissas geopolíticas que melhor justificavam os interêsses nacionais.

E' bem verdade que, desde que o plano Teixeira de Freitas foi lançado, modificou-se radicalmente o cenário mundial, onde entraram em jôgo forças poderosas, incontroladas muitas, provocando profundas modificações em todos os países; daí a necessidade de ser êle modificado.

Se hoje em dia, vemos e escutamos o clamor dos apelos, das petições, das implorações que são feitas pelas populações de numerosos municípios do interior do país ao Sr. Presidente da República, não só aqueles das proximidades do esperado Território do Tocantins, como de várias outras regiões do país, é que os Estados a que elas pertencem são incapazes de lhe levarem o progresso e a civilização, lançam-nas no desespero com a extorsão fiscal, obrigando-as inconscientemente a buscarem o lenitivo do contrôle federal direto.

Há 120 anos o govêrno goiano não visita a região que aspira converter-se em Território do Tocantins. Se dermos agora, rapidamente, um balanço no que é essa imensa região de 300.000 km², onde vivem quase 200.000 almas, 200.000 bons brasileiros, sentireis o rubor da vergonha corar vossas faces ante a crueza da verdade. Não há uma só rodovia. Os raros caminhos ali existentes, são abertos pelas patas dos animais ou pelas rodas de um auto caminhão. São os tropeiros e os chauffeurs os heróis dessa conquista. Êles partem levando consigo ferramentas de sápa, que lhes permitam fazer o milagre

de levar a carga a destino. Os rios são atravessados nos váus, e se chove e as águas crescem, com uma paciência beneditina vê-los-eis acampar sumariamente à margem do rio, aguardando que o váu possa ser de novo transposto. Dias e semanas decorrem! Meses não raro!

Como se difundiu "urbi et orbe" que o rio Tocantins era navegável, naturalmente direis: Mas eles não precisam de estradas! Eles têm o rio Tocantins!

O Rio Tocantins! Realmente êle é navegável, mas, na época das chuvas, no período que no sertão chama-se o inverno. E o é, porque então as águas sobem escandalosamente no leito do rio, 15, 20 ou 25 metros, como sucedeu ainda agora neste inverno, e então as águas cobrem tôdas as corredeiras, tôdas as cachoeiras, dando livre navegação até mais a montante de Palma, hoje rebatizada por Paraná.

Porque no resto do ano, as inúmeras corredeiras são um contínuo sorvedouro de vida, embarcações e mercadorias. Nós descemos o Tocantins, na estiagem, de Palma a Belém do Pará, e conhecemos as centenas de corredeiras que ali existem, pessoalmente. Como, pois, vai essa região progredir sem ter as vias de comunicação necessárias? Os americanos, precisando para a guerra, urgentemente, de cristal, mica, diamantes, etc. levaram seus aviões de transporte a campos preparados ao lado dos garimpos.

Escolas? Nessa imensa zona há apenas 9 escolas primárias. Estranhareis o alto coeficiente de analfabetismo? Não há mesmo uma única escola federal.

Tudo o que ali existe é o esforço particular exclusivo de seus habitantes. São aqueles heróis, cheios de patriotismo que isolados, abandonados, sem esperanças, voltam-se ainda angustiosamente para o governo federal, clamando pela libertação, pelo novo 13 de Maio que possa dar-lhes escolas, estradas, pontes, saneamento, remédios, instrução, navegação segura, luz, água, esgotos, técnicos que explorem suas riquezas, especialistas que lhes ensinem a tirar o melhor proveito da terra e de suas criações.

Hoje, a cidade de Natividade é bem o símbolo dessa região tão linda, tão rica e tão abandonada. Tem campo de

aviação e não aterram nele os aviões; tem escolas que não funcionam por que o pardieiro em que as localizaram ameaça ruir a todo o momento; tem igreja, cujo rebôco e sino foram dosados com ouro, não tendo padre para dirigir as cerimônias religiosas; o correio passa meses sem chegar até lá. Tudo está fechado. Tudo vegeta miseravelmente.

Só uma coisa floresce. Só uma coisa prospera a olhos vistos. O regime fiscal. Tudo ali está fechado, senhores, até o cemitério local. Mas, as três repartições fiscais ali estão funcionando regularmente, exaurindo uma população que não recebe um benefício por ínfimo que seja!

Senhores! Aí está a razão pela qual eu me bato e combato pelo Território do Tocantins. E' nosso dever vir em socorro de nossos irmãos sertanejos, simples, bons, leais, patriotas, e como nós bons brasileiros.

E agora, eu apelo para o vosso coração! Eu apelo para o vosso espírito esclarecido e vosso patriotismo! Eu apelo para os vossos sentimentos e vossa razão, para que cerreis fileiras comigo nessa obra patriótica de conquistar essa região para o Brasil, para os brasileiros, lutando pelo Território do Tocantins! Lutar por êsse Território, é lutar pela redivisão política, é lutar pela grandeza do Brasil!

A' margem de uma tentativa de padronização da nomenclatura do terreno para uso militar

UMBERTO PEREGRINO

Um volume recentemente publicado na coleção da BIBLIOTECA MILITAR põe em foco uma questão que, conquanto meuda, tem seu valor prático, e assim bem merece um debate esclarecedor. Trata-se do volume O SERVIÇO EM CAMPANHA NA ARMA DE CAVALARIA, em uma de cujas partes o autor, o Cap. Antonio Lira, se propõe a padronizar a nomenclatura do terreno.

Generosa idéia, gigantesca empreza!

O autor, porem, como quem ignora o vulto e a complexidade do que promete, lança-se à obra gostosamente.

Para começar explica, nos seguintes termos, o método que vai adotar: "Considerando que grandes seriam os inconvenientes para os soldados do Sul, caso adotássemos a nomenclatura usada no Norte ou vice-versa, resolvemos aproveitar ambas". Logo aqui cabe um reparo. Não há só uma nomenclatura do Norte e outra do Sul. Em verdade a diferenciação linguística no Brasil desdobra-se segundo umas poucas de regiões — a linguagem do extremo Norte distingue-se da do Nordeste, Mato-Grosso tem seus modismos inconfundíveis, Minas também, e o Rio Grande do Sul possui uma linguagem característica, para só referir as divisões mais nítidas.

Mas, prossegue o autor esclarecendo sobre o seu sistema de padronização: "Quando um acidente, em uma mesma região do país, tem dois nomes, aproveitamos ambos". — "Quando o mesmo acidente tem vários sinônimos em todo o país, aproveitamos todos". E assim conclue: "Nosso processo consiste em agrupar, do melhor modo possível, os acidentes de uma mesma espécie, formando séries referentes às elevações, depressões, águas, vias de comunicações, etc."

Aqui há forte confusão. Tratava-se de *padronização da nomenclatura do terreno* e, subitamente, o autor diz que o seu processo *consiste em agrupar os acidentes*. Não atinamos em que o grupamento dos acidentes do terreno em séries, conforme sejam elevações, depressões ou águas, possa influir na sua nomenclatura. Si registramos juntos, por exemplo — rio, lago, canal, poço, açude — isto não adiantará nada no tocante à variedade de designações que cada um desses acidentes possa ter. Queremos crer que o *processo* do autor cinge-se sómente ao que está expresso nos dois primeiros períodos, ou seja, mencionar juntos todos os nomes comuns ao mesmo acidente. Inda assim não haverá aí, absolutamente, *padronização*. Padronizar seria fixar um único nome para cada acidente, coisa, de resto, destituída de qualquer interesse prático, em se tratando de uma nomenclatura a ser ensinada à tropa. O de que se trata é de familiarizar todos com os nomes usados por todos. Ora, essa solução, a melhor, a única compatível com o fim que se tem em vista, seria em parte alcançada com a suposta *padronização* do Cap. Antonio Lira. Dizemos, em parte, porque há um lado do problema, que escapa ao seu processo: é quando o mesmo nome designa acidentes diferentes conforme o lugar. Estão nesse caso, por exemplo, os termos *estirão* e *perau*. O primeiro significa, na Amazonia, “trecho de rio em linha reta”, ao passo que no Rio Grande do Sul, vem a ser “caminhada longa a pé ou a cavalo”, o mesmo que *estirada* (Roque Callage, Voc. Gaucho); *perau* é da Amazonia no sentido de lugar onde não dá pé, canal do rio (Vicente Chermont) e é gaucho, na informação de Callage e Romanguera, designando precipício que dá para um rio, “barranqueiras de grande altura formando despenhadeiro perigoso”. (O Cap. Antonio Lira registrou *perau* como “um lugar fundo, próximo das margens, onde não se toma pé”; nem o valor amazônico nem o valor sulino; aproxima-se, embora muito imprecisamente, do valor corrente nas demais regiões brasileiras: “lugar profundo do mar, rio ou lagôa, próximo a praias ou margens, cujo fundo, se não alcance e em que se não toma pé, ou simplesmente depressão do terreno próximo às praias ou margens”. — Dicionário da Terra e da Gente do Brasil, Bernardino José de Souza).

Poderíamos, aliás, ter citado *restinga*, o vocabulo de que se serve o autor para documentar a variedade da "nomenclatura de certos acidentes do terreno, segundo as diversas regiões do Brasil". Surpreendente é que o Cap. Antonio Lira, nessas considerações preliminares, alinha alguns significados regionais de *restinga*, mas quando chega a hora de mencionar o termo no corpo da sua nomenclatura *padronizada*, engendra uma definição arbitrária, sem o menor respeito às suas próprias considerações anteriores.

Outras muitas falhas afloram à inspeção da nomenclatura apresentada neste volume. Ora são definições discutíveis ou francamente defeituosas, ora é a técnica da definição que não se recomenda, ora é a definição que não é definição, mas puro enumerar de utilidades, ora são complementos claudicantes à margem das definições.

Tomemos a palavra *taboleiro*. Está assim definida: "uma extensão de terreno plana, arenosa e seca, (parece que houve erro de revisão; a *extensão* não pode ser *plana, arenosa e seca*, é o terreno que o é) onde a vegetação é escassa e especial".

O menos que se podia dizer dessa definição é que é extremamente deficiente. A começar porque *taboleiro* designa coisas diferentes no Nordeste, na Amazonia e em Minas.

No Nordeste há dois tipos de *taboleiro*: *coberto* e *cerrado*. *Coberto* quando se trata de uma "região ondulada, coberta de capim, com vegetação arbórea e arbustiva baixa, em grupos distanciados". *Cerrado* quando "apresenta vegetação mais densa, com arvores baixas, troncos curtos e irregulares, solo coberto de relva". (Bernardino José de Souza). Na Amazonia *taboleiro* vem a ser "um banco de areia que se forma em meio da corrente e que na vazante aparece ao geito de insúa". Em Minas, consoante refere Rodolfo Garcia, "chamam *taboleiro* ao planalto de montículos pouco elevados e separados entre si por meio de vales estreitos".

Geograficamente, adotando a definição do geologo Ralph Sopper, da Inspeção de Obras Contra as Sécas, podemos dizer que *taboleiros* "são planícies de ordinário áridas, quasi sempre quentes, e mais ou menos elevadas, que se sucedem como vastos degraus de uma escada, ricas de vegetação gramínea,

sendo além disto abundantes em sinantéreas e em mangabeiras e outras apocinaceas, bem como em cajueiros, acácias spinoscentes, algumas palmeiras, etc.". Para Barboza Rodrigues *taboleiro* é o "campo sobre o planalto ou rechano".

Vê-se, pois, que haveria muito que esclarecer, com respeito a *taboleiro*, numa nomenclatura do terreno, mesmo a mais despretenciosa, porque o termo, não só tem valores regionais diferentes, como está sujeito a discussão geográfica.

Cacimba, embora sem complicações de geografia, também não obedece à definição do Cap. Antonio Lira: "Poço razo, geralmente revestido por uma barrica enterrada". Esse africanismo angolense não é batismo próprio do "poço razo". Ao contrário, abrange quaisquer "escavações feitas no solo das varzeas ou nos leitos secos dos rios temporários". (Bernardino José de Souza). Frequentemente, como descreve Gustavo Barroso em "*Terra de Sol*", a *cacimba* é profundamente cavada no solo. O Gen. Borges Fortes assinala o termo na linguagem do Rio Grande do Sul, onde significa "escavação profunda junto às habitações para colher filetes das águas subterrâneas". E até se equivoca o ilustre autor porque, ao acrescentar que a *cacimba* "recebe uma parede circular de tijolos para evitar o desmoronamento", diz que "o que se chama no Rio Grande do Sul *cacimba* é denominado no norte cisterna", e isto não se verifica, pelo menos no Nordeste. Lá prevalece exatamente o uso gaúcho: a *cacimba* tem uma parede circular de tijolos para conter o terreno, e cisterna vem a ser uma espécie de tanque coberto, para depósito d'água, geralmente água de chuva.

Barroca figura na nomenclatura do Cap. Antonio Lira confundindo-se com *barranco*, o que é peculiar ao Rio Grande do Sul, e pelo venerando Moraes considerado erro... Na velha aceção lusitana quer dizer "monte ou rocha de barro, terreno desigual" (Laudelino Freire). No Brasil em geral *barroca* "significa buraco, rasgão praticado na terra pelas águas selvagens ou das enxurradas", é a lição do "Dicionário da Terra e da Gente do Brasil", completada com a seguinte observação definitivamente elucidativa: "as *barrocas* são muito frequentes nas estradas comuns do sertão, máxime nas ladeiras".

Capinzal é palavra corrente, conecidissima, quasi não valeria a pena inclui-la numa nomenclatura do terreno para uso militar. Vai "O Serviço em Campanha na Arma de Cavalaria" e acolhe-a, amputando-lhe porem o sentido: admite *capinzal*, unicamente, como "uma plantação de capim". Ora, *capinzal* é um "termo geral que indica terreno coberto de capim de qualquer qualidade." (Bernardino José de Souza.) E até na Baía e em Sergipe as areas plantadas de capim recebem a denominação especial de *campineiros* ou *campineiras*. *Capinzal* está, portanto, longe de ser apenas "uma plantação de capim"; em certas zonas brasileiras, pelo contrário, se fôr *plantação* não é *capinzal*...

Definição tambem viciada é a de *campanario*, dado como "a abertura da torre onde estão colocados os sinos de uma igreja". Todos os dicionários ultrapassam essa definição, ensinando que *campanario* é "torre com sinos, parte da torre em que se suspendem os sinos". (Candido de Figueredo) Alguns, como Caldas Aulete (Dicionário Contemporaneo), não fazem sequer menção à segunda parte, registram simplesmente: "*campanario*, s.m. torre de sinos". O que não se nos deparou nunca foi a definição parcial de *campanario* como "abertura da torre onde estão colocados os sinos", justamente a que o Cap. Antonio Lira formulou.

As infrações da técnica de definir são por vezes chocantes, como neste exemplo: "*Moita ou touceira de mato* — E' uma *touceira de mato* que pode até abrigar um homem a cavalo". Não é que não se entenda; a noção, extremamente corriqueira, dispensaria até registo. Mas, observe-se que o objeto está definido com o próprio objeto: *touceira de mato* é uma *touceira de mato*. E' como quem definisse: *rio* é um *rio*, pouco importando o que subsidiariamente fosse acrescentado. Si se tivesse consignado: *moita* é uma *touceira de mato* não haveria o que censurar. Como está, porém, *touceira de mato* considerada sinonimo de *moita*, e ambas a serem definidas, não é possível aceitar os termos da definição.

Os casos em que, ao envés de definição propriamente, há simples ról de utilidades, não são raros. Exemplos: "*Cerca de ferro* — São usadas, geralmente, para cercar as estradas de

ferro". — "*Cerca de pedra* — Eram usadas antigamente para construção de mangueiras e divisão de estancias ou fazendas".

Como se vê, nem *cerca de pedra* nem *cerca de ferro* foram definidas, o que foge, sem razão identificavel, ao método geral do trabalho. A exceção torna-se tanto mais estranha quanto esses dois tipos de cerca veem registrados de parceria com vários outros (*cerca viva, cerca de madeira, cerca de arame*), todos definidos.

De passagem, cumpre notar ainda duas coisas sobre essas cercas não definidas. Uma é que são mencionadas no singular e o que se segue a respeito delas vem no plural: "*Cerca de ferro — São uzadas...*"; "*Cerca de pedra — Eram uzadas...*" Descuido, grave descuido. A outra observação refere-se ao que ficou dito das cercas de pedra, que "eram uzadas antigamente para construção de mangueiras e divisão de estancias ou fazendas." Ora, o carater das cercas de pedra não está em que fossem uzadas antigamente. Mesmo porque elas são atuais, são de todos os tempos. Não correspondem a uma questão de época, mas a um imperativo economico. Nos lugares onde a pedra fôr abundante, e oferecer vantagem de preço sobre os outros materiais de construção, haverá cercas de pedra, calçadas de pedra, enfim o aproveitamento da pedra em todas as construções que se conciliem com a rusticidade dessa matéria prima. E' o caso do sertão nordestino. Lá escasseia a madeira de lei, então a pedra tem amplas aplicações. As calçadas são construidas com aquelas grandes lages, os muros, dentro das localidades, são de pedra bem como as cercas das fazendas. Nestas, aliás, mostra-se com toda nitidez a imposição economica, pois são feitas de pedra seca, isto é, simples superposição do material sem auxilio de nenhuma argamassa. O fenomeno é o mesmo de certas regiões do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, onde cidades inteiras são praticamente construidas com madeira, e das praias do Nordeste onde predomina, na maioria das habitações, o emprego da palha de coqueiro.

O Cap. Antonio Lia não se dá, pooém, a muitas investigações ,dahi esse e outros equívocos em que incorre a cada passo. Senão examinemos o seguinte periodo, que é o final do que vem dito sobre *igarapé*: "Nas matas da floresta Amazônica

(*matas da floresta?*) ou outra qualquer que floreaçã nãgua, encontram-se milhares de igarapés”. Muito bem, mas dizer que a floresta amazônica *floresce nãgua*, só como força de expressão. Na verdade, ao que descreve Euclides da Cunha, “o rio, multifluo nas grandes enchentes, vinga, as ribanceiras e desafoga-se nos plainos desimpedidos. Desarraiga florestas inteiras, atulhando de troncos e esgalhos as depressões numerosas da varzea; e nos remansos das planícies inundadas, decantam-se-lhe as águas carregadas de detritos, numa colmatagem plenamente generalizada.” Isto é que é. Aceitar-se-iam os dizeres do autor, como força de expressão, numa obra que não fosse de tão estrito caráter didático.

Outro caso de informações claudicantes no bojo de uma definição: “Estrada de Ferro Elétrica — São aquelas (reincidência naquele descuido de enunciar a coisa a ser definida no singular e pôr o verbo da definição no plural) movidas a eletricidade. Além dos trilhos, nota-se o fio condutor de energia. Geralmente *tem* (aqui o verbo está no singular, com devêra estar o outro) seu leito cercado ou em lugar especialmente preparado. Ligam cidades”. (Volta o verbo ao plural; verdadeira dansa de números gramaticais). Não é exato aquilo de dizer que nas estradas de ferro elétricas, “além dos trilhos, nota-se o fio condutor de enérgia”. Em verdade isso depende do sistema de eletrificação. No sistema trifásico as linhas de alimentação constam de dois fios aéreos, que conduzem duas fazes da corrente, tendo a terceira, como condutor, os próprios trilhos. Nos sistemas monofásico, monotrifásico e contínuo de alta tensão é que a linha de contato é simples. E pode acontecer também que não haja fio algum, como no caso da tração Diesel-elétrica.

Afirma ainda o autor que as estradas de ferro elétricas “ligam cidades”. Não vamos contestá-lo, mas é divertido refletir que precisamente as linhas eletrificadas mais próximas de nós, as da Central, durante muitos anos ligaram apenas subúrbios, e só agora se expandem no raio de algumas cidades...

De modo geral a apresentação da nomenclatura do terreno deixa muito a desejar. Mas desvaloriza-se, sobretudo, pelo descuido, às vezes tumultuário, de que se reveste. Exemplos:

O critério foi registrar os nomes no singular; a trechos, porém, sem nenhum motivo especial, surgem acidentes tomados no plural: *valos ou valados, desertos, sertões, orlas, ribeiras, ribeiros, ribeirões ou riachões, igarapés, tremedais, atoleiros ou sumidouros, diques, etc.*

As pontes militares são definidas. Logo abaixo (p. 46), com a mesma disposição gráfica, vem escrito: "classificação das pontes militares", como se isto fosse também um acidente do terreno.

Cumpramos assinalar um perigoso lapso de revisão, desses que se prestam à maldade, porque tanto podem ser erros de revisão, como erros de fato. Trata-se do final do que está escrito sobre *rio* na página 38: "pode deixar de ser *vadiavel*". Certamente o autor escreveu *vadeavel*. É um cochilo a ser corrigido com urgência, antes que alguém o assaque de confusão entre os dois verbos autônomos: *Vadear e vadiar*.

Apostamos essas falhas, que não são todas, da nomenclatura do terreno, incorporada ao volume "O Serviço em Campanha na Arma de Cavalaria", com a intenção de alertar o autor, até porque ele o destina, generosamente, ao aprendizado dos cadetes, alunos de C.P.O.R. e graduados, o que lhe sobrecarrega as responsabilidades. Não percebemos, aliás, como se possam conciliar esses destinos, uma vez que os três grupos estão colocados, no tocante à instrução, em graus distintos. Evidentemente não se confundem, nos conhecimentos militares, os cadetes, os alunos do C. P. O. R. e os graduados. A nosso ver, o livro em apreço, pelo seu nível e pelo seu feitio, não poderá ultrapassar o interesse dos graduados.

De qualquer forma, todavia, procuramos ser *uetis* a um camarada que, si se arroja insistentemente às tarefas intelectuais, é porque deseja realmente prestar algum serviço.

Politica, Guerra e o Sentimento Panamericano

Comte. CESAR FELICIANO XAVIER

Em torno do conflito que ora é divulgado existir entre as mais altas partes das esferas político-militares do 3.º *Reich* alemão, tem-se estabelecido comentários, considerações têm sido feitas procurando evidenciar o erro do isolamento do problema militar em relação ao político.

Afirmou-se então: "Os altos chefes do exército, técnicos consumados na arte da guerra só orientam suas opiniões pelas lições hauridas nos textos militares, que tão bem conhecem. Como técnicos de guerra que são, pouco ou nada influem em seus cálculos as influências de ordem política".

A existência desse problema dessarte precisado de ha muito é verificado e até mesmo profligado entre nós. Desde a Escola Naval, quando na direção de uma sociedade cultural e desportiva e depois numa série de palestras de natureza diversa em diferentes regiões pátrias, pessoalmente agimos em pról de sua compreensão e das consequentes medidas a serem tomadas.

DEFEZA NACIONAL — DEFEZA CONTINENTAL

O problema da defeza nacional entre nós que não nos lançamos em guerra de conquista inda assim é problema de ordem militar, embora assentando nas possibilidades econômicas do país e visando a independência política da pátria brasileira, política de *paz e justiça* como inscrevemos nas balizas internacionais a demarcarem nosso território desde que fixamos suas fronteiras em 1750, política de fraternidade continental,

último degrau para alcançar a fraternidade humana, universal.

Esse sentimento de confraternização dos povos ameríndios, sentimento hoje tão propugnado e conhecido por *pan-americanismo*, tal movimento realmente traduzindo o adiantado da civilização de jovens povos vivendo livremente no Novo Mundo, êle surgiu, natural e altruisticamente da consciência dos brasileiros.

Foi justo em o meio do século XVIII, em o início do movimento enciclopédico, que *Alexandre de Gusmão* — um dos mais moços daquela família excepcionalmente gloriosa dos Gusmões, mais geralmente lembrada pelo pasmoso *Voador: Bartholomeu Lourenço de Gusmão*, padre, professor, matemático, inventor, historiógrafo, diplomata, acadêmico e pregador (1); sim, foi em 1750 que aquele outro extraordinário Gusmão, o nosso Alexandre, deu expressão oficial à tão brasileiro sentimento, depois a inspirar os precursores da emancipação política dos povos americanos e alguns de seus maiores estadistas e grandes patriotas. (Leiam-se os artigos XXI, XXV e XXXVI do Tratado de Limites assinado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750). (2)

NO BRASIL NAÇÃO — HOMENS DE GUERRA PROPUGNAM PELO PANAMERICANISMO

A correspondência trocada entre o nosso inolvidável fluminense José Joaquim da Maia e o grande Thomas Jefferson por 1768 é prova inconcussa do espírito panamericano tão diverso, por isso que oposto, a esses *pans* que se vêm surgir como movimentos de *dominação*, enquanto que o *panamericanismo* surgiu e se desenvolve como *elemento de cooperação*, inclusive na da própria defesa militar contra os *pans, expansionistas*.

1) — *O Voador — Bartholomeu Lourenço de Gusmão sua vida e sua obra* — Cesar F. Xavier — Rio de Janeiro 1931 (obra mandada imprimir pelo Ministério da Marinha).

2) — *Alexandre de Gusmão, o Panamericanista*. Memória apresentada por Cesar F. Xavier, delegado do Clube Naval, ao Instituto Panamericano de Geografia e História.

Encorajando, mas de fato sem nada prometer esquivou-se Jefferson do auxílio, o que nem assim desiludiu os brasileiros em sua crença no espírito de solidariedade continental que realmente nutriam. (3)

E, em seu nome apelam os patriotas pernambucanos de 1817, entre os quaes avulta o bravo e culto "Padre Roma" e seu filho, o então jovem Capitão Abreu e Lima, patrono da cadeira n.º 35, por nós fundada neste Instituto. Quanto ao referido apêlo firmou Oliveira Lima: "Recordando a frivolidade do pretexto, com que, no seu dizer, a casa de Bragança enlutára a Capitania, Cruz Cabugá, excita de novo os Estados-Unidos ao altruismo político e tece um hino à liberdade republicana e ao espírito continental ao qual só faltava essa designação somente mais tarde empregada."

E, acrescentaremos nós, o ideal panamericano norteava tanto a brasilidade que vencidos no Brasil os Heróis de 1817, aqueles que escaparam da morte foram a sustentar pelo continente fóra a causa da liberdade. A epopéia Bolivariana, ainda em início, de logo os atraiu. Nela fulguraria alguns compatriotas nossos, entre os quaes notadamente destacou-se *José Ignacio de Abreu e Lima*, cujo elógio histórico fizemos neste sodalício a 23 de Setembro de 1941.

Mas a brilhantíssima atuação militar e depois política do *General Abreu e Lima*, que foi ainda o Secretário Geral daquela célebre assembléia anfictiónica que o sublime General Bolívar idealisticamente realizou no Panamá, junção das Américas, e à qual o Brasil Império mandaria representantes, sim, a atuação do culto e ardoroso *Abreu e Lima*, general em grau heróico e eminente dos exércitos libertadores da Grã Colombia, ela corresponde, prova-o a história, ao sentir geral da novel nação brasileira. Inda que monárquica apoiou a política americanista das Repúblicas do Continente.

3) — De Alexandre de Gusmão o precursor do panamericanismo ao grande Chanceller Barão do Rio Branco. (Conferência pronunciada pelo Cmte. Cesar F. Xavier no Instituto Técnico Naval Brasileiro em 10 de Fevereiro de 1931 e publicada na "Revista Marítima Brasileira" de 3 de Abril.

Não foi só. E' um Marinheiro do Brasil, é o Barão do Rio da Prata que foi o *Almirante Rodrigo Pinto Guedes* — sepultado no cemitério de Montmartre, pois fôra na Europa esquecer as perseguições do Marquês de Queluz, tornado seu inimigo por haver o Almirante atacado o Marquês no proceder deste como diplomata, julgando tal proceder contrário aos princípios do direito internacional — é esse Almirante *Pinto Guedes*, quem, inspirado ou não em a criação Gusmoneana, torna-se o propugnador do que se chamaria mais tarde “doutrina panamericana”. (4)

LIGA PANAMERICANA

Esse documento, honrosíssimo para o seu Autor a glória para a Diplomacia patricia, orgulho da Marinha de Guerra Brasileira, esse precioso documento vimo-lo primeiramente referido pelo Almirante Henrique Boiteux, em “Os Nossos Almirantes” e seu texto divulgado depois pelo Sr. Heitor Lyra em trabalho publicado na “Revista Americana”, subordinado ao título “O Panamericanismo no Brasil antes da Declaração de Monroe”. Tal documento, conservado no arquivo do nosso Ministério das Relações Exteriores, e que tivemos a honra de pessoalmente manusear, graças a gentileza do saudoso e eminente Diretor Geral da Bibliotéca do Itamarati, Ministro Napoleão Reys, assim termina: “Em caso de se concluir essa Liga Americana composta dos Estados-Unidos, do Reino, ou do Estado Independente do México, do Brasil, do Reino Americano Meridional e de outros Estados Soberanos porém menores, conforme convier à vista da carta geográfica, e que devem ser interpostos dos Reinos e Estados Maiores, como poderá qualquer Nação da Europa conservar Colônia na América sem que a Liga Americana lhe permita?”

Vemos assim que, pouco mais de meio século após ao alibercamento das bases que constituiriam em breve a doutrina panamericana, ainda ao tempo do Brasil Reino Unido, um Al-

4 — Centenário Bolivariano—Cesar Feliciano Xavier. Conferência comemorativa realizada no Clube Naval e publicada no Jornal do Comércio.

mirante da Marinha de Guerra do Brasil já sentia a necessidade bem clara de um estreito entendimento das nações americanas, a necessidade de uma América unida, política e militarmente.

Não é pois, de admirar fosse o Brasil a primeira das nações americanas e apoiar a doutrina de Monroe, uma vez que ela não mais fez que consubstanciar explícita e formalmente o sentimento nacional manifestado desde Alexandre de Gusmão em 1750.

Não é pois de admirar que um Marinheiro e historiógrafo venha propugnar pelo desenvolvimento da cooperação intelectual, militar e econômica das nações americanas, e lembrar, que tudo isso forjado foi em primeiro neste nosso Brasil.

Elógio Histórico do Coronel José Saturnino da Costa Pereira, Ministro da Guerra, na Regência Feijó

Pelo Major Waldemiro Pimentel

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, ao cultuar a memória do Coronel JOSE' SATURNINO DA COSTA PEREIRA, elegendo o seu nome patrono da cadeira número 46, praticou ato de sabedoria cívica.

O ilustre patrono sai do olvido. O Instituto suspende o silêncio votado ao nome desse militar insigne.

A história nacional não está toda escrita. Póde parecer estranho que, através de séculos do nosso viver, não tenhamos trazido à luz da vulgarização personagens de relevo e acontecimentos importantes.

Os que compulsam os documentos originais nos arquivos sabem judiciosamente dessa verdade.

A história brasileira péde a divulgação interpretativa das vidas ilustres e dos acontecimentos notáveis, para a compreensão da nossa evolução.

i E' fato corrente aos que estudam velhos documentos originais a existência de personalidades completamente desconhecidas dos contemporâneos. São vidas encarceradas no silêncio tumular dos arquivos.

Dir-se-á que a história em seus caprichos tem omissão para determinados acontecimentos ou figuras.

O coronel JOSE' SATURNINO DA COSTA PEREIRA é nome para o qual neste momento praticamos justiça histórica.

Nasceu em 22 de Novembro de 1773, na histórica Província de São Pedro do Sul.

Homem público e sobretudo intelectual, viveu no Brasil colônia, reino e império.

A sua formação mental foi modelada ao calor da guerra civil e das lutas nacionais externas.

Vida poliforma, é curioso por isso assinalar notas ligeiras biográficas sobre a sua personalidade.

Figura equilibrada e enérgica de estadista, geógrafo brilhante, matemático respeitado, professor digno, astrônomo, historiador e cientista. Viveu oito anos na Universidade de Coimbra, na qual levantou prêmios escolares no bacharelato de filosofia e matemática, em 1805, e no curso militar da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, em 1807, cursos que lhe deram ingresso ao oficialato no Corpo Real de Engenheiros em 20 de julho de 1809, no posto de 1.º Tenente.

Neste posto é chamado para ser professor fundador de nossa Escola Militar, na cadeira de mecânica, por decreto de 11 de Março de 1811 e por decreto de 12 de abril do mesmo ano é graduado no posto de capitão.

A 25 de julho de 1814, é promovido a capitão efetivo e por decreto de 11 de abril de 1815, o marquez de Aquiar subscreve o decreto do Príncipe Regente, nomeando o Coronel JOSE' SATURNINO para o cargo de diretor da Real Tipografia, cumulativamente com a função de revisor dos trabalhos oficiais.

Durante 15 anos exerceu, sem prejuízo de outras funções, esse cargo. Gozou neste exercício de merecida reputação intelectual, sendo seus admiradores e amigos os Conselheiros José da Silva Lisboa (depois Visconde de Cairú), Silvestre Pinheiro Ferreira, Desembargador José Bernardes de Castro e Mariano José Pereira da Fonseca (depois Marquez de Maricá).

Em 1818, por decreto de 6 de fevereiro, é promovido a major graduado, sendo em 1819, a 13 de maio, efetivado neste posto.

No ano da independência, é promovido, por decreto de 24 de junho, ao posto de tenente-coronel graduado e a efetivo neste posto por decreto de 12 de outubro de 1823.

Foi reformado em consequência da resolução de consulta de 5 de agosto de 1834.

Logo após a independência foi nomeado governador da Província de Mato Grosso, pela carta imperial de 1.º de julho de 1824, cargo em que prestou magníficos serviços, habilmente consolidando a proclamação de Pedro I, de 1822, e suprimindo rivalidades e odios políticos.

Sendo o primeiro governador de Mato Grosso no Brasil independente, recebeu esta unidade nacional em condições também precárias de recursos em dinheiro.

Realizou atos de benemerência pública, naquele tempo tão recuado do Mato Grosso longinquo, sendo digno de assinalar: a reorganização dos correios; convênios de amizade com as Províncias hespanholas de Santa Cruz de La Sierra e do Alto Perú, que queriam invadir com mais de 1.000 homens o território da Província; fundição de ouro em Cuiabá; aproveitamento das minas abandonadas; exploração dos rios; transportes fluviaes e terrestres; pacificação e educação dos apiacás e borôros; construção do arsenal de marinha em Cuiabá, para construção de barcas canhoerias; criação de escolas, com aula de gramática latina; fomento da agricultura; aumento da renda pública; redação e execução do regulamento de polícia para acabar com os continuos assaltos e assassinatos cometidos nos campos e matas da Província; estabelecimento de núcleo de artífices em construção naval; construção de bombas hidráulicas de sua invenção para o serviço público; estabelecimento de laminação e cunhagem do cobre; melhoramento do presídio de Miranda; remessa ao Museu Nacional de uma coleção de instrumentos dos índios, e o mais interessante, para a história sanitária nacional, fez reedificar o hospital dos lazarus, recolhendo os doentes espalhados em toda a Província e dando a êsses necessitados de assistência pública, tratamento regular e cômodo.

Em 7 de outubro de 1828, deixava, a pedido, o cargo de governador de Mato Grosso, segundo lhe comunicava o grande José Clemente Pereira, em nome de Sua Magestade, o Imperador.

Senador do Império por nomeação de carta imperial de 3 de novembro de 1827, tomando assento no Senado em 18 de agosto de 1828, na vaga deixada por Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Marquez da Praia Grande). Comendador da Ór-

dem de Cristo, por decreto de 6 de fevereiro de 1827 e Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, por decreto de 31 de julho de 1830.

A 16 de maio de 1837 embóra com orientação política diversa, é chamado para ocupar a pasta da guerra do terceiro gabinete da acidentada Regência do Senador Diogo Antônio Feijó, cargo em que exercido rapidamente, no lapso de meses, teve conduta exemplar e serenidade impressionante em meio da tempestade parlamentar e das lutas irreconciliáveis dos partidos políticos, sempre dominado pela preocupação de organizar as forças armadas.

Os discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, aonde seguidamente era interpelado, são páginas vivas de ânimo imperturbavel e de elegância, em contraste com o ambiente agitado.

Substituiu na pasta da guerra o General Salvador José Maciel e foi substituído em setembro de 1837 pelo Deputado Sebastião do Rego Barros, nomeado, em 19 de setembro do mesmo ano.

Mas, o aspécto mais importante da personalidade do Coronel José Saturnino, é o seu vulto intelectual e que o faz patrono neste Instituto de Geografia e História.

E' um dos mais eruditos geógrafos que tivemos no início e meiado do século XIX.

Os conhecimentos sôbre a geografia nacional eram precários e empíricos e os dados mais ou menos exátos guardavam-nos avaramente os administradores e exploradores-geógrafos da metrópole, lusitana.

O esforço desse militar é admiravel, criando a geografia brasileira, escrita por brasileiro.

Em 1818, publica no Rio de Janeiro "Leitura", dialogos sôbre a geografia, cronologia, história de Portugal, história natural e ensinamentos morais.

Trabalho didático, destinado à infância, mereceu três edições nos anos de 1821, 1822 e 1824.

Em 1828, produz o segundo trabalho "Plano para divisão das comarcas, cidades, vilas, povoações e paróquias da Provín-

cia de Mato Grosso, na fôrma do aviso de 23 de novembro de 1827”.

O interesse despertado por esta contribuição geográfica levou a que fosse exibida, em original, com 12 páginas in-folio, na exposição de história do Brasil, em 1880, pela Senhora Joana F. de Carvalho.

Examinamos o trabalho na Bibliotéca Nacional, com profunda impressão, pelas dificuldades do Coronel José Saturnino realizando recenseamento naquela época, debaixo de ataques dos silvícolas, na ausência de transportes e comunicações, onde tudo éra desconhecido e os cálculos, inclusive sôbre a população branca, a negra e a ameríndia, apenas estimados.

Em 1834, publicava no Rio de Janeiro, com 258 páginas, in-8.º, o “Dicionário Topográfico do Império do Brasil”, onde descrevia as antigas Províncias em geral, com detalhes de cada cidade, vila, freguezia, arraial, aldeia, rios, serras, lagos, portos, baías, enseadas, com dados de latitudes e longitudes, com estudo dos silvícolas e respectivas nações e tribus.

Bélo trabalho sôbre o Brasil de mais de um século foi feita a segunda edição desse dicionário.

Em 1836, publicava no Rio de Janeiro, in-8.º, com estampas, o “Compendio de geografia elementar”, para uso escolar.

A publicação marca sem favor, a autonomia geográfica nacional, logo após a independência.

Reputamos excelente trabalho didático, pela orientação científica da sua feitura e pelos seguros informes sôbre o Brasil, os diversos continentes e nações americianas.

Livro escrito há 106 anos, é fonte de documentação do Brasil da época, em sua geografia política, econômica e social.

Em 1837, nos presenteia com “Limites do sul e oeste do Império do Brasil a vista dos tratados e convenções existentes e limites que se podem considerar como naturais em relação às localidades e topografia do país”.

Inédito, dividido em duas partes, com as datas de 10 e 17 de novembro de 1837. A Bibliotéca Nacional possui a primeira parte, em cópia, da qual extraímos também, para nosso arquivo, uma cópia.

A cópia da Biblioteca Nacional tem a anotação de que o original está no Ministério do Exterior.

Este trabalho, para o qual chamamos a atenção desta ilustre companhia, vale como página de sadio patriotismo, como um dos estudos sobre as fronteiras da Pátria, quando esta em momento dramático da vida, apelava para o saber dos seus filhos, no sentido da defesa do seu patrimônio territorial.

O trabalho é consequência do ato de 25 de outubro de 1827 do governo imperial pelo qual o nomeava "reconhecendo quanto importa em matéria tão árdua e relevante, ouvir a opinião de pessoas ilustradas e entendidas nesta parte importante da Estatística do País", para, juntamente com o Visconde de São Leopoldo, Marechais Antônio José Roiz e Raimundo José da Cunha Matos e Major Luiz D'Alincourt, determinar os limites do Brasil.

Em 1841, publicava "Mapa do Rio Grande do Sul", sendo mencionada cópia a aquarelada no Arquivo Militar.

Em 1848, publicava, no Rio de Janeiro, com 236 páginas, in-8.º, "Apontamentos para formação de um roteiro das costas, do Brasil", estudos sobre o interior das Províncias e suas produções.

A cultura do Coronel José Saturnino nos dá ainda, os seguintes trabalhos nos domínios da matemática, da astronomia, da filosofia:

"Tratado elementar de mecânica", tradução do original do Sr. Francoeur, para uso dos alunos da Real Academia da Côrte. Publicação de 1812, no Rio de Janeiro, com 4 partes, respectivamente, com 224, 214, 102 e 175 páginas, in-4.º, com estampas. As partes componentes são: estática, dinâmica, hidroestática e hidrodinâmica.

"Elementos de geodesia", precedidos de conhecimentos de trigonometria, extraídos da obra de Puisant, para uso da Escola Militar, publicado em 1840, impresso nesta capital, in-8.º.

"Aplicação de algebra à geometria ou geometria analítica", segundo o sistema de Lacroix, para uso da Escola Militar, publicado no Rio de Janeiro, in-8.º, ano de 1842.

“Elementos de cálculo diferencial e cálculo integral”, segundo o sistema de Lacroix, para uso da Escola Militar, publicado em 1842, in-8.c, no Rio de Janeiro.

“Elementos de mecânica”, para uso da Escola Militar, publicado em 1842, in-8.c, no Rio de Janeiro.

“Elementos de astronomia e geodesia”, publicado em 1845, in-8.º, no Rio de Janeiro.

“Recreação moral e científica” ou bibliotéca da juventude. Obra compilada dos melhores autores. Tem as datas de 1834 e 1839. Há referência sobre este trabalho de Joaquim Manoel de Macêdo. São 7 volumes, sendo que o último foi dado à publicidade tres anos depois.

Finalmente, temos “Elementos de lógica”, destinado às escolas, impresso em 1834, no Rio de Janeiro, in-12, com 122 páginas.

São éstes os trabalhos intellectuais que constituem a alentada bibliografia do Coronel José Saturnino, vulto que o Barão do Rio Branco chamou de “douto e operoso escritor”.

O militar illustre foi casado com a Snra. Eufemia de Magalhães Pereira, viúva do official de artilharia e lente da Escola Militar André Pinto Duarte, havendo um enteado de nome André Pinto Duarte Filho.

Teve o Coronel Saturnino 2 filhos: Jorge Saturnino da Costa Pereira e João Saturnino da Costa Pereira.

Faleceu o digno militar no dia 9 de janeiro de 1852, sendo enterrado no dia 10, no Cemitério de Catumbí (da Veneravel Ordem 3.^a dos Minimos de São Francisco de Paula), sepultamento sob o n.º de registro 3.295.

Nas pesquisas feitas por nós, no citado cemitério, encontramos os seus restos mortais desaparecidos, não sendo possível estabelecer se foram posteriormente retirado pelos descendentes.

Sôbre o planalto de Maracajú

M. CAVALCANTI PROENÇA

O planalto central do Brasil, quando atravessa de Goiás para Mato Grosso, sulcado pelas águas dos grandes rios, subdivide-se em vários chapadões que constituem a maioria das nossas "serras": Chapada, S. Lourenço, Maracajú...

Esta última é o divisor que separa as águas do Paraná das do Paraguai, e em cuja superfície alternam as manchas de arenito de Botucatu e os afloramentos de trap, denudado pelo trabalho de erosão, originando a dualidade de revestimento florístico, — cerrados e campinas — em que sobressaem os famosos campos da vacaria onde as melhores gramíneas se desenvolvem sôbre a terra roxa que forma o solo d'esses campos.

A cobertura vegetal do planalto não apresenta características que possam diferenciá-lo dos demais chapadões matogrossenses. Os mesmos cerrados de vegetação subxerófila, mais raros ou mais compactos, constituindo os cerradões, com a mesma predominância de arvores características como o imbirussú, empenachado de flôres alvas, o pau terra, a aroeirinha, e a indefectível lixeira de galhos estorcidos e sinuosos, como um diagrama, registrando, ao vivo, as longas estiadas e os períodos das chuvas torrenciais, na época das águas.

As mesmas savanas e os mesmos campos onde, em variada sociedade, as gramíneas se estendem num manto homogêneo, salpicado de áreas de guavira ou de cajui.

Elevando-se nas depressões do terreno, as cabeceiras ou pin-daibas, do nome do vegetal dominante no agrupamento botânico, ao qual se entremeiam os leques elegantíssimos dos buritís, denunciadores da proximidade do lençol d'água.

Característico no entanto é o revestimento dos campos da Vacaria, condicionado à sua própria estrutura geológica, nos

quais pode ser encontrado o capim mimoso, constituindo os campos mais ricos da região.

Campos e campos a perder de vista, levemente ondulados, sugerindo a necessidade de gado, pontilhando de claro ou de escuro a monotonia do verde.

E na verdade ótimos campos de criação.

Mas não exageremos, porque o descampado tem também os inimigos da pecuária.

Si podemos contar com a água perene e clara de cima da serra, também existe o vento de Nordeste, soprando como um inimigo, nos meses da seca, com uma sede insaciável.

Bebendo numa evaporação brusca e gigantesca, a água das lagoas que se formam nos altos sobre as placas impermeáveis dos afloramentos rochosos. Crestando as folhas, endurecendo as hastes das gramíneas que se defendem com incrustações de sílica, salvando da evaporação a pouca água que conseguiram armazenar, mas tornando-se impróprias à alimentação do gado.

Numa aliança de males o Nordeste auxilia as queimadas devastadoras, surgidas em agosto, às vezes não se sabe de onde, transformando o pasto seco em lençol de carvão e cinzas, influindo nas cabeceiras onde a água amiga se transforma em traição.

Porquê no brejo a brotação do verde se antecipa aos demais pontos atingidos pela queimada.

Alí afluem o gado enfraquecido pela má qualidade do pasto e pelo "curso" que produzem as cinzas de um alto teor em mais de potássio.

Caminham para a verde brotação dos banhados e encontram a morte nos atoladouros donde não são capazes de sair, dada a extrema fraquesa a que chegaram. Lutam de começo, quando percebem o engano, mas a cada esforço, mais se agrava a situação. Até que por fim esmorecem.

Quando os vaqueiros, à custa de muito esforço, conseguem retirá-los, quasi sempre não mais podem levantar-se. Quebraram as carnes, na expressiva terminologia local, e só há um remédio que é tirar o couro, si este, por muito escoriado, ainda de todo não perdeu o valor. Além disso a intercadência de períodos longos de águas e secas causa a depreciação de muitos

bezerros que, nascendo nas águas, seis meses depois, quando se vai dar o desmame e o animal precisa de uma ração suplementar, porquê o leite diminue não tem onde encontra-la. Os prados estão secos e a forragem dura, ocasionando uma parada do crescimento, que só retorna com a época das águas.

E ainda citemos a pobreza quasi geral de cálcio que diminue o talhe dos cavalos e desvia o aprumo dos burros que se criam na serra sem cuidados.

Paremos entretanto, neste relacionar de desvantagens que pode dar a impressão de que são elas em tão grande número, a ponto de destruírem o que afirmamos antes. Mas não neguemos a verdade numa ingênua e perniciosa louvação.

Ainda assim a zona é muito boa, porquê possui água em abundância dos afluentes de Paraná e Paraguai, afluentes em que as cabeceiras quasi se confundem numa comunidade de origem vendo-se, próximos de Campo Grande o Piraputangas e Imbirussú, cujas nascentes não distam mais de dois quilômetros, uma da outra.

E só quem já assistiu períodos de longos secas, como as que há seis anos assolam o pantanal do Paraguai sabe que a falta de água emagrece mais o gado que o pasto ressequido sobre o qual há sempre o sereno benfazejo, preparando o capim para a alimentação dos animais.

Sem as alagações e carências de água que caracterizam o pantanal, permitem os campos uma melhor utilização do arame nas divisões das fazendas e as pastagens cuidadas ou artificiais, aliadas ao mestiçamento, têm criado o aumento de talhe que o campo natural e a pobreza de cálcio teimam em diminuir.

E como fator decisivo de melhoria assegurada, a proximidade de S. Paulo que o descobriu e povoou de homens civilizados e hoje o redescobre e despovoa de gado, como outrora de índios.

O planalto de Maracajú tem facilitado através dos tempos a penetração paulista no território matogrossense, por um conjunto de fatores bons e maus, todos eles concorrendo para facilidade da ação.

Descendo pelo Tieté encachoeirado ou em longas caminhadas, procurando abarcar o mundo com as pernas, os bandeirantes,

tes detinham-se diante do Paraná. Rio largo de águas barrentas, estrondando majestoso, saltando de cima da rocha, em Guaira.

Paravam diante dêle, mas em breve a maleita e outras enfermidades assaltavam-nos, criando o imperativo do abandono das margens malignadas, pelo regresso imediato ou pela continuação da viagem. Como o primeiro dêstes verbos, não existiu no dicionário das bandeiras tôdas prosseguiram viagem, invadindo o território matogrossense onde o rio Pardo, o Ivinhema e o aclive suave do chapadão representavam um mundo de facilidades para aqueles rudes sertanistas cuja designação justa seria a de fragueiros, não fosse o preciosismo do termo.

Desde logo a fama do Paraná se difunde e as monções prevenidas, si chegavam tarde à boca do Tieté iam dormir Sucuriu acima, afim de evitar "os maus vapores do Rio Grande". Varavam ou trocavam as canôas em Camapuan, desciam o Miranda e ganhavam o pantanal do Paraguai, descobrindo o el-dorado cuiabano. Muito antes porém já haviam destruído as veleidades de infiltração castelhana dêste lado do Brasil. E as cidades de Melgarejo foram castelos de cartas que não resistiram ao vendaval das sortidas de Raposo Tavares, o andarilho que foi até ao Perú e a temibilidade de um Pedroso que quasi mata de assombro a Andino, general Castelhana. Destruíram no caminho o que acharam de estrangeiro e, como não lhes sobrava laser para construir, deixaram o caminho livre e sem guarnição.

Sem guarnição propriamente não é certo.

Deixaram os Guaicurús que estouravam boiadas e tropas de cavalos sôbre os castelhanos pávidos, criando-lhes um medo que seria a maior garantia de inviolabilidade dêste trecho da terra. Menos para os bandeirantes que continuaram a cruzá-lo tranquilos, pois índios sempre foram a sua mercadoria e não lhes podiam causar receios.

Só muito mais tarde fôrças militares e os padres começaram a organizar postos, juntos dos quais se foram formando as povoações até que paulistas, mineiros, cuiabanos e no fim os gaúchos, povoaram-no e se estabeleceram, aproveitando-lhe as facilidades naturais.

No intenso progresso que tem tido a região é preciso considerar o papel da tropa federal, numerosa na proximidade das fronteiras internacionais e a proximidade do estado bandeirante, polo que norteia quasi todo o movimento comercial de Mato Grosso, de modo a tornar o planalto de Maracajú o centro donde irradiam quasi todos os caminhos do Estado. A Noroeste atravessando-o no sentido da largura, ligando o altiplano ao pantanal; a estrada de rodagem que pelo espigão demanda Ponta-Porã ou desviando-se em Bolicho Seco, procura a baixada e pela encosta da serra vai a Nioac e se dirige a Bela-Vista. Partindo de Campo Grande, desce nos degraus do vale do Taquari, galga o planalto depois da cidade de Coxim para descer novamente no S. Lourenço e depois pela esplanada da serra da Chapada, descendo as encostas quasi a pique, chega outra estrada a Cuiabá, com novecentos quilômetros. E os caminhos que além da Noroeste se dirigem aos garimpos e ao Rio Paraná para os portos Taboada, Quinze e Independência.

Por êstes últimos se escôa o gado, produção forte do Estado, ao tempo que por Guaira sai a maior parte da herva mate.

Quem percorre êsses caminhos encontra num só dia boiadas e boiadas, constando, em geral, de mil cabeças para facilidade de condução.

Ao longe se divisa uma nuvem alta de poeira vermelha denunciadora da boiada que vem, caminhando lentamente, encorrodada, fechando o caminho. Ao chegarmos muito perto, para o automóvel, pois que seu ruido pode provocar o estouro. Mas é isso mais uma precaução tradicional, visto que nessa altura a boiada, pela enorme distância percorrida, já não está em condições de se espantar com pouco, ou já se acostumou ao veículo barulhento nos numerosos encontros.

Boiada que se vai civilizando, sem preconceitos de superstição. Que não se irrita mais com a côr vermelha de percorrer as longas estradas de um vermelho que não acaba mais e contra a qual de nada mais vale o sal no fogo, simpatia segura no estourar boiadas em outras regiões.

Lentos, balançando a cabeça, lá vêm os bois, às vezes estropiados pela subida da serra no caminho que sobe do pantanal,

a cascaria se soltando aos ataques da aftosa que aproveitou a baixa de resistência, ocasionada nos longos dias de marcha.

Na frente um vaqueiro, bamboleando na sela de um cavalo debruçado e de rédeas frouxas, vem tocando a busina, feita de dois guampos encaixados, ou de um chifre único, enorme, de algum boi pantaneiro muito erado. Os sons graves, monótonos e tristonhos da busina que imita o mugido dos bois, parecem marcar o ritmo lento do passo dos animais.

Ao passar pelo automovel alguns fazem uma meia parada de sobressalto e depois num trote curto seguem para a frente e retomam a calma.

Boiadas uniformes ou heterogêneas. Vem na frente os mais fortes e caminhadores, formando a cabeceira. Depois toda uma série de exemplares, cupins, firmes ou oscilantes, orelhas afuniladas e volteadas ou sem volta, implantação de guanpos e arqueaduras de frontal, delatando o sangue indiano do Gir do Guzerá e do Nelore.

E, às vezes, no meio dêsses quarteirões e oitavões, um guaribú legítimo, chifres em forma de lira, perfil do frontal e dos nasais retilíneos, vacas de úberes bem conformados para o leite, algumas sem tetas que a piranha levou, quando apanhavam o capim macio das baías do pantanal.

E' o remnescente do gado pantaneiro que hoje começa a ser substituído inteira e rapidamente pelo zebú.

Gado do pantanal que, na observação dos campeiros, quando afrouxa no caminho e não pode seguir viagem, ao morrer, volta a cabeça para os lados onde nasceu. E quem lhe encontra o esqueleto, branqueando nos campos, nota-lhe a linha das vértebras, qual agulha magnética indicando um polo: o pantanal.

No meio dessa massa da carne que caminha para a morte passam de olhar inquieto e desconfiado para o automóvel os bois que nasceram e viveram no convívio dos seus semelhantes. Outros porém passam de olhar tranquilo e confiante. São bois enormes, erados, a ponta dos chifres com um orifício onde ainda se nota uma argola de ferro tilintando.

Têm um ar diferente que os individualiza logo, entre os demais. Conviveram com os homens e olham-nos sem receio nem desconfiança. São os bois carreiros.

Levam nos costados as cicatrizes curtas das agulhadas ou os gilvases longos das varas das carretas paraguaias. No pescoço o calo profissional adquirido em duras jornadas sob a canga. As crianças da fazenda conhecem-lhes o nome e sempre estiveram junto dos galpões, esperando o serviço. Perderam a sabedoria dos instintos, porquê a trocaram pela filosofia da humildade que os homens lhes inculcaram.

São talvez os únicos que alheios não percebem a inquietação que lavra na boiada sobre a sina que os aguarda. Ou, quem sabe, adquiriram no sofrimento a superioridade da resignação ao destino inelutável.

Nos flancos ou no couce da boiada vão os vaqueiros, enrijados nas lutas do campo, cheios de confiança em si, acostumados a resolver tudo pelo próprio esforço. São o resumo dos homens da câmpanha. Não nos entenderemos sobre esse tema.

Hospitaleiros ao extremo, na solariedade a que os obriga o isolamento e as grandes distâncias. Isolamento e grandes distâncias, os dois pontos dominadores da formação matogrossense, gerando a hospitalidade cavalheiresca e ao mesmo tempo um egocentrismo originário da necessidade de só contar consigo, barateando a vida humana pela impunidade quasi garantida, criando a descrença na ação das autoridades pela extemporaneidade forçada de sua atuação.

O hábito do cavalo que eivaidece o homem, como já observara Ricardo Franco, as planícies imensas e as causas apontadas acima que moldaram os grandes caudilhos no pampa argentino e no velho Rio Grande do Sul, tem tido aqui os seus similares.

Mas sem formação histórica homogênea, prejudicados pelos recursos modernos do progresso, nos poucos casos surgidos a revolução degradou-se em lutas de vingança e o caudilho deu a sub-espécie do chefe de bando. O progresso rápido vai, cada vez mais eliminando as causas e tornando o ambiente impróprio para novos surtos de caudilhismo. O automovel começa a substituir o cavalo no encurtar das distâncias, cresce e amplifica a atividade agrícola e mesmo a industrial e se pode já perceber, no entrecchoque dessas energias, a tendência a cristalizar-se numa civilização poderosa.

As Revoluções que eu vi

FREDERICO VILLAR
Capitão de Mar e Guerra

... "une intégrité physique et morale absolue, parfaite; une culture professionnelle sans fissure et une force psychologique capable de triompher de tous dangers, d'accepter tous sacrifices"...

(*Maurice Larrouy* "Le Marin").

O *Almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama* nascera para comandar; tinha uma lhanza e uma afabilidade que convertiam a obediência formal em colaboração entusiasta, persuadindo sem impôr, ordenando sem irritar, corrigindo sem ferir. Livre de cuidados e preocupações de família, vivia exclusivamente para a Marinha, confundindo com ela a sua própria existência, devotado, jovial, ardente e infatigável no incessante afan de criar, inovar, melhorar, estimulando a todo o instante o espírito militar, buscando os efeitos impressionantes, os lances emotivos, pondo um cunho de solenidade nos atos mais simples da etiqueta e do ritual profissional.

Voltava o rosto às oportunidades que a anarquia política do país lhe abria, e, inteira e exclusivamente inspirado por uma mentalidade militar pura de toda ambição pessoal, preparava na coesão e na eficiência da Marinha, uma base sólida onde a Pátria havia de erguer-se acima das tormentas partidárias como num rochedo que a vaga bate mas não abala nem submerge...

"Avesso por princípio e por instinto a toda a idéia de revolta, jamais entrou em conluio de qualquer espécie".

“Não arguia, não requestava, e em lugar de ir aos encontros recusava-os; não arregimentava, não coordenava; fascinava pelo simples efeito da projeção de sua individualidade magnética, que irradiava um sentimento impessoal, místico, de dever profissional imune às exaltações da política, pairando acima da violência dos seus embates e todo êle exclusivamente votado à grandeza da Marinha e ao culto da grande Pátria comum.

“Não era a política que lhe trazia partidários, NÃO ERA UMA HOSTILIDADE A REPÚBLICA NEM UM PENHOR A MONARQUIA, QUE ÊLE, ALIAS, JAMAIS MANIFESTARA, que lhe avolumava as dedicações; era um ideal puramente militar e patriótico, alimentado por um intenso espírito profissional em sua veemente aspiração de uma Armada poderosa, disciplinada, instruída e eficiente, desfraldando bem alto e bem longe a bandeira do Brasil, querida e respeitada; apurando num regime de intensiva cultura militar as qualidades morais, intelectuais e físicas da raça, como um padrão da capacidade nacional, *sem quaisquer propósitos partidários nem intenções de ascendência política.*

“Em *Saldanha*, era sua pessoa que atraía a odebiência, sua voz que fundia as vontades e seu gesto que arrebatava as adesões.

“*Êle não admitia a intromissão dos militares na política partidária.* Considerava que sua missão era, colocando-se acima dos partidos, impedir as imposições facciosas que tolhessem a vontade da Nação e compromettessem sua segurança. SINTETIZAVA O ESPÍRITO MILITAR EM TODA A PUREZA DE SUA ABNEGAÇÃO E EM TODA A NOBREZA DE SUA SUJEIÇÃO AO ESTADO.

*

A voz que a barbaria sanguinária cortou a ferro frio nas macegas do Campo Osório não se calou para a História. Ela vibra ainda na memória dos cotemponeos, nas palavras com que conduzia sua ação, alentava seu esforço e confortava seu ânimo; e revive na forma e no sentido dos feitos a que dava expressão e comunicava vigor.

“Quaisquer que sejam os argumentos técnicos, os motivos sentimentais e os preconceitos políticos com que se possa contestar as razões da conduta de *Saldanha* nas suas diversas fases, para julgar do acerto das suas decisões, verificar sua coerência que as impunham — passíveis de êrro, certamente, como todas e constatar sua conformidade com as terríveis circunstâncias que as impunham — passíveis de êrro, certamente, como todas as resoluções humanas — há-de-se nelas sempre reconhecer a pureza do Ideal que as inspirava, a nobreza do espírito que as animava, a ausência de desígnios secretos, sua constante e maior coparticipação pessoal nos riscos e sacrifícios que acarretaram, e de admirar com emoção a galhardia, a retidão, a lisura, a intrepidez e a inquebrantável energia com que as executou até o fim, legando à nossa formação racial um exemplo de tenacidade, de iniciativa, de perseverança e de audácia, na luta sem trégua contra desigualdades esmagadoras, exemplo sem igual na nossa história e que emula por sua grandeza épica as legendas garibaldinas”...

Este seria o Prefácio deste trabalho se ainda existisse o Almirante *Augusto Carlos de Souza e Silva*, o Guarda-Marinha — Aluno da turma formada pelo *Almirante Saldanha da Gama*, seu Ajudante de Ordens e seu companheiro durante toda sua ação revolucionária, por vezes servindo sob suas ordens diretas, no comando do rebocador armado *Gil Blas*, e, depois em Campo Osório, Prefácio que esposámos TENDO ÚNICAMENTE EM VISTA CONSTRUIR COM O NOSSO TESTEMUNHO PARA O PLENO CONHECIMENTO E PARA O EXATO JULGAMENTO DOS ATOS E ATITUDES DO ALMIRANTE CUJO CENTENARIO EM BREVE COMEMORAREMOS — sem que a nossa admiração e o nosso afêto pelo incomparável Mestre e inegalável Chefe — ainda maiores hoje, e o nosso orgulho por tudo o que êle representa de potencial racial da Nacionalidade, se empenhem, num esforço supérfluo e vão, em engrandecer ainda mais quem o conceito da Posteridade já proclama — o maior entre todos!

Assim falaria, com o seu formoso espírito, se ainda vivesse, o nosso bravo companheiro e saudoso amigo, antigo Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e autor da obra *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada*.

SALDANHA DA GAMA

*Bastos Tigre**à Frederico Villar.*

Há um nome que à Marinha o nobre peito inflama;
De um mestre em que se alia à cultura, o valor;
Em cascatas de luz seu saber se derrama
E, chefe, é o tolerante e o disciplinador.

Fidalgo pelo sangue, a Pátria é a sua Dama;
Tem os músculos de aço e um espírito-flor,
Luta e morre sorrindo; é Saldanha da Gama,
A elegância na força, a bravura esplendor!

Este nome é o fanal que a Marinha acompanha;
É bússola e santelmo; é o gênio tutelar
Que, do Brasil, defende a grandeza tamanha.

Em cada nau da Pátria êle tem um altar
Que ensina à juventude esta lição: — Saldanha:
Um cavalheiro em terra, um marujo no mar.



O Almirante LUIZ FILIPE DE SADVANIA DA GAMA

AS REVOLUÇÕES QUE EU VI

A sua vocação para a vida do Mar

“Les jeunes gens qui seront marins peuvent être repartis en deux classes: les “Predestinés” et les “Appelés”.

Les “Predestinés” appartiennent à des générations de marins. Les “Appelés” proviennent d'une famille agreste, industrielle, fonctionnaire. Rien ne leur est appris, depuis les premiers gestes de l'enfance, de la grande tentation navale... C'est un profond mystère!

S'il a réellement reçu le “Grand Appel”, il rejoindra vers la quinzième année, tous ceux qui sont installés par l'hérédité sur l'Océan. “Predestinés” et “Appelés” auront ensemble la religion commune. Entre ces marins de cœur et d'âme, il n'y aura plus de différence...

Et ce seront des hommes dans toute la force du terme, car ils devront vaincre eux-mêmes, les éléments, les autres hommes et les maladies mentales du Marin”...

(Maurice Larrouy. “Le Marin”)

A vocação pela vida do Mar é absorvente e indomável. Seja pelas leis biológicas da hereditariedade, seja pela influência do meio, seja por efeito de um misterioso fadário — o jovem que se sente atraído pelo Salso Elemento, em todas as suas belezas e perigos, jamais poderá fugir àquela propensão inelutável...

E' uma devoção contemplativa. E' um rito. E' um culto. Só os Eleitos de Deus a conhecem...

Desde a infância é para êle o maior dos prazeres ver e ouvir o Mar de horizontes infinitos, regougando nos arrecifes, empenachado nas cristas das vagas e nas arrebentações levantadas pelo ímpeto das ventanias. Sonha lançar-se intrêpidamente às suas águas cristalinas; vê-las abrirem-se em leque imenso, cobrindo as praias com as rendilhas de suas brancas espumas.

O navio arrebatá-o em seus entusiasmos infantis. Na sua vida ao ar livre, à beira-mar, faz-se homem robusto e bravo. A primeira viagem marítima, embalada pelas vagas irrequeitadas, motivo de martírios para os demais, "é para êle, o seu maior prazer, enlévo e orgulho...

Aprende rapidamente a nomenclatura dos barcos e dos seus aparelhos — o casco, o cavername, os mastros, as velas, os cabos, os remos, o poleame, o leme. Sabe ler na rosa dos ventos os rumos da agulha. Conhece os quadrantes de onde sopram a brisa e o terral. Sabe os nomes dos planetas e das grandes estrelas. Guia-se pelas luzes do céu. A corrente marinha e as marés entram nos seus cálculos de navegação. Tem faro marítimo... Lê nas nuvens a previsão do tempo. Ama o Mar; quer viver ali todas as horas, gozar de suas delícias, passar pelos perigos, sofrimentos e desconfortos da vida nas águas salgadas. Tudo o seduz, encanta e delicia. Não há considerações ou interesse que o afastem daquela idéia fixa — o Mar daqueles sonhos — ser Marinheiro! Desde pequeno, nos jogos infantis, o barquinho é o brinquedo que êle mais ardentemente deseja e aprecia.

E êle o reproduz por toda parte, em seus desenhos e rabiscos.

Acocora-se à beira d'água, salta na onda, mergulha de olhos abertos. Nada como um peixe. Grava no cérebro, minuciosamente, todo o relêvo batimétrico e a natureza dos fundos das zonas em que navega. Conhece todos os animais marinhos e sabe pescar com arte admirável. E' o seu elemento. E um pequeno sábio! Para êle não há segredos dentro das águas. Teme o *Saci Pererê* e a *Iara sedutora*, mas sabe afrontar as mais terribes tormentas. Não importa onde viva — no litoral ou no interior — o Mar o atrai irresistivelmente. E', talvez, o sangue dos seus antepassados que palpita em seu coração, que lhe ilumina o cérebro, que irradia, que fala na árvore infinita dos seus Avós mareantes, que viveram, batalharam, sofreram e morreram no Pélago profundo e aos quais Deus permitiu por fim, a graça de transformarem suas almas em aves marinhas que nunca mais pousaram em terra e viverão eternamente a rodar, a rodar na esteira dos navios, longe, bem longe, no Mar imenso...

E' — quem sabe? — o mistério do atavismo inopitável, conduzindo-o fatalmente a determinados destinos, ao rumo e no ritmo traçados pelos seus ascendentes. Será, talvez, a sua eleição para gloriosas Realizações! Quem poderá desvendar os desígnios da Divina Providência?!

Pescador — em uma jangada, baleeira ou tróler, da “costeira” ou do “alto”; embarcado de um mísero caïque; tripulante de um veleiro da pequena cabotagem ou transmarino; de um vapor ou de um navio de guerra — êle será sempre o mesmo cuera, safo, destorcido, valente, que sope, enxárcias e brandais acima, até o toque dos mastros; é um herói que se agüenta debruçado nas vêrgas mais altas, apenas apoiado nos “estribos” inconsistentes e afrontando os balanços do navio e a força do vento, ameaçando atirá-lo longe, lá no função trevososo do Mar; segura-se com dois dedos do pé descalço equilibrando-se na borda de uma embarcação sacudida pela onda impetuosa, e salta na bancada e empunha o remo ou a cana do leme; sabe caçar a escota da vela enfunada pela rajada violenta, com o barco à bolina, todo adernado, debaixo do aguaceiro — correndo com êle sobre o Mar, marcando com a fervedura da sua esteira branca a superfície das águas azuis do Oceano...

Esta será o estrada na qual Deus abrirá passagem através das águas, para o seu futuro, como o fez no Mar Vermelho para seu Povo Escolhido, em marcha para a Terra da Promissão... Porque Deus é o Supremo Timoneiro do Mundo; governa os homens, os ventos e os mares. Abençoando as gerações dos Marujos. Êle tirou das praias da Galiléa os humildes pescadores para serem os Apóstolos do Redentor e fez da âncora o símbolo sublime da Esperança e da Fé. Ninguém vence, por isso, fôrça tão poderosa — a vontade de Deus na voz da Tradição, na sagrada herança da alma de antepassados varonis que fizeram do Mar o campo de suas proezas heróicas através dos séculos...

*

Saldanha quis ir para a Marinha. Seu Pai — *D. José de Saldanha da Gama* — e sua Mãe extremosa — *D. Maria Carolina Reis Barroso de Saldanha da Gama* — descendentes dos *Marquêses de Pombal* e dos *Condes da Ponte* — tiveram nisso muita satisfação.

Viviam na bela Fazenda do Colégio — “reliquiã venerável plantada pelos Jesuitas na vasta planície goitacá, não longe da cidade de Campos, onde vamos encontrar o menino *Luiz Filipe*, nosso futuro Almirante, a quem estavam reservados tão altos destinos, embevecido pelas belezas do Mar, que ribombava nas praias da Atafona e em S. Thomé...

“Dos compartimentos do edificio do Solar — lembrados do tempo antigo pelas guarnições compostas de jacarandá, diz com a sua graça inexcédível, *Alberto Lamego*, brilhante autor da “Terra Goitacá” — as cadeiras e canapés, de pernas arcadas, as grandes mangas e candelabros de cristal lavrado, os serviços de porcelana armoriada, os armários caprichosamente rendilhados por mão mestre de marceneiros — há um, que se destaca.

“Entre os quartos enriquecidos de preciosas camas de jacarandá com lavoires, um existe carinhosamente venerado. É o de *Saldanha da Gama*, com o seu pesado leito, esquisitamente torneado. “Que jamais se desmorerem tuas muralhas —

diz o laureado historiador fluminense — que jamais se desmoronem tuas muralhas. Solar venerável, que aninhaste os émulos de *Anchieta*, que acolheste os índios perseguidos, que educaste o povo rude, pelo exemplo dos Senhores rurais; que amaciaste a escravidão e que viste, tantas vezes na farda de um Almirante Brasileiro, curvar-se respeitosamente o mais perfeito cavalheiro para beijar a mão calosa de uma negra velha”...

O destino reservava ao moço fidalgo de tão nobre estirpe longas viagens, combates sangrentos, belas elegâncias profissionais, que haviam de marcar sua carreira, e um fim muito triste, mas glorioso.

*

O mar atraía com seus encantos o jovem *Luiz Filipe*; o seu pensamento, expressão da energia do seu caráter, lhe abria caminho para realizar sua predestinação. No Paraíba correntoso, nas praias agitadas do Oceano ou nas lagoas tranquilas, êle punha a flutuar e a correr seus barquinhos de papel ou de pedaços de bambú — quando não traçava planos de campanha militares e, ao som de cornetas e tambores se lançava com seus companheirinhos, em tremendas batalhas campais...

Sua Mãe lhe ensinara como se fazia um chapéu armado com um pedaço de jornal; e, depois, aprendeu que, dobrado outra vez do mesmo jeito, êsse “chapéu” se transformava em um garboso barco... Enfeitou-o com mastros, transformou fósforos queimados em chaminés e canhões; embandeirou-o com trapos multicores. E fez uma Esquadra de brinquedos...

E de bicorne na cabeça e caniço na mão, todo cheio de convencimento e orgulho, como um grande Almirante, êle fazia manobrar os seus navios nas águas do grande tanque do jardim, que as mãos dos seus companheirinhos agitavam, para dar ao seu pequeno Oceano o aspécto tormentoso e a correnteza que tinham os mares singrados no remoto passado pelas naves comandadas por bravos maricantes, à sombra da Cruz de Cristo...

E foi assim que êle, tocado pela fôrça divina e misteriosa da sua vocação e depois de devidamente preparado no Colégio Pedro Segundo, nesta Capital, se viu certa manhã do ano da graça de 1861, todo garboso, metido na sua "jaqueta" de Aspirante, aquartelado no velho edificio da Academia de Marinha — lá onde hoje está o edificio da *A Noite* — estudando, remando em pesadas embarcações, praticando fainas náuticas a bordo dos navios da Esquadra, ouvindo missa aos domingos, obedecendo à dura disciplina e indo nos grandes dias, em cortejo, ao Paço da Cidade, beijar a mão de Sua Magestade o Imperador *D. Pedro II* e da excelsa Senhora *D. Teresa Cristina*, Imperatriz do Brasil...

Em 1863 — após curso notável e ocupando sempre o número um da sua turma — era Guarda-Marinha. Parte para a guerra. Pratica atos de distinta bravura. Dá provas de grande valor. Ascende rapidamente aos mais altos postos, gozando de grande renome e prestígio. E' Capitão de Mar e Guerra. Segue para os Estados Unidos em missão especial.



AS CAMPANHAS LIBERTADORAS. A QUESTÃO MILITAR. A QUEDA DA MONARQUIA

Agitavam-se então em todo o país, as campanhas libertadoras: A Abolição e a República.

Todos os dias — como dizia *Tobias Monteiro* — as tribunas e galerias da Câmara dos Deputados regorgitavam de espectadores e na rua sobrava tanta gente que as vizinhanças daquela Casa do nosso Parlamento estavam sempre muito povoadas. Como acontece em casos tais, essa turba era composta de elementos facilmente excitáveis e dispostos à violência; mas, pela condição do seu estado social, revoltados uns, contra a escravidão; outros, pelo verdor dos anos e o ardor da paixão liberal, manifestavam-se inconciliáveis com a madureza e a reflexão dos conservadores. Reinava por tôda parte uma grande excitação. Nos teatros da cidade, *Joaquim Nabuco* e outros tribunos intensificam a campanha abolicionista.

Na Fazenda do Colégio, logo depois da lei Rio Branco, de 1871, os Avós de *Saldanha* haviam libertado todos os cativos que possuíam... A campanha abolicionista não afetava os seus interesses. Os seus ex-escravos não os abandonaram.

A 13 de Maio de 1888, tinha termo, por fim, o regime servil entre nós. A lei era salutar, mas os escravocratas fizeram-se republicanos e começaram a conspirar...

A questão militar — na qual, aliás *Saldanha* tomou parte saliente — ocupava, porém, o primeiro plano das agitações da política nacional. “Ela excitou nas Classes Armadas o espírito da revolta, que precipitou a proclamação da República, já prevista por vários estadistas do Império, pouco confiantes no advento do 3.º reinado e para a realização da qual já era sensível a cultura das classes militares: — *Benjamim Constant*, no Exército e *J. Magalhães Castro*, na Marinha, ambos Professores, eram os grandes *leaders* da divulgação dessas idéias.

“Aos principais propagandistas da República, diz *Tobias Monteiro*, não repugnava a colaboração dos militares. Eles entendiam que sem o concurso do Exército seria impossível chegar à República e a República era para eles um ideal posto acima de certas condições fundamentais, indispensáveis à segurança dos Estados.



A Escola Militar tornara-se um centro de propaganda abolicionista e do seu seio saíam Officiais e Cadetes que tomavam parte ostensiva em manifestações que não podiam agradar ao Governo. A Escola Naval acompanhava no mesmo diapasão seus camaradas do Exército.

Já em 1884, sob o ministério *Lafayette*, por ocasião da vinda ao Rio-de-Janeiro do jangadeiro cearense *Francisco Nascimento*, houve um sério incidente com o *Tenente-Coronel Sena Madureira* — que foi, pouco depois, um dos próceres da questão militar.

Os alunos da Escola de Tiro de Campo Grande — de que *Sena Madureira* era o Comandante — haviam ali recebido festivamente o glorioso pescador nordestino. *Madureira* foi por isso

castigado pelo Governo Imperial. A sua punição causou funda impressão de desgosto nas classes militares.

Deodoro surge aí como defensor da dignidade do Exército e patrocina uma reunião de Officiais, na Capital do Rio-Grande, para representar contra a doutrina do Ministro *Cândido de Oliveira*, ofensiva à sua honra e recusa-se a comunicar a *Sena Madureira* — que novamente caíra no desgosto do Governo — a advertência que o Ministro *Cotegipe* lhe fizera por causa de um artigo por êle escrito na *Federação*, de Pôrto-Alegre, e transcrito no *Jornal-do-Comércio*, do Rio.

Para apaziguar a ira do General alagoano pensa *Cotegipe* fazê-lo Senador e dar-lhe um título. *Deodoro* responde-lhe firmemente, declarando-lhe nada aceitar; que não se arrependia do que havia feito e persistia nas suas opiniões. E' exonerado das suas funções no Sul e chamado ao Rio, onde é duramente atacado por *Silveira Martins*, Senador pelo Rio-Grande, na tribuna do Senado Imperial.

A 2 de Fevereiro de 1887, convoca *Deodoro* — então "Quartel Mestre General" — cargo que corresponde ao atual Chefe do Estado-Maior do Exército — uma reunião militar no Teatro Recreio Drâmático, desta Capital, sob a sua presidência. Estavam presentes numerosos officiaes do Exército e da Marinha.

A' mesa estavam *Sena Madureira* e *José Simeão*; como Secretários(*Benjamin Constant* e *Cunha Matos*. *Deodoro*, aclamadíssimo, apresentou a seguinte moção, unanimemente aprovada:

Os Officiais de terra e mar, presentes a esta reunião, não julgam terminado com honra para a classe militar o conflito suscitado entre esta e o Governo, enquanto perdurarem os effeitos dos avisos inconstitucionais, que foram justamente condemnados pela imperial resolução de 3 de Novembro último, tomada sobre consulta do venerando Conselho Supremo Militar". E após outras considerações judiciosas termina assim:

"Resolvem dar plenos poderes ao Exmo. Senhor *Marechal de Campo Manuel Deodoro da Fonseca*, presidente desta reunião, para representá-los junto ao Governo de S.M. o Imperador, no intuito de conseguir uma solução completa do conflito, digna do mesmo Governo e dos bríos da Classe Militar".

O Ministro da Guerra demitiu-se. *Deodoro* foi exonerado do Quartel-General. Em Pôrto-Alegre houve reunião semelhante, presidida pelo General *Cândido Costa*, ouvindo-se ali discursos violentíssimos. Os incidentes com o Exército continuaram, cada vez com maior gravidade, até Março de 1888, quando a Marinha foi duramente ofendida com maus tratos inflingidos a um Capitão-Tenente reformado, *Leite Lobo*, prêso no xadrez de uma Delegacia da Polícia desta Capital.

O Clube Naval, em sessão permanente, presidida pelo Almirante *Wandenkolk* — e a Marinha em pêso — reclamam reparação pelo agravo que lhes havia sido feito, exigindo a punição dos culpados e a demissão do Chefe de Polícia, que, acobertado pelo Ministro da Justiça — e êste pelo Chefe do Gabinete — pretendia justificar a violência praticada contra o referido Oficial. E assim foi feito, mas estavam inteiramente rotos todos os laços que prendiam a Armada ao regime imperial e aos seus *leaders* políticos, já seriamente abalados, senão inteiramente desfeitos pela inteligente propaganda republicana realizada pelo Dr. *Magalhães Castro*, queridíssimo Professor da Escola Naval, onde havia até um Clube Republicano, presidido, creio, por *Vital Brandão Cavalcanti*, hoje Almirante, Engenheiro Naval, Reformado.

Naquele tempo, os Officiais reformados podiam exhibir em público os galões da sua farda gloriosa e as condecorações ganhadas em porfiadas batalhas na defesa da honra e da integridade do Brasil; eram figuras obrigatórias que fulguravam com seus uniformes e medalhas nos salões do Paço Imperial e na alta sociedade carioca, que os rodeavam de atenções e prestígio...

Era o Passado, de sofrimentos e glórias, que eles representavam...



A REPÚBLICA

E com mais êste incidente, desta vez diretamente com a Marinha, os ânimos das Classes Armadas encheram-se de irritação e a crise deixava de ser de partidos ou govêrnos, para

assumir o caráter mais agudo e mais grave — a falência do regime e o desejo e propósito de derrubá-lo.

Nos últimos dias do Governo *Cotegipe*, houve “declarações” no Senado e na Câmara do Império. *Silveira Martins* apresenta uma violenta moção contra os militares. Numerosos Oficiais do Exército e da Armada reunidos no Clube Militar “em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização e da caridade cristã”, dirigiram uma moção à *Princesa Imperial Regente*, pedindo “que o Governo não consentisse que nos destacamentos do Exército, que seguissem para o interior, os soldados fossem encarregados da captura dos pobres negros que fugiam à escravidão, ou porque vivessem cansados de sofrer os horrores do cativeiro, ou porque um raio de luz de liberdade lhes houvesse aquecido o coração e iluminado a alma”.

“E esperavam que o Governo não consentisse que os Oficiais e praças do Exército fossem desviados da sua nobre missão”...

Nessa ocasião, o Senhor *Affonso Celso*, depois Visconde de Ouro Preto, declarava que “o partido liberal não poderia querer o poder pelo caminho que lhe abrissem as espadas e as baionetas do Exército; preferia o ostracismo”.

A 7 de Junho, *Ouro Preto*, no entretanto, organiza e preside o novo Ministério. A Conspiração republicana estava em marcha. A monarquia perdera as raízes que possuía no coração do povo, da Marinha e do Exército. A 9 de Novembro, *Benjamim Constant* recebe do Club Militar — em memorável assembléia — a Delegação de decidir da sorte da corôa. Na opinião de *Deodoro*, “a questão era simplesmente militar e bastava ao Exército derrubar o Ministério”. *Glicério*, *Bocayuva*, *Aristides Lobo*, *Benjamim Constant*, *Solon*, *Cantuária* e *Ruy Barbosa*, em casa do Marechal, procuravam, todavia, orientar sua ação no sentido da República. Ninguém deixaria de segui-lo...

*

A conspiração estava em via de execução. Era sabido. Só o Visconde de Ouro Preto não acreditava nisso...

Benjamim Constant — Diz *Tobias Monteiro* — achava que por maior que fôsse a sua confiança nos elementos agremiados, o golpe, sem Deodoro, seria incerto. Era preciso uma grande audácia e sobretudo um grande prestígio diante da tropa para arcar contra sessenta e sete anos de tradições monárquicas e quáse cinqüenta anos de reinado...

Afinal, *Deodoro*, em resposta a uma veemente exortação de *Benjamim Constant* — cuja palavra, “embora não lhe fosse habitualmente viva, teve de repente um verdadeiro rasgo de eloquência”, decidiu-se pelo novo regime.

Quando *Benjamim* se calou, o Marechal pausadamente disse: “Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito”. Depois, acrescentou: “Ele assim o quer, façamos a República!” “Não há dificuldade”; nas questões militares, sempre que abordei *Floriano*, êle declarou-me logo que se não meteria em cousa alguma para derrubar ministérios. Uma vez, porém, pegando com dois dedos no botão da farda, acrescentou — “*Seu Manuel, a Monarquia é inimiga “disto”; se for para derubá-la, estarei pronto*”... *Benjamim* teve a missão de entender-se com *Floriano*. E tudo correu suavemente...

A República foi proclamada, mas *Benjamim Constant*, à última hora, ACONSELHAVA O PLEBISCITO, ao qual, finalmente, não se cogitava mais recorrer — por desnecessário... O novo regime encontrava a Nação madura para recebê-lo. As Classes Armadas não foram senão o instrumento cívico da realização dos velhos ideais políticos da elite social.

Para justificarmos semelhante asserção, para termos uma justa e perfeita idéia da solidez da Monarquia, não ha necessidade de grandes estudos nem esforços. Define-a clara e positivamente o eminente Senhor *Dr. Affonso Celso Junior* em um memoravel discurso por S. Exa. pronunciado na Câmara dos Deputados a 6 de Junho de 1883 — assinalando, diz *Noronha Santos* — o divórcio cada vez maior entre a Monarquia e as chamadas classes conservadoras da sociedade brasileira.

Ei-lo em síntese: “Hoje é inegável que a mocidade que surge das academias, dos seminários, do Exército, da Armada, é francamente republicana...”

“*Martinho de Campos* declarou uma vez em plena Câmara, que tinha vergonha de ser monarquista e *Joaquim Nabuco*, um dos mais sólidos sustentáculos da causa monárquica, declarou também em pleno Parlamento que, neste país, havia mais coragem em ser monarquista do que em ser republicano...

“O partido republicano era, já então, um partido militante em S. Paulo, no Rio-Grande-do-Sul, em Minas-Gerais e no Rio-de-Janeiro. Mandava deputados às Assembléias Provinciais e à Câmara da Côrte, e em S. Paulo estava em maioria em grande número de Câmaras Municipais.

“Há dez anos ninguém falava em República. E’ raro agora o dia em que na tribuna e na imprensa não se chame por ela, e os governos ouvem os brados sem os poder reprimir.

“Juntae a isso, dizia mais o futuro *Conde de Affonso Celso*, as exigências de reformas, que cada vez mais acentuadamente se fazem sentir; a precária situação em que nos achamos em relação à crise do trabalho, as conquistas que o espírito público vai efetuando, e respondi-me, em consciência, se não vem perto a vitória do sentimento republicano, que tem calado fundamento na alma nacional. “*Não há no Brasil uma única classe interessada na manutenção da monarquia*. Não temos tradições monárquicas, não temos aristocracia.

“O FOVO É INDIFERENTE A FORMA DE GOVERNO. Todas as manifestações de vitalidade nacional têm sido em prol da República. Assim foi desde a Inconfidência Mineira até à Guerra dos Farrapos...

“A mole do país e as tradições o predispõem para outra forma de governo e no próprio seio do Governo se encontram francas adesões às idéias republicanas”...

*

Nessa época frequentava assiduamente a Escola Naval um jornalista paraense de nome *João do Régio*. Era um apaixonado propagandista da República e um “conspirador”... Publicava um pequeno pasquim, *O Clarim*, que espalhava entre nós idéias republicanas... Fez adeptos. No dia 14 de Novembro, um grande grupo de Aspirantes, informado da ação que os nossos camaradas da Escola Militar e do Exército estavam empreen-

dendo na cidade, arriou um grande escaler, remou para terra e foi apresentar-se às Fôrças que no Quartel General do Campo de Santana promoviam a deposição do Ministério e a mudança do regime. Foi ali armado, municiado e metido em forma. Eu era um deles. Ninguém nos pôde deter na Escola — nem mesmo a presença venerável do bravo Almirante *Elizário Barbosa*, o heróico Comandante do Couraçado “*Tamandaré*”, onde perdera um braço na passagem de Curupaití, na guerra do Paraguai, e era na Diretoria da Escola a mais viva expressão da dignidade e da justiça. Alí encontrámos outros Officiais e “Imperiais Marinheiros” entusiasmados pelo Movimento. *Wandenkolk* e *Alexandrino* os chefiavam.

As insensatas e injustas desconsiderações dos políticos civis dominantes, para com as Fôrças Armadas — já amplamente trabalhadas pelos propagandistas republicanos — culminaram com a proclamação de 15 de Novembro. A Nação recebeu a Revolução vitoriosa sem surpresa e sem protesto. Aceitou-a com indiferença...

Deodoro, que nunca fôra republicano e privava da amizade pessoal do Imperador e da *Princesa Isabel*, representava no momento a honra da nossa farda duramente ofendida, reagia contra um tratamento que a ética profissional considerava atentatória ao patrimônio moral dos militares, mas era simultaneamente e sobretudo autêntico delegado da Vontade Nacional. Não houve reacção, a não ser a do Almirante *Ladário*, Ministro da Marinha, que foi ferido por um Oficial do Exército, próximo ao Quartel-General.

Proclamado Generalíssimo e Chefe do Governo Provisório da República pelo “Exército e a Armada, em nome da Nação”, o *Marechal Deodoro* não encontrou tropeços sérios em sua organização inicial. Graças à preciosa cooperação da Marinha, o Imperador com a Família Imperial, camareiros e alguns amigos devotados, foram imediatamente embarcados na Corveta *Parnaíba*, do Comando do Capitão de Fragata *Carlos Palmeira*, seguindo para a Ilha Grande, onde o *Alagoas* os foi receber e levar para Lisboa, comboiado até certa distância — à altura da Bahia — pelo *Riachuelo*, comandado por *Alexandrino de Alencar*.

Luiz Edmundo, brilhante escritor e jornalista, profundo conhecedor dos acontecimentos do *Rio-de-Janeiro do meu tempo*, conta em interessante reportagem, "*Como se fez a República*" — depois que o relógio da torre de São Francisco de Paula bateu a última badalada da meia-noite de 14 de Novembro de 1889... E' pitoresco. Vale a pena lê-lo.

Eleita a Constituinte, iniciaram-se calma e patrioticamente os trabalhos de organização do país, produzindo-se uma Constituição digna de nós.

Isso, porém, não durou muito tempo; sem melhorar os velhos processos, que a nossa falta de educação cívica explicava, os dominadores republicanos enveredaram pelo caminho tórvo do mais violento caudilhismo — Senadores e Deputados — mais que dos interêsses da Nação, cuidavam dos seus interêsses particulares. Sem novas eleições, transformaram as Câmaras Constituintes em Câmara e Senado da República!



A OPOSIÇÃO AO MARECHAL DEODORO, A REVOLUÇÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1891

O Senador *Glicerio* defendia no Senado a concessão de cem mil contos ouro de garantia de juros à Companhia "Hidráulicas", à qual seria entregue o vasto e precioso local onde está o velho Arsenal de Marinha desta Capital, cujas oficinas e outras repartições navais ali existentes seriam instaladas em outro ponto, que o Governo adquiriria para êsse fim.

O *Marechal Deodoro* negou-se a aprovar êsse custoso projeto aliás, também apoiado pelo Almirante *Wandenkolk* — Ministro da Marinha — e por todo o Ministério, que por isso se demitiu. Abriu-se então uma tremenda oposição no Congresso contra o Presidente. *Deodoro* organizou novo Governo, chamando para seu *leader* o *Barão de Lucena*. Os projetos vetados pelo *Marechal* voltaram a ser votados pelo Congresso, na mesma sessão, contra expressa disposição constitucional.

O Presidente da República era agora alvo de graves ofensas na tribuna de ambas as Casas da Representação Nacional. "Diariamente, dizia êle, sou ali injuriado, sem protesto do pre-

sidente do Congresso, dizendo-se até que tenho as “*unhas aduncas para escavar as arcas do tesouro nacional*”! “Dividido em duas facções inconciliáveis, dizia o *Barão de Lucena*, o Congresso não podia, imparcialmente, desenvolver as teses constitucionais e praticar nada de bom e proveitoso à República”.

Os Senadores e Deputados não arrefeciam a sua violenta oposição: negavam orçamentos ao Presidente e os mais essenciais recursos administrativos. Evidentemente a oposição era apoiada pelo Marechal Floriano.

A desconsideração do vice-presidente do Senado para com o venerando *Marechal Deodoro* chegara ao auge: comunicara-lhe a sua eleição por um simples ofício e, por ocasião da sua posse, como Chefe da Nação, deixara aquele glorioso soldado permanecer durante meia hora em pé, ofegante, no meio da multidão que enchia a sala de entrada do pavimento térreo do edifício do Senado, antes de ser S. Excia. introduzido no salão com as formalidades protocolares; e o que é mais censurável, abandonando a cadeira presidencial para ir, com os seus secretários, em comissão, receber o Vice-Presidente da República, deixando o Generalíssimo sozinho, isolado, na mesa!

Conta *Tobias Monteiro* que *Lucena*, tentando apaziguar a situação, oferecera ao *Marechal Deodoro* demitir-se todo o Ministério, indo procurar o *Marechal Floriano*.

Era quando diziam aproximar-se do Brasil uma Fragata Austriaca, trazendo entre seus oficiais o *Príncipe Augusto*, ex-oficial da nossa Marinha de Guerra, a quem o nosso Ministro em Viena, Senhor *Gurgel Valente*, acusava de pretender o trono perdido por *Pedro II*, seu Avô, em 1889, escrevendo nesse sentido ao Ministério do Exterior.

Essa Fragata nunca chegou ao Brasil e isso, de resto, não teria a mínima importância.

Floriano teve nessa ocasião uma expressão injusta e infeliz para com a Marinha, dizendo a *Lucena*: “*Sei que os sebastianistas conspiram e conspiram porque CONTAM COM A MARINHA, DA QUAL DEVE V. EXCIA. DESCONFIAR*”!

Como duvidar da tradicional lealdade da Marinha, lançando-se-lhe semelhante injúria?! Se a Marinha fosse monar-

quista e estivesse tramando contra o novo regime, como *Floriano* incompreensivelmente afirmava, os navios de guerra se teriam oposto à saída da Família Imperial; a corveta *Paraná* não a teria levado à ilha Grande; o *Alagoas* não teria partido dali e o *Riachuelo* teria despejado os seus canhões contra os revolucionários de 15 de Novembro e levado o Imperador, de Mauá para qualquer cidade marítima — a Bahia por exemplo — e ali iniciado a reação. *Se a Marinha fosse monarquista, a República não teria sido proclamada a 15 de Novembro!* Ela sinceramente cooperou com os republicanos e a nada se opôs. Não o fez porque a Marinha não é um corpo à parte; é o reflexo da Nação, em cuja alma os nossos imperantes já não reinavam e nada a levaria a qualquer sacrificio pela monarquia e a opor-se a um regime unânime no Continente e francamente desejado pelas classes cultas do país. O *Marechal Floriano* devia saber que a sua afirmativa carecia de fundamento e que os seus conceitos contra a Marinha eram profundamente errados.

*

O único Oficial da Armada levemente acusado de ser "inimigo de República e com idéias restauradoras", era o *Almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama*, a quem, aliás, o *Marechal Floriano* distinguia. Analisemos a justiça de semelhante acusação:

A proclamação da República encontra-o fora do país, representando o Brasil em um Congresso Marítimo Internacional, reunido em Washington, nos Estados Unidos. Regressa pouco depois ao Rio-de-Janeiro.

Alheio, como sempre, às agitações partidárias, aceita a nova situação como um fato consumado e, patriota esclarecido, compreende pertetamente a inutilidade e a inconveniência de qualquer esforço para restabelecer o regime imperial. Os acontecimentos de 15 de Novembro haviam demonstrado que, a despeito da veneração que o *Imperador Pedro II* inspirava a toda gente, a Monarquia não tinha vibrações na alma popular. Não houyera, em todo o Brasil a mais leve tentativa de reação con-

tra os revolucionários de 89. *Saldanha* volta ao Serviço sem quaisquer preocupações políticas.

O *Almirante Wandenkolk* — primeiro Ministro da Marinha da República e grande admirador das virtudes cívicas e privadas d'êste brilhante Oficial — então Capitão de Mar e Guerra — recebe com efusão o seu distinto camarada e nomeia-o Comandante Geral do Corpo de Marinheiros Nacionais (ex-Imperiais Marinheiros), com sede na fortaleza de Villegagnon, dando-lhe carta branca para reorganizar o pessoal inferior da Armada.

Com o entusiasmo que sempre imprimia às comissões de que o encarregavam, *Saldanha* entregou-se de corpo e alma à importante tarefa que o Governo da República lhe confiara. *Nunca se ouviu da sua bôca ou se leu da sua pena o mais leve indício de mau humor ou de desgosto pelo novo estado de coisas no País.* As suas relações oficiais e particulares com o *Marechal Deodoro*, com os seus Ministros e com um grande número de Officiais do Exército — que êle muito prezava — não fizeram senão estreitar-se.

Alexandrino de Alencar, seu ex-Imediato no encouraçado *Riachuelo* e seu amigo pessoal, fôra um dos Officiais da Marinha que tomaram parte ativa na proclamação da República; e *nunca a sua attitude republicana merecera de Saldanha a mínima observação!*



O CULTO DE Saldanha PELA MARINHA

Em 13 de Maio de 1891 *Saldanha* organizou e comandou pessoalmente uma linda parada com cêrca de dois mil homens da Marinha, passados em revista pelo Chefe do Estado.

Os Marinheiros, vestidos com os novos uniformes, traçados por êle; armados com fuzis, metralhadoras e canhões de desembarque dos tipos mais modernos, levando flores nas bôcas das armas, marchavam e evoluíam com grande garbo e correção, causando magnífica impressão ao *Marechal Deodoro*, aos Ge-

nerais que o rodeavam no pavilhão presidencial, e ao povo, que, surpreso e enlevado, fez-lhes uma grande ovação.

Saldanha foi então promovido a Contra-Almirante. Tinha nessa ocasião menos de 45 anos de idade, o que era extraordinário naquela época.

Deodoro incorporara-o ao novo regime. Sem renúncia ostensiva de sentimentos pessoais que por ventura aninhasse em seu coração, *Luiz Filipe de Saldanha da Gama* — sem quebra da sua dignidade militar — pelo único fato de sua não excessiva capacidade profissional, do seu valor, do apóio com que o punha em relêvo a opinião da Armada e pela importância que tinha o fator naval na estabilização da nova forma política e na unidade nacional — diz *Souza e Silva* — *emergia na manhã republicana como um esteio seguro do seu govêrno!* Em pouco tempo, *Saldanha*, pelo encanto do seu magnetismo pessoal, pela sinceridade dos seus propósitos, pelo calor de sua lealdade, tornou-se o amigo devotado, o colaborador íntimo, o homem de confiança do Generalíssimo proclamador da República, em cuja defesa empunharia a sua espada, resolutamente — como o fez pouco depois.

Sinônimo de honra, de lealdade e de bravura pessoal, *Saldanha*, alheio à política dos partidos, concentrava na Marinha, que êle queria poderosa, todo o seu patriotismo, todo o seu amor, tôda a sua alma de marinheiro, vendo nela uma salvaguarda para a Pátria e um instrumento da sua grandeza.

Era a Marinha, cuja oportunidade se desvendava à visão do seu gênio, que êle queria transformar em fôrça fiel e inabalável, na qual o povo brasileiro encontraria, ao lado do Exército, um baluarte de suas liberdades para acastelar-se contra as irrupções facciosas e decidindo dos seus destinos, sem a irresponsabilidade das violências demagógicas e sem a imposição das tiranias sectárias.

Tratou, pois, de tornar a Marinha uma potência respeitável, colaboradora do Exército na defesa da Ordem, sem a qual tôda idéia de progresso será vã e absurda — e principalmente sem a qual não é possível qualquer Organização Naval.

O seu prestígio pessoal junto ao Govêrno e em tôda a Nação tornara-se considerável.



A 3 de Novembro de 1891, *Deodoro* atacado desabridamente no Senado e na Câmara, que procuravam ostensivamente humilhá-lo, cercar-lhe a autoridade e desprestigiá-lo perante a Nação, dissolveu o Congresso. Não discuto o erro ou acerto do seu ato, certamente violento mas explicável, como os semelhantes que o precederam e mais tarde se repetiram na política nacional. O seu gesto foi apoiado por todos os Governadores de Estado, com exceção apenas do *Dr. Lauro Sodré*, Governador do Pará. A atitude desses Governadores teve grande repercussão e acelerou a revolução que pouco depois explodiu...

Eram grandes os interesses partidários feridos com este ato de *Deodoro*. Dêle se aproveitaram as oposições nos Estados, solidariamente apoiadas nesta Capital pelas "influências políticas". Não tardou assim a reação.



A REVOLUÇÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 91

O *Almirante Mello*, então Deputado Federal pela Bahia, reúne os seus amigos e, auxiliado pelo *Almirante Wandenkolk*, apodera-se de alguns navios de guerra que estavam na Guanabara. Sua capitânia atira para terra, alarmando a cidade, que não estava habituada a essas violências. Estoura a Revolução de 23 de Novembro de 1891.

O *Almirante Saldanha* — pessoa de confiança e particular estima de *Deodoro* — foi convidado para exercer a pasta da Marinha, em lugar do *Almirante Foster Vidal*, enviado em missão ao estrangeiro. Recusa. Prefere — e aceita — o cargo de Chefe do Estado Maior da Armada e prepara a resistência aos revolucionários; e os teria certamente batido se *Deodoro*, doente, cansado e enojado da política, não lhe houvesse enviado ordens terminantes para não agir, pois mandara chamar *Floriano* e renunciava em suas mãos a presidência da República. O Chefe do Estado-Maior da Armada obedece — exatamente

quando *Mello* encalhara o *Riachuelo* nos baixos de Niterói; o *Aquidabã*, sem máquinas, não podia mover-se senão a reboque e *Saldanha* os poderia atacar com o *Solimões*, que então se achava na Armação recebendo munições e cuja guarnição reforçara com destacamentos levados de Villegaignon. Quando os rebeldes chegaram àquele navio, já *Saldanha* se ia retirando para cumprir a ordem de Deodoro. Contou-me um Oficial do *Solimões* que *Saldanha* lhes dissera nessa ocasião: “Os senhores poderão tomar conta do navio, mas eu não ficarei seu prisioneiro” — E largou a lancha para terra.

Diante da resolução do Generalíssimo, *Saldanha* exonera-se e retira-se para a Fazenda do Colégio, velha propriedade dos seus Avós, em Campos. Renovaria ali as suas energias, na paz e na felicidade daquele meio tranqüilo, onde passara a sua meninice e onde ia, sempre que voltava de suas longas e interessantes viagens, para ver sua família e levar à sua Mãe Preta o calor do seu carinho e os presentes que êle especialmente comprava nos bazares de Tokio e Pekim, ou nos *magasins* de Paris para aquela “negra querida e boa”.

A Revolução de 23 de Novembro de 1891 vencera, assim, facilmente. *Mello* é o Ministro da Marinha e o grande *leader* do novo Governo, presidido agora pelo *Marechal Floriano Peixoto*.

Profundamente ressentido com o que se passara, recolhheu-se *Deodoro* à vida privada, falecendo meses depois.

A Revolução — apoiada e tecida pelo Vice-Presidente da República — triunfara. Os processos, porém, de que o novo Governo lançara mão para restabelecer a ordem legal e restaurar a “democracia”, derrubada pelo Generalíssimo em sua curta ditadura, levantava, por tôda parte, queixas amargas. Rebenta no Rio-Grande-do-Sul a Revolução Federalista, sangrenta e cruel. Um novo Movimento de processa em todo o território nacional. Foram reformados 13 Generais. Rebelam-se a fortaleza de Sta. Cruz. *Melo* se teria incompatibilizado com *Floriano* por causa da Revolução Federalista. Não conseguindo a pacificação gaúcha, deixa de ser seu Ministro. Conspira contra êle. Reinava em todo o país uma profunda agitação.

O MESTRE

Antes, porém, desses incidentes entre o Presidente da República e o *Almirante Mello*, estava o *Almirante Saldanha* na Fazenda do Colégio, quando ali foi ter um emissário do *Marechal Floriano*, afim de convidá-lo para assumir a Direção da Escola Naval. Isso foi em 1892.

Não obstante as restrições naturais que haviam sofrido as relações do *Almirante Mello* com *Saldanha*, com a atitude que este tomara, apoiando o Governo de *Deodoro* na Revolução de 23 de Novembro de 1891, esse pedido do Presidente da República viera reforçado pelo Ministro da Marinha, escolhendo este o dia 7 de Abril, dia dos seus anos, para nomeá-lo.

Não discutiu; acedeu com íntimo prazer a esse convite.

Para *Saldanha*, a Escola Naval foi o ponto culminante de sua carreira. Nenhuma comissão poder-lhe-ia ser mais agradável, mais oportuna, mais atraente e mais conforme aos seus íntimos anelos e patrióticos objetivos.

“Era um remanso onde podia consagrar-se inteiramente à formação das gerações novas da Armada, talhando-as à sua feição e nelas inculcando o “fogo sagrado”, a cujo calor se forjaria a têmpera da Nova Marinha”.

Nenhum outro posto lhe proporcionaria tão amplas oportunidades para o surto sem entraves das suas capacidades criadoras, da sua experiência sazoadada, da sua doutrina profissional. A nomeação do *Almirante Saldanha* para a Escola Naval foi um ato político do *Marechal Floriano*.

Entre os Aspirantes essa nomeação não foi agradável. Sua fama de disciplinador não se quadrava com a desenvoltura pouco militar que então lavrava naquele Estabelecimento. Os Aspirantes não o conheciam pessoalmente. Viram-no de longe uma vez, quando em um bordejo do brigade da Escola passaram perto do encouraçado *Riachuelo*, que ele comandava. O seu vulto, porém, diz *Souza e Silva*, excitava tôdas as imaginações, empolgava todos os espíritos e o seu nome estava em todos os corações.

O *Riachuelo* era então a belonave mais poderosa do Continente. *Saldanha* tinha-o como um brinco, no mais alto grau

de eficiência e de elegância. Os seus Oficiais e Marinheiros eram uma elite por êle formada.

Esse lindo navio estava amarrado à boia das Agulhas, a Oeste da Ilha-das-Enxadas.

Passar à fala do *Riachuelo*, fazer um "*butakoff* para ver Saldanha" — foi idéia que acudiu a todos a bordo do *Capiberibe*, que, com a fresca viração então reinante, bordejava na Guanabara.

Com a gente "o postos de manobra" — em gáveas, bujarona e vela ré, amuras a bombordo, relembra *Souza e Silva*, o nosso brigue aproximou-se belamente do "Colosso", a passar a poucos metros a seu sotavento.

Já de longe divisámos à ré do navio, de pé, apoiado nas balaustradas do "jardim da pôpa", observando-nos, de binóculo em punho, o Comandante da maior unidade da nossa Marinha de Guerra. Era *Saldanha*. Sentiamos nos todos sob o seu olhar, alvos da sua inspeção; e não havia, nêsse momento, coração que não batesse apressado... Um silêncio absoluto, impressionante como o de um rito religioso, desceu da mastreação, onde os gageiros, sotas e homens do têrço se perfilavam em continência, ao convés, onde tôda a Escola, formada por gáveas, face voltada para o grande couraçado, fazia-lhe a saudação militar.

Saldanha nos aparece — um tipo robusto, erecto, numa atitude de comando, cheia de nobreza, de altivez e dignidade. Desce o binóculo que lhe encobria as feições e, deixando ver um rosto corado, jovial, a face larga, a cabeça grande, saudanos, com um sorriso cheio de amabilidade; leva a mão direita à pala do bonet e corresponde num grande gesto elegante à nossa reverência. O brigue *Capiberibe* passava suavemente a contra bordo do encouraçado. "*Vieram pôr-se à sombra do Colosso*" — é a frase amável que o vento nos traz...

Uma espécie de recolhimento nos domina. Nós, os novos, tínhamos visto e ouvido *Saldanha*! Não o esqueceríamos nunca mais! Dentro em breve êle viria ser o nosso Diretor; mais que isto: o nosso Mestre querido, o nosso guia, o nosso amigo na alegria e na desgraça!

Já lá vão cinqüenta anos que êle desapareceu do cenário brasileiro, sem que houvesse, depois da sua morte, uma tão bela oportunidade como a que agora se nos apresenta — com a aproximação do seu centenário — para restabelecer, como uma honesta contribuição histórica e sem pretensões a biografia do grande brasileiro, a verdade a respeito da sua interessante personalidade, dos seus objetivos na Revolução de 93 e do papel que êste ilustre marinheiro patricio representou na vida nacional no Império e na República.

Sem preconceitos ou preocupações tendenciosas, aqui relembro os fatos, como realmente se desenrolaram. Faço-o lealmente, como coevo e testemunha do quanto se passou nos acontecimentos que estudamos, oferecendo êsses sinceros depoimentos à consideração dos pósteros. Não tenho o mínimo intuito de envolver ingratamente — e muito menos demolir nêste estudo, por sentimento partidário, quaisquer outras pessoas, por ventura colidindo com a vida pública do nosso grande e saudoso Mestre. Isto seria indigno de um Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual, além do mais, tenho a honra de ser Vice-Presidente.



A JUSTIÇA DE DEUS NA VOZ DA HISTÓRIA

Os assuntos históricos só podem ser apreciados por homens de caráter, cuja boa fé, sinceridade e honra sejam afinadas no alto diapasão do culto da Verdade e da Justiça — sem preconceitos ou paixões estorvantes da análise dos personagens e fatos considerados.

Nas “Revoluções que eu vi”, o *Almirante Saldanha* ocupa todo o meu horizonte. A sua história é empolgante:

Vêmo-lo sair da Fazenda do Colégio, em Campos, indo, com sete anos de idade, matricular-se no Colégio Pedro Segundo, nesta Capital. Em 1861 teve praça de Aspirante e, após um curso brilhante na Escola Naval, ingressou na Armada como Guarda-Marinha, em 1863; partiu, ato contínuo, para a guerra e ali distinguiu-se por atos da mais requintada bravura e pro-

vas de merecimento, que o fizeram ascender rapidamente aos mais altos postos.

O *Almirante Saldanha* não teve, até hoje, um verdadeiro biógrafo. A seu respeito há apenas algumas publicações e conferências, infelizmente incompletas, destacando-se entre elas o livro escrito, aliás com o fulgor do seu formoso espírito, por *José Eduardo de Macedo Soares* e os trabalhos recentemente publicados pelo saudoso *Almirante Augusto Carlos de Souza e Silva*, que pôs o seu belo talento ao serviço do estudo da ação do nosso Almirante sómente na Revolução de 1893 — deixando-nos, porém, ambos, sequiosos do exato e completo conhecimento de vários outros aspectos da vida daquele grande brasileiro — particularmente notável como Chefe ilustre na Armada, sábio educador, bravo marinheiro, hábil diplomata e incomparável leader e amigo dos seus comandados.

A sua fé de ofício é um longo rosário de demonstrações de valor em tôdas as comissões que lhe foram confiadas e que êle exerceu sempre com intenso brilho.

Felizmente, aproximando-se agora a data do seu centenário, o *Almirante H. A. Guilhem*, Ministro da Marinha e um dos mais prezados discípulos do nosso saudoso Mestre, desejoso de que a vida de *Saldanha* fosse fielmente esquadrihada sob todos os aspectos, teve a feliz idéia de confiar tão importante tarefa ao nosso insigne colega e confrade Comandante *Dídio Costa*, que é, além do mais, um brilhante escritor, afeito a êsses estudos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o ilustre Oficial aceitou essa honrosa missão e dela se está desincumbindo com a sólida cultura, conhecido critério e inexcedível retidão que caracterizam os trabalhos dêsse distinto e erudito historiador pátrio.

*

Após tantos anos da terrível hecatombe de Campo Osório, poderemos agora analisar serenamente aquela figura homérica, sem o amargor das tormentas daquela época, e, como disse o esperançoso Guarda-Marinha *Murilo Ribeiro Lopes*,

“sentindo a brisa mansa e refrescante da Verdade, que afasta o nevoeiro dos rancores políticos e nos permite ver em tóda a sua impressionante beleza a figura extraordinariamente interessante daquele grande marinheiro, que dedicava apaixonadamente tóda a sua existência ao Serviço da Marinha e do Brasil”.

*

Discípulos do grande Almirante que foi *Luiz Filipe de Saldanha da Gama*, os Aspirantes e Guardas-Marinha do seu tempo de Diretor da Escola Naval empunham depois da sua morte o facho da Veneração e da Saüdade, fazendo-se transmissores do seu Fogo Sagrado no Serviço da Armada, da sua Crença na linda carreira que professam; da sua Fé nos destinos da Pátria imortal, mantendo-se constantes cultores da Elegância, do Saber, da Bravura, da Integridade Moral e da Distinção da Marinha que êle nos legou como uma das mais autênticas expressões da Cultura, da Civilização e do Valor da Nação Brasileira.

Podemos fazê-lo agora serenamente. A dolorosa lembrança da horrível hecatombe do Rincão-de-Artigas — a 24 de Junho de 1895 — não nos fará tremer a pena desviando os nossos julgamentos históricos.

Foi nessa época, admiravelmente descrita por *Macedo Soares* nas emocionantes narrativas dos dramas então semeados no Sul do Brasil pela caudilhagem infrene, que aprendemos a querer ainda mais profundamente essa nobre figura de marinheiro que se fez mártir, “aureolado do mais puro caráter, rebrilhando das mais extraordinárias capacidades e que, comovente no prestígio de sua desgraça, tomava o caminho de Campo Osório”...

Parafraseando o que escreveu, com o intenso fulgor do seu privilegiado engenho, êsse notável escritor, direi que, “quando nos foi dado escolher profissão e destino, logo nos inclinámos para aquela cujas glórias nos despertaram o primeiro interesse e a primeira comoção da nossa infância; e, revestidos da farda e das âncoras dos nossos emblemas, nunca mais demos um

passo sem tropeçar no nome do Mestre, na sua lembrança, na sua lição, na sua vida e na sua morte, como se elle fosse o espirito da sua Classe, a sua Lei, o seu Principio e o seu Dever" . . .

Um dos mais típicos característicos do saudoso Almirante era a coragem indômita, que é "a fôrça moral capaz de fazer com que aquelle que ama a vida e nela sente-se feliz, saiba arriscá-la e morrer com serenidade".

Distinguia-o um espirito ativo e prático que mostrava sua verdadeira superioridade sôbre seus subordinados, não simplesmente pelo valor hierárquico da sua "autoridade" ou do prestígio dos seus galões e regalias do seu pôsto, mas collocando-se realmente em plano elevado, com a afirmação indiscutível, a cada momento, de suas altas qualidades, e sendo, em tôdas as circunstâncias, o primeiro e um exemplo em tudo. Vinha de longe o seu renome e a sua glória.

Tão cedo concluída a guerra do Paragual, foi nomeado instrutor dos Guardas-Marinha em repetidos e longos cruzeiros. Representou o Brasil em missões diplomáticas na Áustria, nos Estados Unidos e na China.

Era então Capitão de Fragata. Comançava brilhantemente vários navios da Esquadra e particularmente o Cruzador Almirante Barroso, em viagem ao estrangeiro, e a corveta Parnaíba, nas Missões enviadas à Exposição de Buenos Aires e à Patagônia, conduzindo a Missão Científica Brasileira, chefiada pelo Dr. Luiz Cruls, que foi a Punta Arenas observar a passagem de Venus pelo disco solar. Acompanhava-o o Sr. Moreira da Silva, Chefe das Oficinas do Observatório Astronômico do Rio-de-Janeiro. Por um dos paquetes ingleses da linha do Pacífico, seguira, em tempo, para Punta Arenas o Senhor Gustavo Bumbelsperger, "um naturalista de fôrça e reputação". Os demais membros da Missão eram o Comandante e dois Officiaes da Parnaíba, escolhidos, por comum acôrdo, entre o Dr. Cruls e o Comandante Saldanha. De como se houveram os nossos Officiaes, dirigidos pelo seu erudito Comandante, prova-o o brilhante relatório por êste apresentado ao Governo Imperial.

Com a Parnaíba — a sua "Gazela" — descansando entre

os gelos do círculo antártico — escreveu *Macedo Soares* — “depois de observar e calcular como um sábio, *Saldanha* banhava-se nas águas glaciais como um Tritão nos trópicos”.

Foi promovido a Capitão de Mar e Guerra por merecimento. Comanda o Couraçado *Riachuelo*. É enviado em Missão Especial aos Estados Unidos. “Nos seus navios, rigorosamente disciplinados — de um asseio esplendente de altar novo; na sua câmara, entre os bronzes, cristais e porcelanas que êle mesmo escolhera entre os mais belos em bazares de Paris, Tóquio e Pekim, ninguém sabia ao certo o que mais admirar — se a doce energia com que mandava, se o carinho e presteza com que lhe obedeciam; se a sua verve, se o seu encanto, se a multiplicidade de línguas que falava com perfeita correção, ou se a harmonia e beleza dos seus gestos e maneiras”.

*

O HOMEM

Orador fluente, elegante *causeur*, musicista emérito, sociólogo, cultor apaixonado de ciências e letras, impressionava profundamente onde quer que aparecesse na sociedade. Era o Oficial mais belo e elegante da Marinha do seu tempo e o mais fino cavalheiro que se pôde imaginar, em maneiras, atitudes e expressões fidalgas.

“Conhecia todos os poetas antigos: Citava *Shakespeare* e *Dante*, a cada passo, com toda a oportunidade, na língua em que foram escritas essas obras primas do espírito humano. —

“Não havia um só dos grandes poetas contemporâneos, da França, da Inglaterra, da Alemanha ou da Rússia, da Itália ou da Hespanha, de Portugal ou do Brasil, que êle não houvesse lido e não sublinhasse com uma palavra de crítica, fosse ela de entusiasmo ou de desabono para o escritor” (*Luiz Murat*).

Esse o Diretor que o destino daria, pouco depois, à Escola Naval — o Mestre diante de cuja sagrada memória nos curvamos reverentes e cujo centenário desejamos comemorar solenemente.

Iniciava-se então, com a sua nova comissão na Ilha-das-Enxadas, o primeiro episódio de uma epopéia...

“Campo Osório a concluiria”, diz *Augusto Carlos de Souza e Silva*.

(*Continua*)

Caxias e o combate de Santa Luzia

Cmt. de Fragata L. DE OLIVEIRA BELLO

A vida política da Nação durante os nove anos da Regência foi perturbada por sucessivas desordens, motins, sedições e até revoluções, vencidas pelos esforços das forças armadas, com dignidade e clemência.

Mas a revolução sul-riograndense ou dos Farrapos, iniciada em 1835, atravez de derrotas e vitórias, continuava tenazmente a zombar desses esforços e prosseguia impressionando os povos irriquietos das Províncias do Norte, que tambem procuravam, agitados por espiritos insensatos e por uma imprensa desabrida e malevolente, seguir o seu exemplo, creando com os seus pruridos separatistas sérias dificuldades ao Governo Central.

Todavia, estas dificuldades poderiam ser evitadas ou solucionadas, si os partidos políticos se norteassem com mais senso e patriotismo e definidos por atitudes firmes, que fortalecessem aquele Governo, lhe habilitassem com os necessários meios materiais e a concessão de medidas apropriadas, indispensaveis para êle poder agir com segurança.

Infelizmente não compreendiam isto os partidos políticos que, desde a Abdicação, viviam se degladiando em tórno dos ministérios, em esteril oratória e viperina literatura, para conseguirem a hegemonia do poder e nele se conservarem, não tanto para atender aos elevados interesses da Nação, mas de preferênciam para satisfazerem as suas vaidades e os seus interesses políticos ou particulares. E neste afan derrubavam governos, manchavam reputações e estiolavam suas energias numa tal inconstancia de ideias e incoerências de atitudes que, em 1840, os mais avançados políticos, já fatigados das dissidências, futricas e hipocrisias, considerando impotente cada partido para vencer o outro, resolveram apelar para a panacéa política, porém não constitucional, da antecipada maioria do Imperador.

Julgavam, talvez de boa fé, que tal medida seria capaz de congregar em torno do Soberano, então governando com infantil autonomia, todos os cidadãos responsáveis, de boa vontade e patriotismo, que quizessem trabalhar em prol dos verdadeiros interesses da Nação.

E em meio de confusas discussões no Parlamento e na imprensa, e agitações entre o povo, a voz vibrante e a ação catalítica de Antonio Carlos lograram eletrizar o espírito dos "maio-política nacional, "salvasse o trono e a nação entrando logo no de S. Cristovam afim de entregar ao jovem Soberano uma menestras", que destacaram uma deputação para se dirigir ao Paçosagem em que lhe pediam, em face da gravidade da situação exercício de suas altas atribuições". D. Pedro, após rápida consulta ao Regente Araujo Lima, então presente, ao fim de alguns minutos respondia à deputação que "queria já" assumi-las. E assim, aos quinze anos incompletos, começava ele a governar o Império que seu Pai fundara e não soubera consolidar.

Os dois partidos políticos vinham dissidentes desde a Independência com insanáveis divergências. O Conservador, no qual ainda figuravam alguns lusos de dúbio patriotismo, desejava para a Nação o regimen monárquico-constitucional-parlamentar sob o figurino inglês, isto é, o soberano reinando mas não governando.

O Liberal, composto quasi que exclusivamente de brasileiros, ultra-nacional e com antigas tendências republicanas, aceitava o Império, não como uma forma definitiva de governo, porém sim como uma transição para a República a ser proclamada em época oportuna e, por isso, procurava aproveitar todas as vantagens que o regimen vigente pudesse lhe fornecer. Sempre com essa diferença de princípios políticos e se hostilizando, chegaram à Maioridade que, apesar de ter sido aceita por ambos, não conseguiu harmonizá-los.

O primeiro Ministério da Maioridade, liberal e tão exotica-mente organizado, querendo preparar uma situação especial que permitisse a permanência do seu partido no poder, recorreu a medidas enérgicas, cuja execução trouxe abusos, injustiças e até violências. Estas chocaram a opinião pública e magoaram aos políticos inclusive alguns dos seus partidários, entre os quais três ministros que, em pouco tempo, se demitiram. Aberta, tão cedo, nova crise política tão somente em torno de interesses de partidos, foi o Ministério, ao fim de oito meses de atribulado exercício, substituído por outro de feição conservadora e composto de homens mais circunspectos, ponderados e, no momento,

julgados capazes de poder governar e administrar a Nação com mais serenidade, competência e confiança geral.

O novo Governo, estando em desacordo com as coercitivas medidas postas em execução pelo seu antecessor, resolveu desfazer vários atos delas decorrentes, procurando assim cicatrizar as feridas feitas em muitos políticos, cujo apoio e esforços precisava pleitear para poder restabelecer em todo o País uma situação pacífica, de Ordem, respeito ao Soberano, às leis e às autoridades, e acalmar os espíritos ainda desconfiados da ação governamental.

Para isso fez aprovar pelo Parlamento duas leis, que lhe pareceram indispensáveis e capazes, com cuja apropriada execução esperava realizar aqueles objetivos. Antes que essa tivesse início os políticos liberais, preestabelecendo que tais leis perturbariam os seus interesses partidários e, em virtude das próximas eleições gerais, permitissem ao Governo formar no Parlamento uma grande maioria conservadora, resolveram impedir a execução da lei de 23 de Novembro de 1841, que restabelecia o Conselho de Estado, autônomo e vitalício, e a de 6 de Dezembro do mesmo ano, que reformava a organização judiciária do Processo Criminal de 1832, embora ambas houvessem sido aprovadas com os seus votos. E, com tal desembaraço, começaram a agir na Côrte e, em seguida, nas Províncias, que os seus correligionários paulistas e mineiros, julgando-se alvejados pelo Governo, se conluíram e resolveram impedir, por todos os meios, aquela execução em suas Providências.

Mais arrogantes que os mineiros, os paulistas enviaram ao Imperador uma deputação portadora de um manifesto vasado em termos inamistosos e contendo expressões ameaçadoras ao Soberano e ao regimen e no qual lhe solicitavam a suspensão das assustadoras leis e a substituição do ministério. O Imperador não recebeu a deputação, desdenhou as ameaças e recusou-se a atender aos seus desvairados signatários, que se magoaram com tão elevada atitude. Os mineiros com eles se solidarizaram e em seguida resolveram ambos tentar obter simultaneamente pelas armas o que lhes fôra dignamente recusado pelo bom senso do Soberano. E a 17 de maio de 1842 liberais paulistas se rebelavam enquanto que os seus correligionários mineiros, sómente a 10 de Junho, os imitavam, aclamando um presidente para a sua Província, que imediatamente lançou uma confusa proclamação aos seus correligionários.

A Revolução de S. Paulo não deve constituir um padrão de glória para os seus autores nem um reflexo de louvores para o seu povo; é preferível considerá-la uma triste aventura, como

a estigmatizou, em acre expressão, o padre Feijó. O seu fracasso estava traçado, desde o início, por falta de fundamento lógico e patriótico e de eficiente organização. Só um homem nela se salvou com dignidade; foi esse padre, honrado, enérgico e clarividente, paradoxalmente se tornado rebelde depois de haver sufocado, como homem de Governo e com pulso de ferro, motins e sedições. Melodias da política partidária desvairaram o valetudinário e digno patriota.

A Revolução de Minas, com as mesmas causas e idêntica origem, teve um desenvolvimento diverso, mais agitado, ativo e expressivo que a conduziu a várias ações belicosas e combates, onde sofreu derrotas e conseguiu vitórias, revelando, através de hesitações, dissidências, defecções e dissimulações dos seus numerosos chefes, o ardor, a bravura e o consciente esforço dos que combateram.

Ela também estava destinada a fracassar, tantas e tão graves foram as suas falhas, dificuldades e omissões, acrescentadas da falta de um verdadeiro Chefe, enérgico, firme, experimentado, conhecedor da arte de lutar e gosando de geral prestígio. Sómente à inferioridade numérica dos imperiais em armas na Província e sua fraca qualidade profissional devem ser atribuídos os êxitos parciais que logrou obter antes da entrada do grande Caxias no teatro das operações. Nela sobram políticos, aderentes, chefes, chefetes e o conhecimento dos terrenos onde agiam os insurrectos, porém lhes faltaram eficiência, organização, coesão pessoal, capacidade de ação, sintonia de idéias, prática de lutar, hábito de mandar e obedecer e, por fim, um adequado plano de operações. Portanto, seria uma questão de tempo e oportunidade a vitória final da Legalidade sob a habil direção de Caxias ou a de outro Chefe também experimentado e bravo.

Com tudo isto, ela pode ser recorrida, não como um fato notável da História Nacional porque não devemos fugir da verdade, mas um vibrante brado de protesto de um grupo de homens honrados que, talvez sem perceber, num momento de confusão, procuravam se bater pelos interesses dos ardilosos políticos que as conduziram, supondo que estavam defendendo os altos interesses da Nação.

A memória dos mineiros que combateram nessa revolução morrendo, vencendo ou sendo derrotados, devemos elevar o ó nosso patriótico pensamento, pois tão sómente eles devem merecer os nossos louvores e as nossas homenagens e não os que timidamente hesitaram, manhosamente tergiversaram, abandonaram a luta sem combater e depois, com bills, censu-

raram os correligionários que procuraram manter os seus companheiros e, com perfídia, os adversários que os venceram.

Se a Revolução de S. Paulo só destacou a nobre figura de Feijó, a de Minas, além do punhado de bravos que lutou e ensopou com seu precioso sangue o solo provinciano, forneceu mais um florão para a glória de Caxias, já Grande desde a Revolução Maranhense, que venceu com o seu superior espírito de pacifista entre irmão e guerreiro invencível entre inimigos.

Se os revolucionários mineiros desde o início tivessem procurado compreendê-lo, atendido às suas ofertas de anistia e dele se aproximado com sinceridade e em missão de paz, certamente teriam evitado a inesperada derrota que sofreram em Santa Luzia. Pouco lhes adiantaram as clandestinas informações que secretamente illustre dama de Ouro Preto lhes enviou acêrca do efetivo das tropas de Caxias, do seu plano de combate e do dia em que elas os deviam atacar em Sabará. A despeito da apreciável superioridade numérica dos insurrectos e das vantagens das posições terrestres que ocupavam, este experimentado general, já acostumado a vencer sonhadores, amotinados e revolucionários, num oportuno movimento estratégico de recuo para melhorar a posição de suas forças e ligá-las à coluna de apóio que, ainda forçadamente marchava ao seu encontro, soube habilmente iludir o adversário que, não compreendendo a sua retirada, já antegosava os louros de uma hipotética vitória, e depois lhe inflingir rápida e decisiva derrota, que o acabou destroçando e por fim vencendo a revolução.

E assim a Caxias, que jamais sentira "o travo de uma derrota" coube ainda a ventura, sem grande derrame de sangue e abomináveis maldades, de chamar ao remanso da paz os montanhezes mineiras que, como mansas ovelhas conduzidas por insofridos pastores, haviam incautamente desgarrado de seu aprisco. A ele, portanto, os louros da vitória, mesmo sem retumbância, as hozanas da paz, e os écos da justa e digna glória que lhe coube.

Pressinto que não é êste o modo de sentir geral dos mineiros acêrca das razões e do verdadeiro objetivo da revolução encabeçada e mal dirigida pelo Coronel Feliciano Pinto Coelho contra o Governo e não contra o Soberano, conforme política e enfaticamente declarou em seus inflamados manifestos.

Em 1842, apesar dos sucessivos erros que os políticos dos partidos nacionais vinham cometendo, realmente não perigavam nem a situação política geral da Nação, nem a pessoa e

a autoridade do Soberano. Portanto não se justificava uma revolução tão sómente partidária e personalista, que ousava exigir a substituição de um Ministério, procedente de um partido que também havia apoiado a Maioridade, por homens de outro partido, com idênticas credenciais, que precedentemente governara e não soubera ou pudera se conservar no poder.

Onde pois se escondia o sincero patriotismo dos paulistas e mineiros quando os seus Chefes revolucionários arditosamente diziam que poupavam "a pessoa e a autoridade" do Soberano a quem muito respeitavam e até amavam, fazendo crer que estava ameaçado de sequestro político, mas lhe exigiam a demissão do Ministério por ele escolhido e que vinha governando com a sua confiança? Como assim se compreender sinceramente as suas intenções e apropriadas palavras?

Quem à luz dos escassos documentos que tratam da revolução de 1842, iniciada em São Paulo e prosseguida em Minas, estuda com retrospectão, serenidade e sem paizão regionalista ou partidária, os seus imediatos antecedentes, ineficaz desenvolvimento e pouco expressivos efeitos e consequências, há de reconhecer que ela, como em geral todas as revoluções políticas, foi uma luta pela conquista do poder conduzida pelo despeito e interesses de homens, cujo partido o havia perdido tão cedo e tão facilmente.

O Ministério em exercício para se garantir no poder e nele permanecer estava apenas empregando apropriadas medidas, que com o mesmo fim, haviam feito os liberais, que por inhabilidade fracassaram, mas isto não constituia nenhum periclitante agravo à Nação. Eram apenas contingências da política personalista e da sintonizada visão patriótica de ambos os partidos. Iludidos com o verdadeiro objetivo de tal revolução, os mineiros ainda de um modo geral, de boa fé, acreditando na sinceridade dos insurgentes e, muito particularmente, na biliosa e incompleta História escrita pelo Cônego Marinho, encrespado político e revolucionário, cujos serviços foram aproveitados em platônicas missões, porem não em sangrentos, combates vem ainda conservando, através de um século, certa máguia contra Caxias que em Santa Luzia, único combate que dirigiu, venceu clemente e definitivamente os insurgentes.

E esta injustificável máguia, com o decorrer do tempo, tomou o deselegante aspecto de um recalque, do qual até os bons historiadores mineiros de todo ainda não se libertaram. Mas isso, pondo de lado o "regionalismo", talvez encontre a sua razão de ser no fato de não haver nenhum deles procurado estudar tecnicamente as condições reais em que se realizou o

referido combate. Se já o houvessem feito, provavelmente teriam constatado que no arraial de Santa Luzia nunca as forças de Caxias estiveram derrotadas sequer um único momento, nem tampouco fugiram em desabalada debandada. O oportuno recuo estratégico, aconselhado pelos princípios militares empregados em todas as guerras e lutas e realizado por este habil General, não foi compreendido pelo Cônego Marinho e seus companheiros de revolução ou, se o foi, transformaram tendenciosamente o seu sentido para derramarem o seu despeito contra o magnânimo vencedor.

Foi durante a dificultosa marcha das forças de Caxias, de Ouro Preto para Sabará, que ocorreram dois importantes fatos, que criaram para elas uma inesperada e séria situação, sem que o soubessem. A coluna rebelde do Capitão M. J. de Lemos venceu a reduzida força legalista do arraial de Santa Barbara e, em seguida, avançou e foi se reunir ao efetivo revolucionário em Santa Luzia, aumentando-o com cerca de setecentos homens. Mas, ao defrontar este arraial, Caxias, que isso ignorava, foi colhido por mais grave surpresa quando percebeu, pela disposição das forças adversárias, que o seu plano de combate já lhes era conhecido e então bem compreendeu a razão porque elas precipitaram o prélio para o dia 20, quando ele o havia fixado para a madrugada seguinte.

Ora, nenhum general experimentado e digno da sua missão, em tais circunstâncias, com forças indiscutivelmente inferiores em efetivo e desconhecedoras da natureza e situação do terreno em que deviam combater, se precipitaria numa luta imediata. Se o adversário, por felonía de uma ilustre dama, havia procurado executar o plano de Caxias ou interceptar suas forças pelos caminhos, entre Santa Luzia e Sabará, o que cumpria a este General fazer, em tão precária situação era exatamente evitar o combate, recuando se necessário, não só para proceder a um novo exame de situação, aproximar-se da coluna do apoio que marchava forçadamente no seu encalço, como também para estabelecer um novo plano de combate. Mas, talvez, tão inteligente, imperativa e oportuna medida, de caráter exclusivamente técnica, houvesse escapado ao espírito de militares bisinhos, civís armados e rebeldes que estavam sob o comando de inexperientes e indecisos chefes revolucionários.

E tanto argumento com realidades e não com preestabelecidas hipóteses ou forçadas conclusões generosas que eles, já se supondo no caminho de uma vitória, que ardentemente almejavam, apesar de atirarem contra os retirantes, não soube-

ram se aproveitar das circunstâncias que lhes eram favoráveis para impedir a junção das duas forças legalistas. E' que lhes faltava um verdadeiro Chefe militar, capaz de compreender a verdadeira situação das forças de Caxias e possuir a audácia de enfrentá-lo diretamente.

Realizada, sem nenhum obstáculo do adversário, a junção das duas forças legalistas, Caxias, num inopinado gesto de audácia e valor, investe em direta e aguerrida carga contra as forças rebeldes e, em poucas horas, as derrota, vence e debanda, encaminhando assim, pela sucessiva entrega do adversário, o fim da sonhada revolução. Foi este o prêmio da veleidade do bravo Galvão em supor que poderia vencer o destemido Caxias.

Ora, em face deste sintético estudo do combate de Santa Luzia, porquanto "este alinhavo" não comporta o estratégico e o tático em seus detalhes, direi que se claudica com a verdade afirmando que as forças de Caxias estiveram "em estado de coma" no arraial de Santa Luzia, quando fugiram em escandalosa debandada. E nada havia de extraordinário, nem de glorioso, que os rebeldes timidamente houvessem castigado a retaguarda dos retirantes com seus tiros porque isto é um fato normal em todos os combates, maxime quando eles estavam de posse dos caminhos e atalhos e até entrincheirados em alguns. Censuravel seria que o não fizessem.

Não importa que um militar sincero, admirador de Caxias, em um de seus valiosos livros, tenha dito que, em Santa Luzia, "tremeira a espada de Caxias", nem tampouco que o azougado Cônego Marinho, na sua imperfeita e parcial História da Revolução, escrevesse que o Coronel Lima e Silva "colara o ouvido ao solo e ouvira o rodar das carretas de artilharia". São ênfases de escritores cheios de imaginação e é lamentavel que, apesar de irreais, por sucessivas transmissões, elas acabem sendo acreditadas.

Em resumo, em Santa Luzia, ao meu ver, a espada de Caxias jamais tremeu em suas mãos firmes, o Coronel Lima e Silva nunca se baixou em tão ridícula postura, pois marchava já sabendo qual seria a sua missão no próximo combate, e o recuo foi estratégico, imperativo e oportuno para permitir a ligação com a coluna de apóio que marchava distante na retaguarda; finalmente, a concentração das forças e o preparo de novo plano de combate foram, como Caxias habilmente já previa, para estabelecer confusão nas linhas adversárias, onde já se prelibava uma imaginária vitória. E tudo isto, em tal momento, só mesmo um Caxias obraria tão rapidamente para que

a inopinada investida de suas forças contra aquelas as surpreendesse e mais facilmente derrotasse em poucas horas. E foi exatamente o que logrou realizar.

Devemos aceitar, com serenidade e sem malevolência, a verdade real dos fatos e serenamente nos curvar a ela, em vez de persistirmos obstinados num equívoco tendenciosamente perpretado por um escritor, revolucionário, displicente dos assuntos técnico-militares e eivado de despeito pela derrota, e que vem sendo frequentemente repetido. Devemos também não esquecer que pouco mais tarde Teófilo Otoni, a única figura expressiva da Revolução, e o Coronel Feliciano Pinto, seu malogrado chefe, que até aceitou um baronato, passaram a apoiar a mesma tergiversa política do Imperador, astuciosamente dosada entre os dois partidos, Conservador e Liberal, que continuaram a conduzir a Nação, o Império e o Soberano, com mais política do que patriotismo, até o advento da República.

Todavia, quer me parecer que as elevadas homenagens que os mineiros de hoje, por intermédio do seu digno Governo, e seu altivo povo tributaram a Caxias, em Agosto de 1942, no mesmo arraial de Santa Luzia, exatamente um século depois do memorável combate, devem ser encaradas como um expressivo reconhecimento à sua acertada ação e ao seu inegável valor e também como um justo repouso ao labéu de fugitivo que historiadores apressados e parciais têm lançado ao seu respeitável nome.

L. DE OLIVEIRA BELLO.



MINISTÉRIO DA GUERRA

3.º PAV. DA RUA MARCÍLIO DIAS

— RIO DE JANEIRO —